

Organizadores:
Ivo Lesbaupin
Evanildo Barbosa da Silva

Para além do desenvolvimento construir outros horizontes utópicos

Organizadores:
Ivo Lesbaupin e
Evanildo Barbosa da Silva

Para além do desenvolvimento construir outros horizontes utópicos

Realização:

Abong

ORGANIZAÇÕES EM DEFESA
DOS DIREITOS E BENS COMUNS

iser **Assessoria**
Religião, Cidadania e Democracia

**NOVOS PARADIGMAS
DE DESENVOLVIMENTO**

Apoio:

MISEREOR
• IHR HILFSWERK

† Homenagem (póstuma)

Jean Pierre Leroy (FASE)
que participou ativamente da iniciativa Novos Paradigmas

Ficha Catalográfica

Organizadores:
Ivo Lesbaupin e
Evanildo Barbosa da Silva

Para além do desenvolvimento construir outros horizontes utópicos

1ª edição

Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns
e

Iser Assessoria

São Paulo, 2017

Sumário

10	INTRODUÇÃO Ivo Lesbaupin e Evanildo Barbosa da Silva
	CAPÍTULO I O estado da arte do desenvolvimento em curso: uma perspectiva crítica desde a sociedade civil brasileira
	1.1 - CONJUNTURA
14	1.1.1 - Jorge Eduardo Saavedra Durão Desafios da conjuntura
18	1.1.2 - Ladislau Dowbor Como se travou a economia brasileira: a expansão do capitalismo improdutivo
	1.2 - ENERGIA
33	1.2.1 - Joilson Costa Uma matriz energética renovável é possível no Brasil?
48	1.2.2 - Ivo Poletto Notas para debate
	1.3 - CRISE HÍDRICA: COMO SALVAR A ÁGUA DOCE NO BRASIL?
51	1.3.1 - Roberto Malvezzi A crise da água como uma dimensão da crise civilizacional
60	1.3.2 - Malu Ribeiro Por um novo modelo de gestão da água
	1.4 - COP 21
64	1.4.1 - Ivo Poletto O acordo de Paris e os pobres

	CAPÍTULO II Transição, alternativas ao desenvolvimento e democracia
73	2.1 - TRANSIÇÃO: COMO PASSAR A UMA OUTRA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO? 2.1.1 - Ivo Lesbaupin Por novas concepções de desenvolvimento
83	2.2 - ECONOMIA 2.2.1 - Ladislau Dowbor Governança corporativa: o caótico poder dos gigantes financeiros
109	2.3 - POLÍTICA 2.3.1 - Débora Nunes Como reinventar a democracia?
117	2.3.2 - Bia Barbosa O papel da comunicação na reinvenção da democracia
121	2.3.3 - Vitor Guimarães Lutas urbanas e democracia
128	2.4 - A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE PRÁTICAS ALTERNATIVAS E SUA DIFUSÃO NA SOCIEDADE
133	2.4.2 - Maria Emilia Lisboa Pacheco Agroecologia
140	2.4.3 - Jorge Krekeler Almanaque do Futuro 2.4.4 - Nicolau Soares Banco de Práticas Alternativas
	CAPÍTULO III Quando novas utopias entram em cena: outros fundamentos, paradigmas e cosmovisões em debate
144	3.1- O AGORA, A VISÃO ESTRATÉGICA E A TRANSIÇÃO
152	3.1.1 - Marcos Arruda 3.1.2 - Débora Nunes

Introdução

Ivo Lesbaupin¹

Evanildo Barbosa da Silva²

O presente livro resulta de dois seminários organizados pelo Projeto *Novos Paradigmas* – uma parceria entre a Abong (www.abong.org.br) e o Iser Assessoria (www.iserassessoria.org.br) –, que reuniu especialistas, militantes e outros profissionais parceiros: o seminário “Desenvolvimento em disputa: por uma economia a serviço da vida”, que aconteceu em 17 e 18 de novembro de 2015, em Brasília, e o seminário “Novos paradigmas: rumo ao bem viver”, 13 e 14 de junho de 2016, em São Paulo.

Muitas foram as contribuições recolhidas nesses seminários, cujos conteúdos são aqui apresentados e visam a contribuir para estimular na sociedade o debate sobre alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante. Pela enormidade das contradições globais e pelos sinais crescentes de que o modelo de “desenvolvimento” em curso está conduzindo a humanidade à sua própria inviabilidade, não é difícil concluir que refletir e apontar para

novos paradigmas e vislumbrar novas alternativas globais e locais é uma tarefa social e coletiva das mais importantes nesse momento da história mundial. É isso que também queremos compartilhar aqui.

Sabemos que esse é um desafio global. Porém, nosso ponto de partida é a própria sociedade brasileira, que nesse exato momento vive uma conjuntura de enormes retrocessos. Isso exige da sociedade e das organizações de defesa de direitos uma presença ativa para resistir a esse contexto de recuos sobre as conquistas democráticas das últimas décadas e, ao mesmo tempo, uma presença pedagógica substantiva no sentido de transpor a conjuntura em si e se conectar às agendas das alternativas para poder fazer transitar a sociedade e a vida cotidiana em direção a outras utopias e formas de vida mais sustentáveis.

No Brasil de hoje, estamos diante de uma enorme investida das elites e dos grandes meios de comunicação com o intuito de criminalizar movimentos sociais e organizações de defesa dos direitos, como meio de criminalizar a pobreza, as mulheres, os jovens negros e negras, as populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e faveladas, além daqueles e daquelas que sustentam um pensamento e uma prática social críticos. É um duro cenário de presença das elites na tomada de decisões letais sobre os destinos da democracia no país

(1) Sociólogo, professor aposentado da UFRJ e coordenador do Iser Assessoria.

(2) Historiador, doutor em desenvolvimento urbano MDU/UFPE, diretor da FASE e da ABONG.

(há domínio do aparelho de Estado, de seus recursos e modos de gestão) e, ao mesmo tempo, de aliança internacional à onda ideológica conservadora e aos ditames financeiros globais no plano local, com vistas a ampliar o domínio sobre territórios locais e sobre a opinião pública e, assim, distanciar a sociedade de uma agenda de luta contra nossas múltiplas formas de desigualdades.

Mas, no Brasil de hoje há também manifestações coletivas de resistência a esse quadro de retrocesso, por meio da construção de novas formas de diálogo e de reflexão sobre novos paradigmas que verdadeiramente incorporem os direitos humanos, o direito à participação e o direito a se viver sem os referenciais exclusivos do absolutismo do mercado. Essa capacidade

de resistir na sociedade é o que nos anima a explorar a hipótese se já não estamos vivendo um contexto que demarca e dá nitidez à crise de um dado projeto que se pretendia desenvolvimentista.

Ainda que a resistência seja uma marca dos nossos tempos, é importante destacar que a sociedade brasileira ainda carece de se desafiar a romper com paradigmas que aprisionam o “mundo da vida” a uma lógica de desenvolvimento baseada na crença do “crescimento econômico”. Mas, sua desconstrução é igualmente ideológica e cabe iniciá-la perguntando “desenvolvimento **para que** e **para quem**”? É esse tipo de motivação que perpassa o conjunto das análises aqui sistematizadas. Nos debates realizados, parece evidente





Seminário 2016

que está configurado um certo tipo de crise de perspectiva – tanto entre aqueles que apregoam o “desenvolvimentismo” como matriz conceitual quanto entre aqueles que, mesmo questionando tal espectro conceitual e político, sinalizam para as incapacidades de se romper substantivamente com essa matriz de pensamento em direção a um virtuoso debate sobre as *alternativas ao desenvolvimento* – algo que parece se complexificar ainda mais quando confrontado com os dados do contexto de retrocessos e conservadorismos que assola a conjuntura brasileira.

O mesmo parece ocorrer no outro lado da moeda do debate sobre desenvolvimento, ou seja, o debate sobre os rumos da democracia no mundo e no Brasil. A democracia liberal-burguesa, que pregou o progresso e o bem-estar social, sofre com a presença avassaladora de governantes e

modos de gestão sabidamente conservadores e a serviço das grandes corporações privadas. Países centrais historicamente identificados com regimes democráticos ou instituições globais a quem caberia assegurar e implementar os direitos humanos ocupam um lugar caricatural na chamada governança global. Nem aqui nem mundialmente os grandes modelos democráticos que outrora serviram de referência estão conseguindo romper tantas ambivalências que atingem a velha lógica liberal representativa **e os ideários de certo liberalismo econômico apregoados.**

Ainda que nos pareça prematuro e alarmante, isso poderia compor um quadro manifesto de que estaria se desenhando uma crise democrática substantiva sem precedentes, dado que as instituições e seus instrumentos sofrem questionamentos diários em sua essência pública e

nos seus propósitos mais “republicanos”. O que vemos é que os partidos, os políticos, o voto, o plebiscito, a segurança, os sistemas de proteção de direitos, os sistemas de participação, enfim, toda essa gama de instrumentos e arranjos clássicos da democracia se encontram em baixa na opinião pública. Os sistemas democráticos (e os Estados que os sustentaram durante muito tempo) estão aprisionados ao papel que exercem as corporações e à dinâmica de financeirização da economia no mundo, numa estratégia que parece indicar o tamanho do sucesso da subordinação da política à economia. O papel que parece resguardado às instituições e ideários seminais do liberalismo é o de dar assistência e agilizar a progressão da xenofobia, do racismo, dos extremismos, dos preconceitos, da financeirização da natureza, das várias formas de violência, o que amplia a importância e a necessidade de que as organizações da sociedade civil enfrentem o debate sobre as alternativas democráticas para fazer avançar meios de transição sobre o modelo vigente na economia, na política e sobre os modos de uso da natureza.

Esse escopo geral acima é o que nos moveu até aqui. As mesas de debate nos seminários visaram a cobrir os aspectos mais importantes dessa problemática no Brasil. As contribuições dos autores e autoras partiram dos desafios da conjuntura, de questões estratégicas, como o debate sobre qual matriz energética renovável é possível, sobre a água (ou sobre como salvar a água doce ainda existente), sobre análise dos limites e dos possíveis avanços em acordos como o de Paris (COP 21), entre outras.

Também há contribuições que procuram tratar da questão da “transição” do modelo (como passar a outra concepção de organização socioeconômica), o poder das corporações sobre os Estados, bem como a questão de fundo que atravessa esse grande temário: reinventar a democracia e a soberania popular, superando a captura do Estado pelos grandes grupos econômicos.

Aqui também são registradas reflexões sobre a construção de novos paradigmas, não apenas nos seus aspectos teóricos, mas trazendo à baila práticas alternativas vivenciadas como resistência e inovação populares, num esforço de tornar visíveis práticas sociais que apontem para uma outra economia possível, para outro modelo de produção e de alimentação saudáveis, em suma, para um outro mundo possível.

Claro está que será preciso levar às últimas consequências o que essas práticas indicam e o que elas podem apontar de necessidade de uma mudança de rumo radical na forma de organizar a sociedade, de repensar a economia, entre outras questões. Sem o recolhimento crítico desse perfil de iniciativas (como já revelam os estudos sobre as mudanças climáticas em curso e os eventos extremos experimentados globalmente), a humanidade seguirá insana rumo ao desastre.

Para finalizar, é parte do escopo e das motivações reflexivas sobre novas utopias, ou sobre a necessária atualização dos desafios da transição, a dimensão das espiritualidades que a tudo atravessa e alimenta, e conforta a luta política coletiva e a militância individual.

Boa leitura, bom debate!

Desafios da conjuntura¹

Jorge Eduardo S. Durão²

Como escapar da visão de curto prazo?

Como tratar dos desafios da conjuntura de modo a que este debate não se perca na irrelevância do imediato e das questões de curtíssimo prazo, numa conjuntura tão desafiadora e imprevisível?

Refletir sobre os desafios da conjuntura na perspectiva da construção de novos paradigmas – rumo ao Bem Viver – exige que reconheçamos as dificuldades inerentes ao enfrentamento desse debate, numa conjuntura de crise política e econômica, em que a recessão e o desemprego – que se abatem com mais força sobre as classes populares – tornam difícil um olhar crítico sobre o crescimento econômico dos últimos anos, que propiciou benefícios inequívocos a segmentos da população antes excluídos até mesmo do acesso mínimo ao consumo.

(1) Texto apresentado em junho de 2016.

(2) Jorge Eduardo Saavedra Durão é advogado, assessor da ONG FASE – Solidariedade e Educação, e diretor-presidente do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Foi presidente (1991-1994) e diretor da ABONG.

Vou mencionar de forma sumária um conjunto de pontos que resumem a minha percepção do contexto atual (provavelmente consensual entre muitos participantes deste debate) para em seguida voltar à discussão dos bloqueios à discussão sobre novos paradigmas numa conjuntura de crise aguda que nos afasta do nosso objetivo de construção de um projeto de transformação da sociedade brasileira.

Destaques da conjuntura

Destaco os seguintes pontos:

- A meu ver, a iniciativa da direita de romper o pacto social e institucional vigente representa uma ameaça à continuidade do processo democrático que se consolidou lentamente nos últimos 30 anos.
- *Ruptura do pacto (natureza do golpe):* a crise atual tem uma particular complexidade, porque se desenvolveu como uma espécie de combinação de duas crises autônomas: 1. Uma primeira crise resulta da ruptura das classes dominantes com as políticas de conciliação da era Lula. Apesar do



reformismo fraco (conforme o definiu André Singer), houve um ascenso popular suficiente para incomodar as elites e convencê-las da necessidade de abandonar as soluções de compromisso para imporem a radicalização do ajuste neoliberal, que responde aos seus interesses no atual cenário de crise econômica. O consenso dos setores dominantes em torno do golpe teve como uma de suas causas a tentativa frustrada da presidente Dilma Rousseff, no seu primeiro mandato, de reduzir as elevadíssimas taxas de juros que há anos favorecem os rentistas no país. 2. A crise do sistema político. Como diz Marcos Nobre, “o sistema político está tão fraturado que não consegue produzir nada semelhante a uma aliança com sentido e propósito”. Crise profunda de legiti-

midade. Poucas chances de o governo Temer conquistar legitimidade (e de Dilma recuperá-la).

- *Ofensiva contra os direitos e retrocesso social:* natureza radicalmente nova do período histórico que agora começa a se configurar, no qual se aprofundará o ataque em curso às conquistas sociais, econômicas e políticas do conjunto de cidadãos e cidadãs brasileiros, em especial dos segmentos populares. Acabou o período do ganha-ganha e começou um período de luta de classes aberta.
- *Cenário mais provável até 2018 pelo menos:* crise prolongada e instabilidade crônica. Há um complicador: os chacais que assaltaram o poder (a bancada de Eduardo Cunha).

Antecedentes da discussão: o desenvolvimentismo da era Lula

Em meio a essa crise política e econômica que se desenrola de forma vertiginosa, acho necessário partirmos de um patamar mais sólido na nossa reflexão, retrocedendo um pouco no tempo e fazendo um esforço de reconhecimento do estado da questão no segundo mandato de Lula e no primeiro mandato de Dilma Rousseff, cujo desenvolvimentismo (ou neodesenvolvimentismo) constituiu-se como um novo ciclo de violação de direitos: expropriação, desterritorialização, apropriação privada dos Bens Comuns, etc. Nesse período acelerou-se o processo de acumulação primitiva permanente (ou de acumulação por despossessão). De fato, o cerco foi-se fechando para as populações camponesas, comunidades tradicionais e povos indígenas, com a proliferação dos conflitos.

Embora o Brasil se apresente de forma diferenciada, como uma economia relativamente desenvolvida e diversificada em relação aos demais países da região nos quais prevalece o neoextrativismo, também aqui se acentuaram, na última década, os níveis de extração de recursos naturais e sua exportação primária, e se multiplicaram os conflitos socioambientais tratados pelo Estado de maneira bastante autoritária, a exemplo do processo de licenciamento da UHE Belo Monte.

As cidades brasileiras atualizaram o seu papel como motores centrais da acumulação de capital. Predomina agora o projeto de cidade baseado na aliança dos oligopólios da construção civil e da especulação imobiliária com as empresas que

dominam os transportes urbanos, numa espúria articulação com o sistema político. Esse modelo está baseado na gentrificação e na financeirização.

Por outro lado, o crescimento econômico nesse período resultou também, inequivocamente, em ganhos para os setores populares no contexto do *boom* internacional das *commodities*. Esses setores se beneficiaram não apenas dos programas de transferência de renda e da política de elevação substancial do salário mínimo acima da inflação, como de um conjunto de programas menores como a política de cotas, ProUni, etc.

A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) promoveu um ciclo de debates em 2015, ao longo do qual ficou evidente a ampla sintonia dos sujeitos sociais e políticos do campo popular com a crítica e a denúncia dos impactos desastrosos do padrão de “desenvolvimento” dominante no país. Tal consenso não se traduz, no entanto, em acordos correspondentes no tocante às alternativas e vias de superação desse modelo socialmente injusto e ambientalmente insustentável. A grande explosão de insatisfação popular que ocorreu em 2013 – com suas pautas específicas como a mobilidade urbana, mas também com a sua revolta contra a corrupção e o sistema político – tampouco desaguou em propostas alternativas que fossem além da indignação contra “tudo que está aí”.

Desafio 1: a desconstrução do conceito de desenvolvimento

Estamos desafiados a responder à pergunta que não quer se calar: **por que**

continuamos prisioneiros do próprio conceito de desenvolvimento? Já faz tempo que vimos constatando o aprofundamento da crise da ideologia desenvolvimentista e questionando o próprio conceito de **desenvolvimento** – e consequentemente o de **subdesenvolvimento**, entendido como *ausência* de desenvolvimento – como categorias estruturantes de um pensamento etnocêntrico que coloca os países centrais do capitalismo como modelo para o conjunto da humanidade e como meta a ser alcançada, a qual se afasta, a cada virada da História, daqueles países (ditos “em desenvolvimento”) que a perseguem.

O desenvolvimento é uma proposta falida e irrealizável (enquanto generalização do estilo de vida dos países ricos). É um instrumento de hegemonia dos países centrais do capitalismo. A alternativa ao desenvolvimento, para ser consequente, deve ter uma perspectiva crítica em relação aos países do Norte, cuja população sofre os impactos das políticas de austeridade ditadas pelo capital financeiro. Como o desenvolvimento é uma expressão da dominação da humanidade pela lógica da acumulação de capital, buscar alternativas ao desenvolvimento é buscar alternativas ao próprio capitalismo.

Desafio 2: Como assegurar o atendimento das necessidades básicas da população brasileira na transição para uma nova economia e uma nova sociedade?

Como pensar transição para um novo

padrão de produção e consumo, sem sucumbirmos à lógica de visões radicais de decrescimento econômico ou da negação sumária de várias atividades produtivas (não ao petróleo, à mineração, à produção de celulose, etc.)? Como estabelecer uma via democrática de reestruturação produtiva, sem perder de vista que o processo decisório para a construção de uma nova economia passa por complexos processos de negociação entre as classes sociais e setores da população, enfrentando as “contradições no seio do povo”?

Esse processo de transição está relacionado com a questão da redefinição coletiva das necessidades básicas e de outras metas a serem priorizadas pela sociedade. Assim, há um conjunto de questões intrincadas a serem debatidas e resolvidas. Ao que parece, ninguém está pregando o retorno a uma sociedade pré-industrial (sociedade industrial e capitalismo não são a mesma coisa) e hoje no Brasil enfrentamos o problema da desindustrialização precoce. Os cidadãos precisarão decidir democraticamente se consideram necessários ou prescindíveis bens como equipamentos médicos de última geração (por exemplo, aparelhos de tomografia computadorizada, etc.), automóveis para uso individual, acesso a viagens internacionais aéreas, embalagens descartáveis, alimentos industrializados prontos para consumo, etc. **Como deslançar esse processo numa conjuntura de ataque feroz aos direitos das maiorias populares sem fazer o jogo do neoliberalismo?**

Como se travou a economia brasileira: a expansão do capitalismo improdutivo¹

Ladislau Dowbor²

“O sistema financeiro nacional [será] estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade”.

Artigo 192º da Constituição de 1988

“A indústria financeira afastou-se da sua função essencial de alocar capital para usos produtivos e se orientou para atividades predatórias de geração do rentismo.”

Joseph Stiglitz, *Rewriting the Rules*³

O banco é útil? Segundo a visão de J.C. Polychroniu, “Os bancos deveriam voltar a fazer o que faziam quando foram criados: oferecer um local seguro para as poupanças e capital a negócios que pretendem se desenvolver”. Ou seja, reunir poupanças depositadas e transformá-las em financiamento de atividades econômicas, o chamado fomento da economia, conforme à Constituição. A verdade é que quando os bancos passam a disponibilizar de muitos recursos, a tentação de ganhar dinheiro com pouco risco – trata-se de dinheiro dos outros – é muito grande. O resultado é que as atividades especulativas dos intermedi-

(1) O presente texto constitui uma síntese de pesquisa em curso de desenvolvimento. Nesta área ideologicamente polarizada, consideramos importante dar ao leitor a possibilidade de consultar facilmente as fontes primárias das informações. Os dados completos e detalhados, tabelas e gráficos, bem como a bibliografia completa podem ser consultados em <http://dowbor.org/2016/08/ladislau-dowbor-resgatando-o-potencial-financeiro-do-pais-versao-atuualizada-em-04082016-agosto-2016-47p.html/>

(2) Ladislau Dowbor é doutor em economia pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, professor de economia na pós-graduação da PUC-SP, consultor de várias agências da ONU e autor de dezenas de livros sobre desenvolvimento econômico e social. Contato: ladislau@dowbor.org; o documento completo que apresenta a pesquisa na fase atual, *Resgatando o Potencial Financeiro do País*, pode ser encontrado em <http://dowbor.org/2016/08/ladislau-dowbor-resgatando-o-potencial-financeiro-do-pais-versao-atuualizada-em-04082016-agosto-2016-47p.html/>

(3) Joseph Stiglitz – *Rewriting the Rules of the American Economy: an Agenda for Growth and Shared Prosperity* – Roosevelt Institute, 2015, p. 39. - <http://dowbor.org/2016/09/stiglitz-rewriting-the-rules-of-the-american-economy-an-agenda-for-shared-prosperity-new-york-london-w-w-norton-company-2015-237-p-isbn-978-0-393-25405-1.html/>

ários financeiros explodiram, em detrimento das atividades de fomento, que dinamizam a economia mas são mais trabalhosas. Como fazer aplicações financeiras rende mais do que produzir, a deformação se generalizou. É a chamada financeirização da economia. Aqui focamos a dimensão brasileira, mas o processo é mundial.

Intermediação financeira e produtividade da economia

Antes de tudo, precisamos fazer as pazes com o que entendemos por intermediários financeiros. Trata-se aqui de pessoas ou empresas que ganham não produzindo bens que não são úteis em si – como um par de sapatos –, mas que ganham negociando os direitos de acesso aos bens. Estes direitos constituem papéis, como dinheiro, sinais magnéticos no cartão, tickets refeição ou semelhantes. Os que gerem o acesso aos papéis e sinais magnéticos tanto podem facilitar a vida como torná-la muito complicada e, sobretudo, mais cara. Mas o essencial aqui é entender que se trata de atividades “meio”, pois ninguém come dinheiro, ações, duplicatas, derivativos, promissórias e tantos outros papéis criados e em fase crescente de multiplicação. A intermediação financeira se justificaria ao favorecer outros setores da economia, os que geram riqueza real, os bens e serviços com utilidade final.

Os intermediários tanto podem ser úteis quando facilitam as operações, como perniciosos quando se tornam atravessadores. Como, gostemos ou não, somos obrigados a passar pelos bancos, a evolução para um papel de atravessadores torna-se relativamente fácil. A área “meio” se

justifica apenas se facilita a atividade fim que é a que me dá acesso ao serviço que procuro. Quando se torna maior do que o necessário, ou cobra mais pela intermediação do que o valor do serviço prestado, em vez de facilitar, trava o processo com custos, demoras, irritações e perda de produtividade sistêmica da economia. É uma questão de equilíbrios.

Os intermediários financeiros são necessários? Bancos alemães como os *sparkassen* que gerem o grosso das poupanças do país constituem caixas econômicas municipais. Agregam poupanças das famílias, e as repassam a quem queira abrir uma pequena empresa, ou organizar um serviço útil para a comunidade. Ou seja, exercem a função fundamental de oferecer um abrigo mais seguro do que o tradicional colchão, rendem um pequeno benefício ao poupador, e enriquecem a comunidade ao transformar patrimônio financeiro em capital produtivo. Esta riqueza adicional criada permite que o banco tenha lucro, ao receber o empréstimo de volta com juros. Mas aqui o seu lucro faz parte da riqueza que contribuiu a criar. O lucro apropriado sem gerar a riqueza correspondente, está apenas se apropriando do fruto do trabalho que outros já criaram.

Um intermediário financeiro pode portanto ser muito útil, dependendo da qualidade do investimento que estimula nas áreas fins da economia, e de quanto cobra pelos seus serviços. Um bom gerente de crédito é aquele que sabe identificar oportunidades de fomento, adiantando o dinheiro parado a quem vai dinamizar a economia com atividades na economia real. Portanto os bancos e outros inter-



mediários financeiros são úteis quando produzem mais do que custam. No nosso caso, como veremos, custam muitas vezes mais do que o que contribuem a produzir.

Um segundo ponto a ser esclarecido, que tem tudo a ver com o primeiro, é que investimento e aplicação financeira não são a mesma coisa. Para os de língua inglesa é complicado, pois em inglês se usa *investment* para ambas as operações. A Economist, na impossibilidade de qualificar honestamente de investidores os que aplicam apenas em papéis, criou uma fórmula interessante: *speculative investors*. Na França, é muito claro para qualquer estudante de economia a diferença entre *investissements* e *placements financiers*, sendo estas últimas naturalmente aplicações

financeiras. A confusão é grave. O fato dos nossos bancos se referirem regularmente a investimentos quando se trata de aplicações em papéis tende a nos confundir. A confusão gerada, aliás, é voluntária, pois “investir” parece mais respeitável.

As aplicações financeiras podem ser muito lucrativas, mas geram lucros de transferência, e não por criação de riqueza suplementar. Se eu compro dólares por prever que a moeda vai subir, e acertei na aposta, poderei revendê-los com proveito, e comprar mais coisas. A pessoa que os vendeu viu pelo contrário a sua capacidade de comprar baixar na mesma proporção: ele agora tem reais, e o dólar está mais caro. No país não se produziu um par de sapatos a mais, não se construiu uma

casa a mais, a riqueza acumulada do país continua idêntica por mais que façamos frenéticas transações financeiras. São ganhos de transferência, de direitos sobre o produto que já existe, ou no caso de processos especulativos como os mercados de futuros, sobre um produto que ainda sequer foi produzido, mas já tem dono.

Agora, se eu realizo efetivamente o que pode ser qualificado de investimento, o que tanto pode ser a criação de uma fábrica de sapatos como o financiamento de um curso de formação tecnológica para pequena e média empresa, estou criando riqueza, aumentando o capital do país. No caso do investimento, mesmo que eu construa casas que depois tenha de vender com perdas, o país ganhou casas onde pessoas concretas poderão morar. O estoque de riqueza do país aumentou. Se eu invisto o meu patrimônio estou transformando-o em capital que gera mais riqueza. Se eu faço uma aplicação financeira estou possivelmente aumentando o meu patrimônio, mas não criando capital no sentido produtivo.

Quem viu *Uma Linda Mulher* lembrará como o aplicador financeiro, quando perguntado pela prostituta o que ele faz na vida, responde de maneira direta: “Eu faço o mesmo que você, eu f... com as pessoas por dinheiro” (*Same as you, I screw people for money*). Ele sabe perfeitamente que não está criando riqueza nenhuma, e sim está se apropriando da que foi criada por outros. David Ruccio, para o *Real World*

Economics, explicita isso claramente: “As finanças podem ser muito lucrativas, tanto para as instituições bancárias como para estudantes de Harvard, mas a única coisa que fazem é capturar parte do valor criado em outro lugar na economia. Em vez de criar riqueza, os rentistas simplesmente a transferem – dos outros para si”. Hoje, entre as grandes fortunas, muito poucos são os que criam riqueza, pois tende a ser muito mais lucrativo transferir para si a riqueza produzida por outros.⁴

No novo mundo econômico que construímos a partir dos anos 1980, o poder é dos intermediários. Uma vez mais, podem ser úteis, quando contribuem mais para a economia do que o custo de apropriação e de desorganização que provocam. Mas quando se tornam muito poderosos, e podem inclusive dobrar as leis que regulam as suas atividades e gerar as leis que os favorecem, o seu poder desarticulador sobre quem quer investir, produzir e consumir pode ser muito grande.

O texto que segue visa a explicitar como este processo se dá na economia brasileira. A economia funciona movida por quatro motores: as exportações, a demanda das famílias, as iniciativas empresariais e as políticas públicas. No nosso caso, a partir de 2014, estes quatro motores ficaram travados, e o sistema financeiro desempenhou um papel essencial neste travamento. Entender este processo nos permite entender as principais engrenagens da própria economia.

(4) Joseph Stiglitz, no estudo mencionado, define a renda (diferente de renda): “trata-se de riqueza obtida não por meio de uma atividade economicamente valiosa, mas sim extraída de outros, frequentemente por meio de exploração.” (p. 14) No original, “*Rent-seeking, the practice of obtaining wealth not through economically valuable activity but by extracting it from others, often through exploitation*”.

As exportações

No Brasil as exportações não constituem nem de longe o principal motor. Os cerca de 150 bilhões de dólares de exportações, representando como ordem de grandeza 480 bilhões de reais, representam cerca de 8% do PIB. É significativo, em particular porque permite importar bens e serviços importantes para a economia, mas nada de decisivo, em particular porque também se importam produtos que substituem produção local. Não somos de modo algum uma economia semelhante às de alguns países asiáticos, nas quais o o motor do comércio externo é essencial. Com uma população de 202 milhões habitantes, e um PIB de 6 trilhões de reais, somos antes de tudo uma economia vinculada ao mercado interno. Se as dinâmicas internas não funcionam, o setor externo pouco poderá resolver.

Ainda assim, é suficientemente importante para contribuir ao travamento. Os preços das *commodities* (*Commodity Price Index*), por exemplo, caíram 21,14% nos 12 meses de abril de 2015 a abril de 2016, e as nossas exportações dependem muito desses produtos. Aqui, não há muito que possamos fazer, pois se trata da evolução do mercado mundial. Inclusive, as atividades para a exportação continuam firmes em termos de produção e volume, mas o que rendem é hoje muito menos.

Ainda que se trate de bens físicos como minério de ferro ou soja, o fato é que no

plano internacional as variações são diretamente ligadas às atividades financeiras modernas. Não há razões significativas em termos de volumes de produção e de consumo mundial que justifiquem as enormes variações de preços de *commodities* no mercado internacional. Os volumes de produção e consumo de petróleo, por exemplo, situam-se em torno de 95 milhões de barris por dia, com muito poucas alterações. Mas as movimentações diárias de trocas especulativas sobre o petróleo ultrapassam 3 bilhões de barris, cerca de 30 vezes mais. São essas movimentações especulativas que permitem entender que, com um fluxo estável do produto concreto, o petróleo possa variar em poucos meses de 114 a 29 dólares o barril.

O que movimenta os preços neste caso não é a economia chinesa, ou uma decisão da Arábia Saudita ou ainda a entrada do Irã de volta ao mercado, mas sim a expectativa de ganhos especulativos dos *traders*, hoje 16 grupos que controlam o comércio mundial de *commodities*. Estes grupos, concentrados em Genebra, alimentam o chamado mercado de derivativos, que hoje ultrapassa 600 trilhões de dólares, para um PIB mundial de 80 trilhões. Neste sistema, estão todos os grandes grupos financeiros mundiais, gerando imensa instabilidade tanto para os países produtores como para os países consumidores.⁵

O essencial para o nosso raciocínio

(5) Sobre este tema ver o nosso artigo "Produtores, intermediários e consumidores", 2013, disponível em <http://dowbor.org/2013/10/produtores-intermediarios-e-consumidores-o-enfoque-da-cadeia-de-precos-agosto-20134p.html/>

aqui é que as soluções no curto e no médio prazo, para a economia brasileira, concentram-se no mercado interno, no consumo das famílias, nas atividades empresariais e nos investimentos públicos em infraestruturas e políticas sociais. Com a instabilidade internacional gerada por um caos financeiro que não consegue definir instrumentos de regulação, as soluções para o Brasil aparecem essencialmente nas dinâmicas internas, inclusive compensando com a expansão do mercado interno a fragilidade das perspectivas internacionais. De toda forma não se pode subestimar o impacto das nossas perdas nas exportações como fator de travamento da economia.

A demanda interna

Incomparavelmente mais importante é a demanda das famílias, que constitui o principal motor da economia. Trata-se também de uma dinâmica que estimula atividades fins, o arroz e o feijão na nossa mesa. Quando a demanda interna murcha, as empresas não têm interesse em produzir. E quando a demanda está forte, haverá quem invista para responder e lucrar, dinamizando a economia.

As fases Lula e Dilma I elevaram fortemente a base popular de consumo, por meio do conjunto de programas de distribuição de renda, elevação do salário mínimo, inclusão produtiva e outras medidas que permitiram tirar da pobreza dezenas de milhões de pessoas, gerando uma dinâmica de forte crescimento, o que por sua vez permitiu financiar as próprias políticas sociais. É o que se chamou de círculo virtuoso, em que um progresso alimentou

outro. A partir de 2013, no entanto, o processo entrou em crise. A realidade é que os bancos e outros intermediários financeiros demoraram pouco para aprender a drenar o aumento da capacidade de compra do andar de baixo da economia, esterilizando em grande parte o processo redistributivo e a dinâmica de crescimento.

Alguns exemplos ajudam a entender a dinâmica. O crediário cobra, por exemplo, 104% para “artigos do lar” comprados a prazo. Na Europa também se usa crediários, mas a rede MidiaMarkt, por exemplo, cobra 13% ao ano. Quem se enforca com este nível de juros e recorre ao cheque especial (mais de 300%) apenas se afunda na dívida acumulada, e se entra no rotativo do cartão, da ordem de 450%, acaba de amarrar o nó no pescoço. Note-se que o cheque especial e o rotativo no cartão não ultrapassam 15% ao ano nos países desenvolvidos. Temos neste caso grande parte da capacidade de compra dos novos consumidores drenada para intermediários financeiros, esterilizando a dinamização da economia pelo lado da demanda.

No caso de a pessoa buscar o crédito no banco, o juro para pessoa física – em que pese o crédito consignado, que na faixa de 25 a 30% ainda é escorchante, mas utilizado em menos de um terço dos créditos – é da ordem de 103%, segundo a ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contábeis. Na França, os custos correspondentes se situam na faixa de 3,5% ao ano.

As pessoas que, mais conscientes ou dispondo de mais recursos, compram à vista no cartão ignoram em geral que na modalidade “crédito” de uma compra de

100 reais, 5% do que pagam vão para os bancos, e na modalidade “débito” cerca de 2,5%. A CPMF era de 0,38% e provocou uma avalanche de críticas. Na compra de 100 reais “crédito” o banco cobra 5 reais, quando o custo da operação (gestão dos cartões) mal chega a 10 centavos. Um custo benefício de 50 por 1. Com milhões de operações de pagamento à vista no cartão efetuadas todo dia, todas as atividades econômicas se tornam mais caras para o consumidor. É um dreno imenso sobre toda a economia.

É preciso acrescentar aqui que muitos dos novos compradores a prazo têm pouca experiência de crédito. Uma prática particularmente nefasta é o fato de os intermediários, e hoje inclusive os bancos, apresentarem o juro ao mês, e não ao ano, o que esconde o mecanismo de juros compostos. Uma pessoa sem formação na área pensará que um juro de 6% ao mês é três vezes maior do que um juro de 2% ao mês. Juros de 6% ao mês representam cerca de 100% ao ano, quando três vezes os juros de 2% representam cerca de 78%.

Na realidade, é até estranho constatar que em todo o ciclo escolar, e inclusive nas universidades, a não ser na área especializada em economia financeira, ninguém nunca teve uma aula sobre como funciona o dinheiro, principal força estruturante da nossa sociedade. Não à toa Stiglitz obteve o seu Nobel de economia com trabalhos sobre assimetria de informação nos pro-

cessos econômicos.

É importante notar igualmente que o governo não fixa essas taxas, e o Banco Central não as controla. A ANEFAC deixa clara a ausência de regulação: “Destacamos que as taxas de juros são livres e as mesmas são estipuladas pela própria instituição financeira não existindo assim qualquer controle de preços ou tetos pelos valores cobrados. A única obrigatoriedade que a instituição financeira tem é informar ao cliente quais as taxas que lhe serão cobradas caso recorra a qualquer tipo de crédito”.⁶

O resultado é que a população se endivida muito para comprar pouco no volume final. A prestação que cabe no bolso pesa no bolso durante muito tempo. O efeito demanda é travado. A parte da renda familiar que vai para o pagamento das dívidas passou de 19,3% em 2005 para 46,5% em 2015: ninguém entra em novas compras com este nível de endividamento, quando quase metade da renda está presa no serviço da dívida. O principal motor da economia, a demanda das famílias, é travado.

A atividade empresarial

O travamento da demanda das famílias, da grande massa de consumo da população, tem efeito imediato nas iniciativas das empresas, que veem os seus estoques de produtos não vendidos se acumular. É natural que reduzam o ritmo de produção, o que por sua vez frequentemente afeta o emprego. Impacto maior ainda resulta da redução dos investimentos empresariais.

(6) Fonte: p. 8 do documento <http://www.anefac.com.br/uploads/arquivos/2014715153114381.pdf>

Se a demanda se reduz, por exemplo, em 5%, gerando uma insegurança quanto à perspectiva de produção, os investimentos novos caem muito mais, pois as empresas entram em compasso de espera e qualquer nova iniciativa é suspensa.

Os empresários efetivamente produtivos – contrariamente aos intermediários – trabalham em geral com margens relativamente pequenas. Um fogão pode ser comprado a prazo por 840 reais, e à vista por 420 reais, já incluído o imposto de 40% e o lucro da loja, mas terá saído da fábrica a pouco mais de 200 reais. O resultado é que quem não tem dinheiro para pagar à vista vai pagar mais de 800 reais por um fogão de 200 reais. O produtor aqui recebe pouco e terá dificuldades para expandir as atividades, pois o grosso do lucro vai para intermediários que em vez de serem prestadores de bons serviços comerciais se transformaram em financiadores, em vendedores de crédito. São atividades bancárias não assumidas como tais.

Quanto ao financiamento bancário para pessoas jurídicas, os juros são igualmente proibitivos, da ordem de 24% para capital de giro, 35% para desconto de duplicatas, e tocar uma empresa nessas condições não é viável. Existem linhas de crédito oficiais, mas compensam em parte apenas a apropriação dos resultados pelos intermediários financeiros. O pequeno e médio empresário, em particular, vai buscar crédito na agência onde tem a sua conta, e a busca por formas subsidiadas de crédito oficial não entra na sua esfera de decisão. Na Zona Euro o custo médio do crédito para pessoa jurídica é de 2,20% ao ano, diretamente acessível

em qualquer banco. Ninguém consegue desenvolver atividades produtivas com taxas de juros como as que praticamos, e as empresas acabam buscando o autofinanciamento, perdendo-se o imenso motor de dinamização da economia que é o crédito barato ao produtor.

Além da baixa demanda e do crédito caro, no caso brasileiro, um terceiro fator desestimula o produtor: ele tem a alternativa de aplicar no Tesouro Direto, que rende 14% (para uma inflação da ordem de 7% em 2016), liquidez total, risco zero, uma alternativa que permite ao empresário ver o seu dinheiro render sem precisar enfrentar os esforços e riscos das atividades produtivas. Mesmo descontada a inflação, trata-se de excelente remuneração, que permeou grande parte do empresariado e ampliou a classe dos rentistas, dos que ganham sem precisar produzir, pois passam a ser remunerados pelos nossos impostos, já que se trata do serviço da dívida pública. Este último mecanismo, pelo ônus que representa para o orçamento, trava o quarto motor da economia, o investimento público em infraestruturas e políticas sociais.

Os investimentos públicos

Vejamos o quarto item da engrenagem, a taxa Selic que incide sobre a dívida pública. O mecanismo é simples. Em 1996, para compensar as perdas que os bancos sofreram ao se quebrar a hiperinflação, o governo criou um mecanismo de financiamento da dívida pública com taxas de juros elevadas. A minha poupança, por exemplo, está no banco, mas rende muito pouco. O banco, por sua vez, aplica este

dinheiro em títulos da dívida pública, que rendiam, na fase do governo de FHC, em média 25% a 30%, chegando a um máximo de 46%. A justificativa era de se tranquilizar “os mercados”, ou seja, os grandes intermediários financeiros, nacionais ou internacionais. Ser “confiável” para a finança internacional e as agências de classificação de risco tornou-se mais importante do que ser confiável para a população.

Para pagar estes intermediários, o governo precisou aumentar os impostos, que subiram de 25% para 32% do PIB na época. Na fase atual, em 2016, com uma taxa de 14%, o governo transfere uma grande parte dos nossos impostos para os bancos. É uma taxa menor do que na fase FHC, mas incide sobre um estoque maior de dívida. O mecanismo é simples. Eu que sou poupador, de um bolso coloco a minha poupança no banco que me remunera de maneira simbólica, e de outro bolso tiro 14% para dar ao governo que os transfere para o banco. Em outros termos, eu pago ao banco, através dos meus impostos, para que tenha o meu dinheiro. É importante lembrar que os títulos da dívida pública pagam na faixa de 0,5% ao ano na maioria dos países do mundo.

O Brasil tem um PIB da ordem de 6 trilhões de reais, o que significa que a cada vez que se drena 60 bilhões de reais das atividades produtivas para a especulação, é um por cento do PIB que se perde. Se o gasto com a dívida pública atinge 8% do PIB, como é o caso em 2015, são cerca de 500 bilhões de reais dos nossos impostos transferidos essencialmente para os grupos financeiros. Com isso se esteriliza parte muito significativa da capacidade

do governo de financiar infraestruturas e políticas sociais. Além disso, a Selic elevada desestimula o investimento produtivo nas empresas, pois é mais fácil, como vimos, ganhar com títulos da dívida pública. E para os bancos e outros intermediários, é mais simples ganhar com a dívida do que fomentar a economia buscando bons projetos produtivos, o que exigiria identificar clientes e projetos, analisar e seguir as linhas de crédito, ou seja, fazer a lição de casa, usar as nossas poupanças para fomentar a economia. Os fortes lucros extraídos da economia real pela intermediação financeira terminam contaminando o conjunto dos agentes econômicos.

Em termos de impacto econômico, os investimentos públicos são essenciais para dinamizar qualquer economia moderna. Os dois grandes eixos de dinamização na esfera pública são os investimentos em infraestruturas, como transportes, energia, telecomunicações e água e saneamento, e as políticas sociais, como saúde, educação, cultura, lazer, esportes, habitação, segurança e outras atividades que constituem essencialmente investimento nas pessoas. Ao desviar uma grande parte dos recursos públicos de investimentos para remuneração aos intermediários financeiros e rentistas em geral, travou-se o quarto motor da economia.

Em termos políticos este mecanismo perverso tornou-se explosivo, pois se inicialmente o sistema favorecia essencialmente os bancos, hoje com a abertura de aplicações no Tesouro Direto para qualquer poupador, gerou-se uma massa de empresários e pessoas da classe média que se acostumaram a ver o seu dinheiro render a partir

da elevada taxa Selic. Quando o governo Dilma tentou baixar os juros, que chegaram em 2013 a 7,25% para uma inflação de 5%, a revolta foi geral, e iniciou-se uma articulação perversa entre crise financeira e crise política, uma aprofundando a outra.

É essencial entender que as pessoas de menor rendimento, os três quartos do país, aplicam muito pouco em produtos financeiros, e mal conseguem fechar o mês, em particular pelo endividamento que os enforca. E esta população necessita vitalmente dos investimentos públicos, como saúde, educação, saneamento básico, habitação popular e outras iniciativas. Quando os recursos que serviriam ao financiamento destes setores são desviados para quem tem importantes aplicações financeiras, ou seja, para os segmentos mais ricos do país, gera-se um aprofundamento das desigualdades, invertendo todos os esforços de 12 anos de ampliação de políticas sociais e de demanda popular. O Brasil volta assim para uma economia “de base estreita”, e trava-se o objetivo histórico essencial de harmonizar o país pela elevação social das massas populares.

É importante mencionar aqui que o mecanismo perverso criado no país encontra-se em numerosos países, ainda que sob diversas formas. O denominador comum é o fato dos grandes grupos financeiros se apropriarem das políticas públicas por meio do inchaço da dívida pública. A sobrevivência do governo passa então a depender menos do seu empenho em assegurar políticas que favoreçam a população em geral, e mais de mostrar que é “confiável” para o sistema nacional e mundial de especulação financeira. São

inúmeros os países que elegeram governos com programas progressistas e terminaram aplicando políticas de direita. E para a população, vende-se a ideia de que são as políticas sociais que geraram o déficit público e o travamento da economia. Quando se compara as poucas dezenas de bilhões de reais que representa o Bolsa Família, investimento nas pessoas, e os 500 bilhões de reais transferidos para rentistas, que ganham sem produzir, o argumento se torna ridículo. Aliás, trabalhos de Jorge Abrahão no IPEA mostram que para cada 1 real investido no Bolsa Família o efeito multiplicador leva a um aumento do PIB de 1,85 reais, enquanto os juros sobre a dívida pública reduzem o PIB, por tirar recursos da economia real para a área financeira.

A articulação perversa

Estamos portanto assistindo a uma paralisia do país em termos mais financeiros do que econômicos – pois nossa capacidade de produzir continua intacta – e cada vez mais em termos políticos. O primeiro entrave, o das exportações, depende como vimos da uma dinâmica internacional sobre a qual temos pouca influência. Mas para os outros três entraves podemos arriscar ordens de grandeza bastante confiáveis. Aqui se trata de uma avaliação preliminar do tamanho do “rombo” gerado pelos intermediários financeiros e rentistas, sendo importante que ao tentarmos uma aproximação nos números somos confrontados com o fato de que os diversos subsistemas estatísticos não constituem um universo coerente que se pode simplesmente agregar. Ainda assim, as ordens de grandeza são evidentes.

Segundo o Banco Central, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro, incluindo recursos livres e direcionados, atingiu 3.111 bilhões de reais, 56% do PIB, em julho de 2015. Sobre este estoque incidem juros, cujo valor médio no mesmo período era de 28,4% ao ano (o equivalente na Europa é da ordem de 3-5%). Isso significa que a carga de juros pagos apenas nos bancos representa 880 bilhões de reais, cerca de 15% do PIB. Trata-se dos juros extraídos, não do volume de empréstimos. Uma massa de recursos deste porte transforma a economia (BCB, ECOIMPOM, 08/2015).

Como vimos, isso se reflete no travamento da capacidade de compra das famílias, que dedicaram em março de 2015 46,5% da sua renda ao pagamento de dívidas. Não temos as cifras correspondentes para o mundo empresarial, e seria muito importante ter o grau de endividamento por exemplo das pequenas e médias empresas nos diversos setores. Mas o gargalo é certamente poderoso. Ficam aqui travados o segundo e terceiro motor da economia.

Quanto ao quarto motor, o investimento público, os cerca de 500 bilhões de reais desviados dos nossos impostos representam 8% do PIB. O sistema constitui uma apropriação escandalosa de recursos públicos. Se os bancos, e outros favorecidos pelo sistema, investissem estes ganhos financeiros em atividades produtivas de bens e serviços, teríamos sem dúvida um forte crescimento econômico. Mas são recursos reaplicados em produtos financeiros, na própria dívida pública ou outros produtos financeiros, e também colocados no exterior, ao abrigo do fisco.

Se somarmos os cerca 15% desviados para remuneração de intermediários financeiros por meio da dívida das pessoas físicas e das pessoas jurídicas, os 8% desviados por meio da dívida pública, e descontarmos vários segmentos de atividades que retornam ao circuito produtivo, importantes ainda que minoritários, não é exagero estimar que estamos esterilizando algo como 20% dos nossos recursos, aos desviá-los de atividades econômicas para rentismo improdutivo. Uma parte disso volta para a economia real, sem dúvida: o pobre acaba sim comprando o fogão, mas ao pagar mais do dobro por causa dos encargos financeiros, a sua capacidade de compra é dividida pela metade, e reduz-se drasticamente o seu impacto de dinamizar a economia. Não há país que possa funcionar dessa maneira.

E não há elite que queira permitir que este tipo de mais-valia financeira, que gera tanto lucro com tão pouco esforço, seja tocado. Dizer que o travamento geral provocado se deve ao gasto com programas sociais por parte do governo é simplesmente ridículo. O que temos pela frente não é um ajuste fiscal, mas uma reforma financeira. Em particular, os bancos precisam voltar a fazer a lição de casa, ou seja, identificar projetos e oportunidades de investimento produtivo, e fomentar a economia.

A questão essencial é que os intermediários financeiros não financiam, mas drenam. Essa lógica permite hoje entender como uma economia entra em recessão, ao mesmo tempo que o banco Bradesco, durante o ano de 2014, aumenta os seus lucros em 25,9% e o Itaú em 30,2%, uma dinâmica em que quanto mais os bancos

lucram, mais a economia estanca. Não ver a conexão é cegueira, e a cegueira é ajudada pelo imenso esforço de se atribuir o travamento ao excesso de gastos públicos.

A evasão fiscal

É de se pensar o que acontece com tantos ganhos que param nas mãos dos meios financeiros. A *Tax Justice Network* (TJN) elaborou os dados mais confiáveis sobre evasão fiscal por meio de paraísos fiscais. Muito antes dos arquivos do Panamá, com as pressões do G20 e o impacto da crise de 2008, os números foram saindo. Como ordem de grandeza, os recursos aplicados em paraísos fiscais atingem um terço do PIB mundial. Assim, o Brasil não está isolado, nesse sistema planetário, nem é particularmente corrupto. Os dados para o Brasil, 519,5 bilhões de dólares em termos de capitais *offshore*, são de toda forma impressionantes, ocupamos o quarto lugar no mundo. Estes recursos, que representam também algo como um terço do PIB em termos de estoque, deveriam pagar os impostos, que permitiriam ampliar investimentos públicos, e deveriam ser aplicados em fomento da economia onde foram gerados. É lei: artigo 192º da nossa Constituição.

Um estudo particularmente interessante é da *Global Financial Integrity*, coordenado por Dev Kar, *Brasil: fuga de capitais, fluxos ilícitos e as crises macro-econômicas, 1960-2012*. Trata-se de uma sangria de recursos por evasão, estimada em cerca de 35 bilhões de dólares por ano entre 2010 e 2012. São mais de 2% do nosso PIB que se evaporam anualmente só nestas operações. São recursos que, por sua vez, irão

alimentar em boa parte o estoque de mais de 1,5 trilhão de reais em paraísos fiscais visto acima. Segundo o relatório, “o governo deve fazer muito mais para combater tanto o subfaturamento de exportações como o superfaturamento de importações, adotando ativamente medidas dissuasivas adicionais em vez de punições retroativas” (GFI, 2014). Na realidade, os lucros realizados pelo sistema financeiro não só não são investidos na economia, como em grande parte sequer pagam impostos. Uma placa interessante surgiu nas manifestações pró-golpe na Av. Paulista: “Evasão fiscal não é roubo”. Naturalmente, os que são afortunados e evadem o fisco acham também muito bom poder ter os filhos matriculados na USP, estudando com os recursos dos outros.

As medidas

É essencial lembrar que o Brasil já teve certo controle sobre o seu sistema financeiro. O artigo 192º da Constituição de 1988, em particular, definia uma taxa máxima de juros reais (12% acima de inflação) e fixava parâmetros para o funcionamento das instituições. O sistema foi desregulado em 1999, ao mesmo tempo que os EUA desregulavam o seu sistema financeiro (raiz da futura crise de 2008) ao revogar a lei Glass-Steagall que restringia os processos especulativos. Veja como ficou o artigo 192º depois da PEC 53/1999 (autoria do Dep. José Serra):

“Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abran-

gendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

- I - (Revogado).
- II - (Revogado).
- III - (Revogado)
 - a) (Revogado)
 - b) (Revogado)
- IV - (Revogado)
- V - (Revogado)
- VI - (Revogado)
- VII - (Revogado)
- VIII - (Revogado)
- § 1º - (Revogado)
- § 2º - (Revogado)
- § 3º - (Revogado)''

O caixão foi fechado com a Emenda Constitucional n. 40 de 29 de maio de 2003. Enquanto os Estados Unidos tentam, a partir da crise de 2008, reconstituir algum sistema de regulação por meio da lei Dodd-Frank, aqui avançamos em sentido contrário, colocando os próprios banqueiros no leme da economia. Abaixo, elencamos algumas medidas óbvias, cujo objetivo geral é fazer com que o sistema financeiro volte a respeitar as poucas linhas que restaram do artigo 192º: “promover o desenvolvimento equilibrado do país e servir aos interesses da coletividade”. Temos uma boa máquina financeira,

agências, técnicos, sistemas: mas esta máquina tem de servir a economia em vez de apenas dela se servir.

Promover a redução gradual e sistemática dos juros para tomador final e sobre a dívida pública

O governo tem uma arma poderosa na mão, que são os bancos públicos, ou predominantemente públicos, que podem ser utilizados para reduzir as taxas de juros no cartel bancário em geral. E a redução da taxa Selic levaria gradualmente os empresários e rentistas que ganham dinheiro através dos nossos impostos a buscar a aplicação produtiva do dinheiro. Trata-se de um eixo essencial de mudança, e o fato de o governo ter tentado esta política em 2013/2014 não a invalida. O que invalidou a proposta foi o governo ter se assustado com as reações dos rentistas e recuado. Não vamos poder continuar com as taxas de juros aberrantes da nossa economia, e a recompensa generalizada dos improditivos.

A reforma tributária

É vital resgatar um mínimo de equilíbrio tributário: não se trata de aumentar os impostos, mas de racionalizar a sua incidência e de fiscalizar o pagamento. Uma pesquisa do Inesc mostra que “a tributação sobre o patrimônio é quase irrelevante no Brasil, pois equivale a 1,31% do PIB, representando apenas 3,7% da arrecadação tributária de 2011. Em alguns países do capitalismo central, os impostos sobre o patrimônio representam mais de 10% da arrecadação tributária, como, por exemplo, Canadá (10%), Japão (10,3%), Coreia (11,8%), Grã-Bretanha (11,9%) e EUA

(12,15)” (Inesc, 2014, p.21). Se acrescentarmos a baixa incidência do imposto sobre a renda, o fato de os impostos indiretos representarem 56% da arrecadação, e o fato de os grandes devedores recorrerem de forma massiva à evasão fiscal, temos no conjunto uma situação que clama por mudanças. Segundo informações extraídas da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2008/2009 pelo Ipea, estima-se que 10% das famílias mais pobres do Brasil destinam 32% da renda disponível para o pagamento de tributos, enquanto 10% das famílias mais ricas gastam 21% da renda em tributos” (Inesc, 2014, p.6). Taxar o capital financeiro improdutivo, em particular, constituiria um excelente estímulo a que busquem investir e fomentar a economia.

Sistemas financeiros locais

Trata-se de ampliar, tanto em termos de escala como de capilaridade, o conjunto dos sistemas locais de financiamento, as chamadas finanças de proximidade. Voltando ao exemplo visto rapidamente acima, o sistema alemão de crédito, muito descentralizado e constituindo um poderoso vetor de dinamização da pequena e média empresa, é um ponto de referência interessante. “Na Alemanha, os grandes bancos de cobertura nacional constituem apenas cerca de 13% do sistema bancário. O sistema é muito predominantemente (*overwhelmingly*) de base local, apoiando pequenas e médias empresas que asse-

guram 80% dos empregos em qualquer economia (Brown, p. 2697).” O Brasil já tem 107 bancos comunitários de desenvolvimento e interessantes programas de microcrédito, mas é essencial compreender que o próprio sistema bancário e de intermediação financeira em geral, que hoje constitui um número limitado de gigantes econômicos, e se comporta como oligopólio, tem de passar a contribuir para a dinamização produtiva do país.

Promover o investimento dos fundos de pensão hoje concentrados em aplicações financeiras

Centenas de bilhões de reais são aplicados pelos fundos de pensão. Estes fundos tanto podem buscar aplicações lucrativas em termos financeiros, por exemplo em títulos da dívida pública, como poderiam contribuir para o fomento econômico ao investir na economia real. Que impacto têm esses fundos sobre a economia, de dreno ou de fomento, e quais são os montantes? Em 2015 são 733 bilhões de reais, 13% do PIB, dos quais 65% aplicados em renda fixa, e destes 78% em títulos da dívida pública. Apenas 3% podem ser considerados como fomentando à economia real. O CMN autoriza os fundos a aplicar até 100% dos recursos em títulos da dívida pública. Mudar essas regras poderia estimular os fundos a buscarem investir em atividades produtivas (ver Resolução 3792 do CMN, art. 35, 24 de setembro de 2009).

(7) Brown, Ellen – The Public Bank solution – Third Millenium Press, Louisiana, 2013 –
Ver mais dados em www.publicbankinginstitute.org

Promover a reconversão da especulação para o fomento econômico

É essencial portanto entender que a intermediação financeira não é produtiva como atividade, pois é uma atividade-meio: a sua produtividade se dá de forma indireta, quando investe os recursos captados da economia para financiar atividades produtivas, estimulando a economia real, as chamadas atividades-fim. Ao agregar as nossas poupanças para fomentar a economia, cumpre um papel positivo. Se as drena para fins especulativos, fragilizando a demanda e o investimento, está sendo contraprodutiva, torna-se um atravessador. É o nosso caso. Como são poucos e grandes os principais bancos, a cartelização torna-se natural, e a cooptação do Banco Central como órgão regulador fecha o círculo. A capacidade de gerar crises sistêmicas, na linha do *too big to fail* constatado nos EUA e na Europa em particular, adquiriu aqui feições diferentes, mas funções iguais, pela capacidade real de chantagem política.

Gerar transparência sobre os fluxos financeiros

Pela importância que adquiriu a intermediação financeira, é preciso dinamizar um conjunto de pesquisas sobre os fluxos financeiros internos e disponibilizá-las amplamente, de maneira a gerar uma transparência maior nessa área onde as pessoas simplesmente não se orientam. Para criar a força política capaz de reduzir o grau de cartelização, reintroduzindo mecanismos de mercado e transformando o sistema de intermediação financeira, é preciso ter uma população informada. Um das coisas mais impressionantes para esta área vital para o desenvolvimento do país

é o profundo silêncio, não só da mídia mas também da academia e dos institutos de pesquisa, sobre o processo escandaloso de deformação da economia pelo sistema financeiro. O fato de os grupos financeiros serem grandes anunciantes na mídia evidentemente não ajuda na transparência.

Um bom sistema de intermediação financeira é aquele que promove a saúde econômica de quem a ele recorre. É desse ponto de vista que devem ser organizadas as estatísticas financeiras e as medidas da produtividade do sistema financeiro nacional. Temos de gerar um instrumento estruturado de seguimento do fluxo financeiro integrado do país, com o olhar já não só para o equilíbrio financeiro das próprias instituições financeiras: mais importante é poder avaliar de maneira coerente o impacto do fluxo financeiro sobre a demanda das famílias, o investimento privado, o investimento público e as atividades exportadoras, os quatro motores da economia. O enfoque geral que precisamos desenvolver, não é mais apenas de medir qual a produtividade de uma atividade de intermediação financeira para a própria instituição de intermediação, e sim quanto contribui para a economia, concretamente nos seus diversos setores.

Não se trata de ser contra os bancos, e sim de batalhar pela sua reconversão no sentido de se tornarem vetores de desenvolvimento. Neste sentido, o conjunto de avanços tecnológicos, as infraestruturas e os conhecimentos adquiridos nos mecanismos financeiros e de que hoje o sistema financeiro nacional dispõe podem todos ser aproveitados numa reconversão que os torne uma alavanca poderosa de desenvolvimento.

Energia: uma matriz renovável é possível no Brasil?

Joilson Costa¹

Boa tarde a todos e todas. Meu nome é Joilson Costa, sou de São Luiz do Maranhão. Sou colaborador da Frente para uma Nova Política Energética para o Brasil, um conjunto de organizações da sociedade civil que vem já há um tempo, mais especificamente desde 2013, discutindo a política energética brasileira. Vou tentar dar conta dos *slides* que preparamos, alguns são mais ilustrativos. Primeiro, como eu vou dividir essa mesa com o companheiro e colega Ivo Poletto, que também faz parte da Frente, combinamos que eu vou falar um pouco mais do aspecto técnico e ele um pouco mais do político. Então, pelo fato de considerarmos que a discussão política é a mais importante aqui, combinamos que eu abordaria logo essa primeira parte, dos dados e, depois, o Ivo vem com essa reflexão mais política de fundo, com a qual eu concordo plenamente.

Primeiro, devo dizer que a resposta à pergunta que dá título à nossa apresenta-

ção é que sim, uma matriz renovável não apenas é possível no Brasil, mas é uma realidade, no sentido clássico da palavra “renovável”. Creio que muitos devem saber que este conceito está basicamente ligado à capacidade de utilização das fontes contanto que, num determinado período de tempo, elas possam ser repostas naturalmente. Então, por esse conceito clássico, o Brasil possui, de fato, uma das matrizes mais renováveis do mundo, essa é a realidade da matriz energética no Brasil, tirada do último balanço energético nacional que é de 2015 com dados de 2014. Cerca de 39,4% da matriz tem a participação de energias renováveis e é justamente pelo fato de que, na comparação da matriz brasileira com o resto do mundo, há uma diferença tão gritante – haja vista que a matriz energética mundial é assentada fortemente em combustíveis fósseis –, que o governo brasileiro, fala de matriz energética, “enche o peito” para dizer que a nossa matriz é limpa, que é renovável e é exemplo para o mundo.

(1) Joilson José Costa. Engenheiro Eletricista (UFMA), Coordenador Executivo da Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil e colaborador da Rede Jubileu Sul Brasil.

Aqui é apenas um detalhamento da utilização dessas fontes renováveis – principalmente biomassa, hidráulica, lenha e outras renováveis. Aqui, quando falamos de fontes renováveis, estamos falando não apenas da geração de energia elétrica, mas de toda a matriz energética, incluindo também combustíveis, transportes e outros. E, no **quadro 1**, um detalhamento das não renováveis, que ainda são a maioria. Ou seja, apesar de a matriz brasileira ter um componente fortemente renovável, ela não é majoritariamente renovável. Este é um ponto a ser ressaltado: ela tem um componente renovável muito forte, principalmente em comparação com o resto

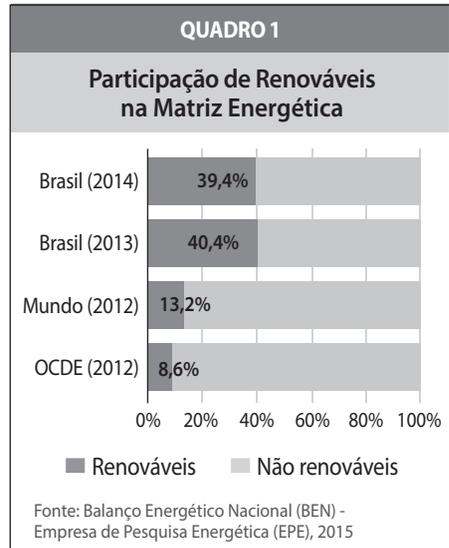
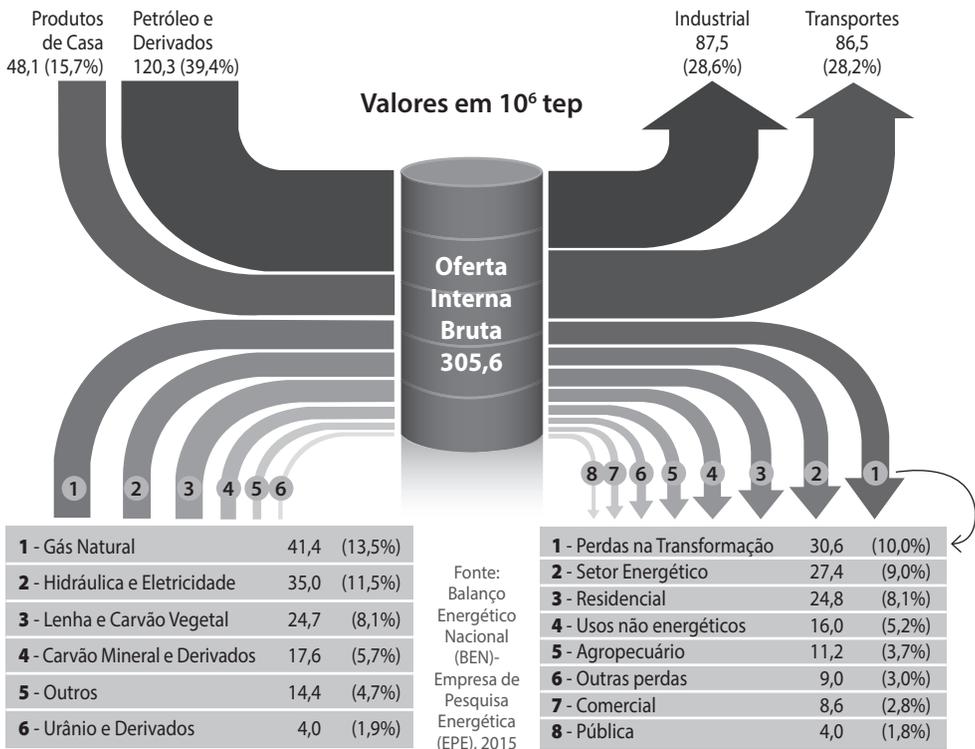


FIGURA 1



do mundo, mas não é majoritário.

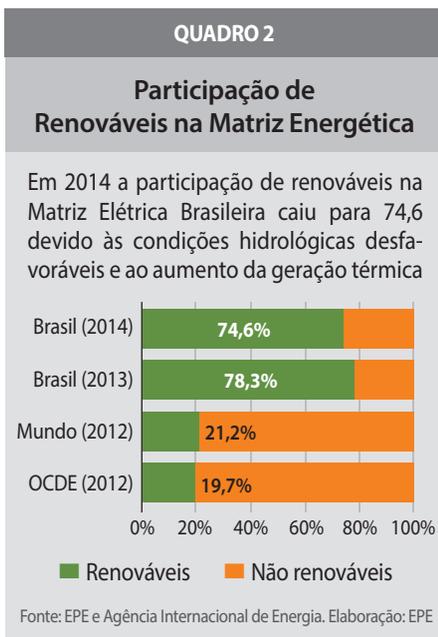
A **figura 1** (na página anterior) é um gráfico de fluxo energético, ou seja, como é que se configura a oferta de energia, ou seja, o que o país oferece de energia e o que se consome em todos os setores. Também ainda não é agregação de energia elétrica e esses valores aqui são em tonelada equivalente em petróleo (tep), que é uma medida padrão em que você pega todos os energéticos e faz uma conversão para o petróleo.

No **quadro 2**, já estou fazendo um recorte para a energia elétrica e boa parte da nossa fala vai ter muito forte esse recorte da energia elétrica, não só porque esta é a minha formação (engenharia elétrica), mas também porque, na composição das organizações da Frente, esta é a discussão que tem maior peso, apesar de nós desejarmos fazer a discussão da matriz energética como um todo, não apenas da

geração de energia elétrica, mas de toda a matriz energética do Brasil.

Em termos de geração de energia elétrica, em 2014, a configuração era mais ou menos esta. Em termos de geração, não se trata de capacidade instalada, mas é o que de fato, se gerou. Foram 407,2 terawatts-hora que foram produzidos em todo o ano de 2014. 407,2 é só a geração hidráulica, a geração total foi de 624,3 terawatts-hora, um pouquinho a mais do que em 2013. Para entendermos o que significa isso, partindo do mais simples, na nossa conta de energia que é o quilowatt-hora, suponhamos quem tem um consumo de 100, 200, 300 quilowatts-hora. Então, você tem uma noção mais ou menos do que essa quantidade de energia alimenta com seu consumo mensal. Quando a gente passa do quilo para o mega, a gente está passando da casa do milhar para a casa do milhão. Quando a gente passa do mega para o giga, a gente está passando do milhão para a casa do bilhão. E do giga para o tera, a gente está passando então para a casa do trilhão. Aqui, portanto, nós temos 624,3 trilhões de watts-hora que foram produzidos em todo o ano de 2014.

Esta é a configuração da matriz elétrica, que é meio renovável no conjunto da matriz energética como um todo. Quando o governo mostra esses números, ele se orgulha de dizer: “Nós temos a matriz elétrica mais renovável do mundo”. De fato, se compararmos os 74,6% do Brasil com 21,2% do mundo, que é fortemente assentado em combustíveis fósseis, de fato, é verdade! Aqui, no Brasil, como sabemos, a matriz elétrica é fortemente assentada em grandes hidrelétricas.



Apenas para falar em termos de capacidade instalada – capacidade instalada é o que uma usina tem a capacidade de gerar em termos de energia –, nós tínhamos, em 2014, 133 mil megawatts ou 133 GW de capacidade instalada no Brasil, sendo a imensa maioria ainda a hidrelétrica, mas com a térmica já se aproximando, em termos de capacidade instalada.

E o **quadro 3** é um retrato, digamos, mais real, de 11 de novembro de 2015. A ANEEL faz esse acompanhamento *online*, então, isso aqui seria um retrato da nossa matriz elétrica deste dia com 4.331

empreendimentos de vários tipos, desde as centrais eólicas, pois vemos ali uma enorme quantidade de energia eólica, PCH (Pequenas Centrais Hidrelétricas), usinas fotovoltaicas, hidrelétricas e termelétricas – há, por exemplo, 2.834 termelétricas em funcionamento, espalhadas por todo o Brasil. Cabe ressaltar que agora não estão todas funcionando, mas houve um certo período do ano de 2014, em que todas essas 2.834 termelétricas estavam funcionando, devido à condição hidrológica desfavorável. E aí vamos ver os empreendimentos em construção: as

Como se gera energia elétrica no Brasil?

QUADRO 3

Empreendimentos em operação

Tipo	Quantidade	Potência Outorgada (Kw)	Potência Fiscalizada (Kw)	%
CGH	527	372.661	374.538	0,27
EOL	276	6.751.233	6.691.697	4,8
PCH	467	4.835.899	4.822.945	3,46
UFV	26	25.263	21.263	0,02
UHE	199	89.521.049	85.787.253	61,5
UTE	2.834	41.194.510	39.804.945	28,54
UIN	2	1.990.000	1.990.000	1,43
Total	4.331	144.690.615	139.492.641	100

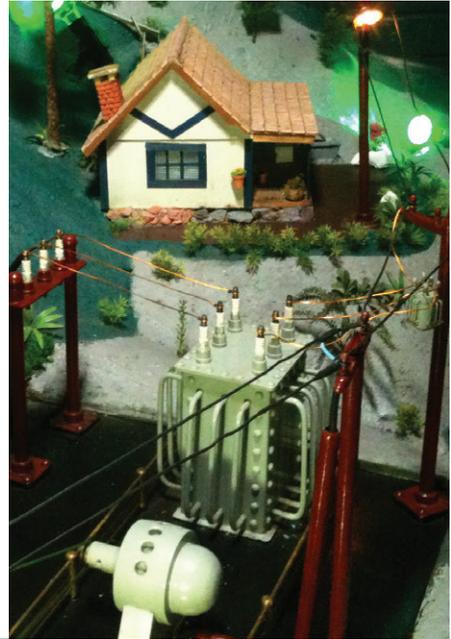
Empreendimentos em construção

Tipo	Quantidade	Potência Outorgada (Kw)	%
CGH	1	848	0
EOL	157	3.796.580	18,57
PCH	34	417.600	2,04
UHE	10	13.449.342	65,77
UTE	19	1.434.639	7,02
UTN	1	1.350.000	6,6
Total	222	20.449.009	100

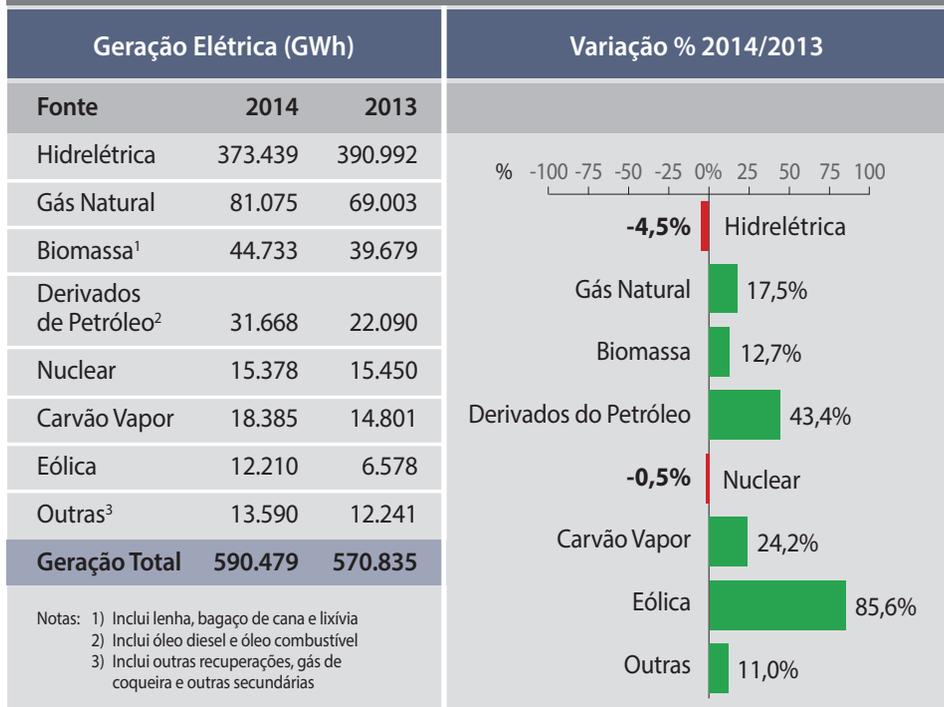
eólicas ganhando em disparada, 157 empreendimentos eólicos em construção. É a fonte que mais cresceu ultimamente no Brasil, a fonte eólica.

No **quadro 4** temos a geração de energia elétrica, no qual podemos ver a variação de cada uma das fontes entre os anos de 2013 e 2014. Somente a hidrelétrica e a nuclear tiveram um decréscimo. As hidrelétricas, apesar do aumento da capacidade instalada – ou seja, foram construídas mais hidrelétricas –, em termos de geração, elas geraram menos do que no ano de 2013. Isso se deve ao fato de que elas estão lá prontas para operar, mas falta água. Então, esta é uma das grandes questões que nós temos problematizado: até

Foto: Tadeu Araujo - Mundo a Vapor (Canela - RS)



QUADRO 4



quando as usinas hidrelétricas poderão ser consideradas renováveis, se a água de que elas precisam para gerar energia não se renovarem no tempo necessário?

Volta, pois, a questão do próprio conceito de renovabilidade das usinas hidrelétricas: apesar do acréscimo da capacidade instalada, elas vêm gerando menos.

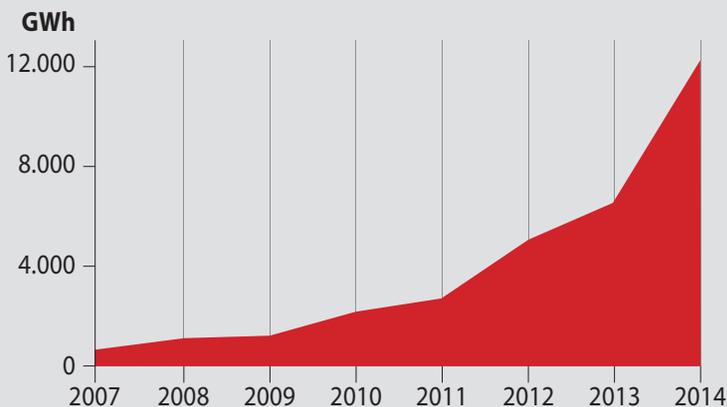
O **quadro 5** apenas ilustra o crescimento exponencial da geração de energia eólica entre 2007 e 2014. Ou seja, é possível sim a gente ter um crescimento expressivo de fontes que, até tempos atrás eram e até agora são consideradas não convencionais e muitas pessoas, governos, algumas organizações também afirmam que não são fontes para funcionarem como base do sistema, mas ape-

nas como um complemento. Na verdade, vemos que é possível, sim, termos um crescimento exponencial nessa área, é preciso ter simplesmente o cuidado com a expansão. A expansão não pode se dar a qualquer custo: estamos observando, recentemente, o Ministério de Minas e Energia falar no FastTrack para o licenciamento ambiental. Para os empreendimentos do setor, é mero risco regulatório; para eles, a questão do licenciamento ambiental é um empecilho, porque eles, mesmo ganhando o leilão, não sabem se vão ter ou não a licença ambiental, não sabem se vão ter todas as licenças necessárias. Então, para eles isto é visto como risco regulatório que precisa ser resolvido, precisa ser equacionado e o Ministro atual, infe-

QUADRO 5

Evolução da geração eólica – em GWh

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ14/13
663	1.183	1.238	2.177	2.705	5.050	6.578	12.210	85,6%



Fonte: Balanço Energético Nacional - EPE, 2015

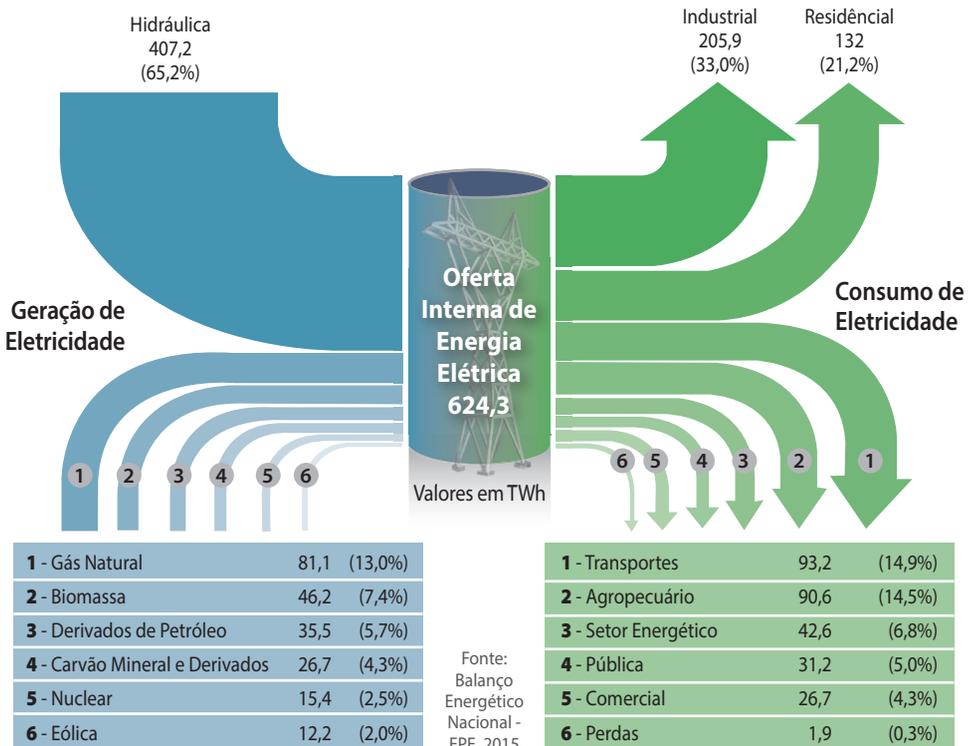
lizmente, concorda com isso.

Na **figura 2**, na qual está representado o fluxo do consumo de eletricidade, da oferta da geração e do consumo de eletricidade, é possível verificar os maiores consumidores: indústria, residência e se pudéssemos um consumidor – entre aspas – as perdas do sistema, aqui com cerca de 15%, seria o terceiro maior consumidor de energia elétrica no Brasil, ou seja, 15% de toda energia elétrica que se gera no Brasil são perdidos ao longo do sistema, em especial, nos sistemas de distribuição, nas redes de distribuição, cujas perdas técnicas, infelizmente, não há como evitar, devido ao efeito Joule, mas

também devido às perdas comerciais que poderiam, estas sim, serem evitadas. Então, cerca de 15% de toda energia gerada é, simplesmente, perdida.

No **quadro 6** (próxima pág.), temos uma síntese de como o Brasil espera continuar gerando a sua energia. Creio que a maioria já deve ter ouvido falar que o “planejamento energético” – entre aspas – é feito a partir do Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica, que é uma peça em que o governo coloca o que ele prevê como demanda de energia a partir de crescimento demográfico, a partir de crescimento econômico, com premissas sempre muito otimistas, e o que ele prevê de oferta de energia, ou seja,

FIGURA 2

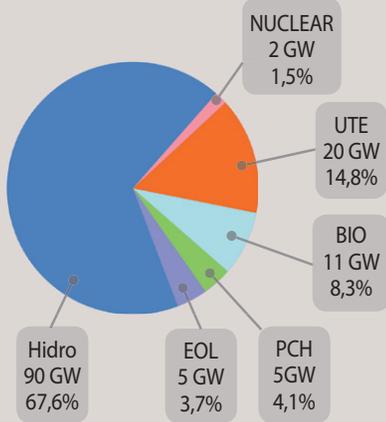


Como se pretende continuar gerando energia elétrica no Brasil

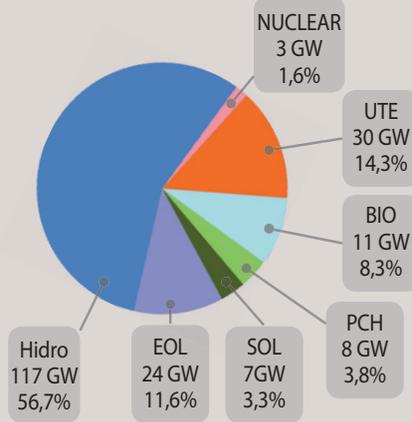
QUADRO 6

Evolução da capacidade instalada por fonte de geração

Participação das Fontes de Geração Dezembro/2014



Participação das Fontes de Geração Dezembro/2024



Fonte: EPE | Plano Decenal de Expansão de Energia 2004 - Consulta Pública

quantas usinas ele precisa construir e quais usinas ele precisa construir. Então, isso é o plano decenal de expansão de energia que é editado todos os anos pelo Ministério de Minas e Energia. Em tese, passa por um processo de consulta pública, todo ano, só que o prazo que eles dão é muito exíguo, menos de um mês, para analisar um documento que tem, pelo menos, 400 páginas, todo ano. Este ano foram 464 páginas, se eu não me engano. Portanto, não temos como considerar isso uma consulta pública.

A partir desse documento, a gente tem uma síntese dos investimentos que, nesse horizonte decenal, estão previstos. 1,4 trilhão de reais em investimentos no setor de energia. Deste 1,4 trilhão, 268 bilhões de reais para a geração de energia elétrica.

Desses 268 bilhões de reais, a gente tem aqui o detalhamento das várias fontes a serem privilegiadas pelo governo.

Em 2012, eu me dei ao trabalho de ler esse documento, enviei contribuições e não recebi qualquer retorno, então eu deixei para lá. Até porque o professor Célio Bermann, da USP, afirma há muito tempo para nós que isso aí é “balela”: na realidade, entre esse documento aqui, que é a versão para consulta pública, e o documento final que, em geral, é aprovado no início do ano, só há uma diferença: que esse aqui tem uma página em branco onde está escrito: “Reservada para a apresentação do Ministro”. No documento aprovado, tem a página com a apresentação do Ministro, basicamente, é isso que muda: nem o número de páginas entre

QUADRO 7		
Empreendimentos em operação		
	R\$ bilhões Período 2015/16	%
Oferta de Energia Elétrica	376	26,7%
Geração ⁽¹⁾	268	19,0%
Transmissão ⁽¹⁾	108	7,7%
Petróleo e Gás Natural	993	70,6%
Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural	961	68,3%
Oferta de Derivados de Petróleo	25	1,8%
- Refino	17	8,2%
- Infraestrutura de transporte	8	0,6%
Oferta de Gás Natural	7	0,5%
Oferta de Biocombustíveis Líquidos	39	2,6%
Etanol - Usinas de produção	31	2,2%
Etanol - Infraestrutura dutoviária e portuária	7	0,5%
Total	1.407	100%

QUADRO 8						
Estimativa de investimentos em geração de energia						
TIPO DE FONTES	Usinas Contratadas e autorizadas		Usinas planejadas		TOTAL	
	R\$ bilhões	%	R\$ bilhões	%	R\$ bilhões	%
Hidro	18,3	17,6	54,8	33,2	73,1	27,2
PCH + Biomassa + Eólica + Solar	59,3	57,3	96,5	58,5	155,8	58,1
Termelétrica	26,0	25,1	13,6	8,3	39,6	14,7
Nuclear	11,0	10,6	-	-	11,0	4,1
Gás natural	12,7	12,3	13,6	8,3	26,3	9,8
Carvão	2,3	2,2	-	-	2,3	0,8
Óleo combustível/diesel	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0
Total	103,6		164,9		268,5	

os dois documentos costuma mudar. É, portanto, um processo pouco participativo.

Uma das críticas que fazemos é em relação à agregação das fontes. Por exemplo, não há como saber quanto em recursos o governo pretende destinar para cada uma dessas fontes – para a solar, para a eólica, para biomassa ou para PCH

–, porque ele não desagrega isso, coloca tudo num conjunto só. O governo está destinando muitos recursos, por exemplo, aqui em 2024, 155,8 bilhões de reais para essas fontes, mas, na realidade, boa parte destes recursos pode ser para termelétricas a biomassa, pode ser para PCH's e não necessariamente para eólica ou solar,

que são as fontes que têm menor impacto. E aqui é um adendo que nós fazemos: quando falamos de energias renováveis de menor impacto, é bom deixar claro que não conseguimos gerar energia sem gerar algum tipo de impacto no meio ambiente: o que podemos é gerar energia com o menor impacto possível, seja sobre o meio ambiente, seja sobre as pessoas.

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) são hidrelétricas só que com uma menor capacidade instalada, abaixo de 30 megawatts. Elas são classificadas em função da sua grandeza, por assim dizer. Então, abaixo dessas, ainda tem as CGHs, que são as Centrais Geradoras Hidrelétricas, que são pequenas, que você pode ter até num sítio, por exemplo. Isto aqui é para onde o governo pretende destinar os seus recursos e nós vemos, claramente, que 70% dos recursos do PDE de 2024 são para a produção de petróleo e gás natural, ou seja, para a expansão do pré-sal e a expansão do gás natural,

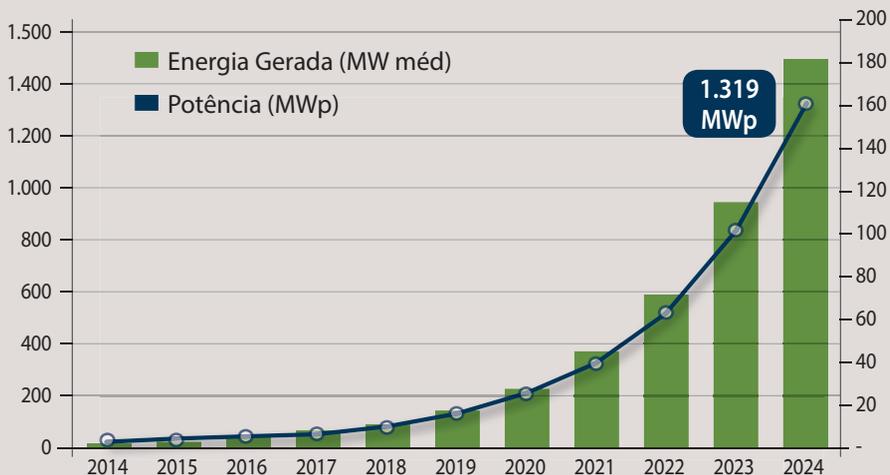
seja para aumentar o seu uso na indústria, seja para aumentar o seu uso em termelétricas ou em outros lugares.

O PDE vai fazer uma síntese de como é a geração de energia em 2014 e como deve ser em 2024. Vamos ver que não há muitas diferenças. Vamos ter algumas diferenças na capacidade instalada de eólica (que pula de 5 GW para 24 GW, passando a ter 11,6% de participação), a solar (que praticamente nem aparece ali, porque sua participação é ínfima hoje, não chega nem a 0,5%, e passaria em tese para 7 GW, 3,3%), PCH, biomassa, etc. Então, é um quadro em que não há muitas diferenças, a não ser nessas fontes que em tese seriam mais incentivadas. Então, esta seria mais ou menos a configuração da matriz energética de 2015 a 2024, ficariam mais ou menos nesses percentuais. Lá em 2024, 45,2% de renovável, e 54,8% de não renovável.

No **quadro 9** temos uma projeção somente da expansão da geração distribu-

QUADRO 9

Evolução da capacidade instalada e energia solar gerada





ída, a geração solar distribuída, ou seja, daqueles 7 GW previstos pelo governo, pelo menos 1,3 GW seriam a partir de residências, e nós sabemos que o potencial é muito maior. Então, esse é o discurso do governo, principalmente, do Operador Nacional do Sistema, que é o responsável por operar todo o sistema elétrico no Brasil: ele é quem diz qual usina tem que ser ligada, qual não, para onde vai a energia que tá sendo gerada. Na visão do operador nacional, face à crescente dificuldade do licenciamento ambiental para projetos de usinas com reservatórios, em tese, o governo está fazendo hidrelétricas apenas a fio d'água, ele afirma claramente que projetos de geração térmica convencional, carvão mineral e gás natural,

vão continuar sendo necessários, como vimos na projeção, e reitera que eólica e solar ainda não são vistas como base para o crescimento sustentável no país. Infelizmente, esse operador é que vem oferecendo mais resistência para a entrada dessas fontes, pelo seu caráter de intermitência, ou seja, elas não estão disponíveis na hora em que você quer, elas não podem ser despachadas na hora em que o operador deseja – “Eu preciso que entre em operação agora” –, em princípio ele não pode fazer isso com uma usina solar e nem com uma usina eólica, porque o recurso que elas utilizam para fazer a conversão não é o mesmo que uma usina que guarda água, nem o mesmo que uma termelétrica, que tem combustível armazenado.

O **quadro 10** (pág. ao lado) mostra de uma síntese da matriz elétrica brasileira, que é basicamente a exploração das 12 principais regiões hidrográficas para configurar um enorme sistema interligado nacional, cada linha ali é uma linha de transmissão com nível de tensão diferente.

Falando das oportunidades não devidamente aproveitadas pela matriz energética, o potencial estimado de 350 GW, é o potencial apenas da eólica em terra firme. O potencial da solar em residências vou colocar mais na frente. Outro potencial não aproveitado pelo Brasil é o chamado maremotriz, ou seja, a capacidade de se gerar energia a partir das ondas do mar ou das diferenças das marés. Isso já foi estimado pela COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 114 mil megawatts, mas o Brasil, infelizmente, vê isso apenas como P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e só há um projeto piloto, que ocorre no porto do Pecém, no Ceará.

O **quadro 11** (pág. 45) mostra o potencial de geração de energia solar a partir de residências: uma nota técnica da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do ano passado, fez uma estimativa muito conservadora para algumas residências em algumas regiões do país: Qual seria o potencial de geração de energia solar fotovoltaica a partir de residências de pessoas que tivessem condições de arcar com o custo de instalação?

A partir dessa metodologia, que está explicada nessa nota técnica, ela chegou à tabela do Potencial Técnico Fotovoltaico Residencial (abaixo), que estima esse potencial para o Brasil inteiro, se fossem instalados painéis solares fotovoltaicos em

todas essas residências.

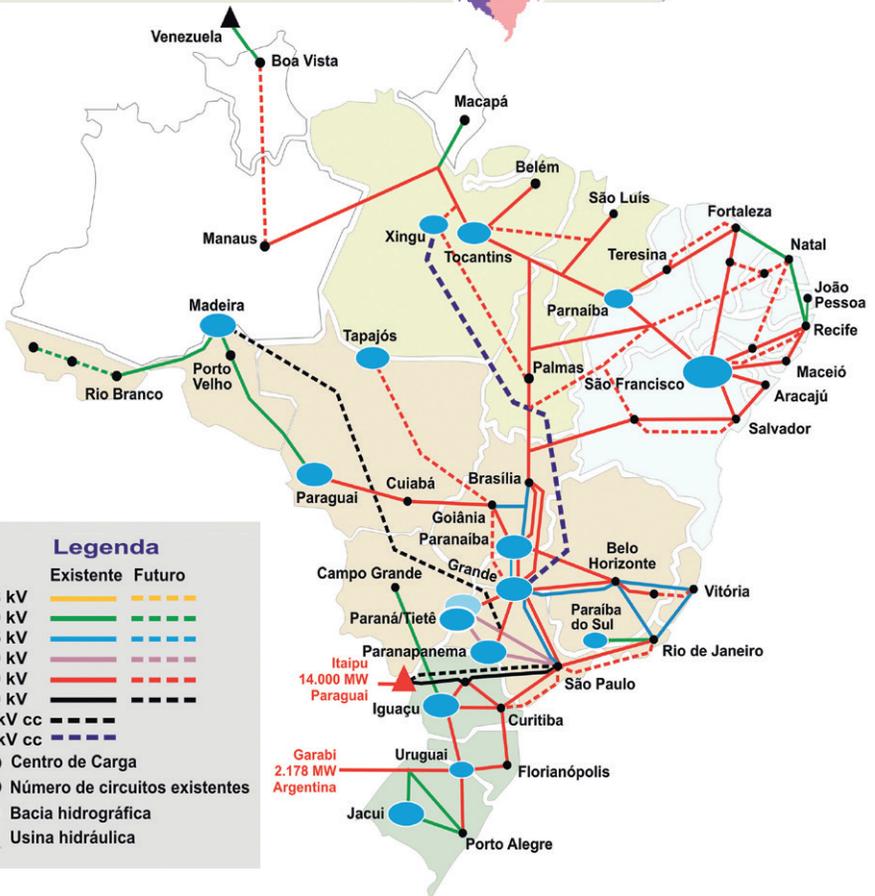
Segundo essa estimativa, haveria capacidade de gerar 2,3 vezes mais energia do que o seu consumo, tomando como base o ano de 2013. O potencial técnico fotovoltaico foi de 287 mil GWh por ano, quando o consumo neste ano foi de 124 mil GWh, ou seja, há um potencial imenso de geração de energia solar fotovoltaica no Brasil. Falando rapidamente de alguns cenários, ou seja, outros caminhos que nós poderíamos seguir, uma referência que nós utilizamos são os relatórios que o Greenpeace faz. No último relatório nacional, eles fizeram a projeção de participação de energias renováveis na matriz elétrica. A partir de um cenário de referência, eles fizeram o cenário de revolução energética de como diminuir a participação de combustíveis fósseis na matriz elétrica brasileira. Nesse estudo, que coloca claramente que é possível, sim, aumentar a participação das energias renováveis, eles estimam o investimento necessário para isso: 2,39 trilhões de reais, em valores de 2013. Uma outra experiência foi promovida pela Plataforma Cenários Energéticos 2050, que reuniu aquelas instituições – COPPE, do Rio de Janeiro; Greenpeace; SATC, que é Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina e o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Essas quatro instituições foram convidadas a prever cenários para a matriz elétrica no Brasil em 2050 e o cenário do qual estamos mais próximos é o do Greenpeace, em que a maior participação em termos de grau de importância é da solar fotovoltaica. Eles afirmam que, em 2050, a partir das projeções que eles fazem, seria possí-

QUADRO 10

Matriz elétrica Brasileira

As 12 Regiões Hidrográficas Brasileiras

- Amazonas
- Tocantins-Araguaia
- Atlântico NE Ocidental
- Parnaíba
- Atlântico NE Oriental
- São Francisco
- Atlântico Leste
- Atlântico Sudeste
- Paraná
- Paraguai
- Uruguai
- Atlântico Sul



vel chegar a essa configuração para a nos-
sa matriz elétrica: com 26,62% da matriz a
partir da energia solar fotovoltaica; 8,18%
a partir da energia solar concentrada, que

é a heliotérmica e 23,15% de eólica. Outro
estudo muito interessante do Greenpe-
ace é o último relatório deles, *Revolução
Energética*, que esse ano foi divulgada a

versão internacional – a versão brasileira ainda está em elaboração –, em que eles afirmam claramente que é possível chegar ao ano de 2050 com 100% de energia renovável na matriz elétrica. Colocando o percentual de participação de cada uma das fontes: solar, 32%, a imensa maioria; biomassa, 18%; geotérmica, 25%; eólica, 19%; hidrelétrica, 4%; e oceânica, que é a maremotriz, 2% de participação. Custo de 64,2 trilhões de reais, ou seja, 1,6 trilhão por ano, que não é muito mais do que se gasta hoje com a matriz mundial.

Para finalizar, eu gostaria de apresentar esses dois livros, que fiz questão de trazer aqui para quem tiver interesse em conhecê-los melhor. O primeiro livro é de um autor que escreve muito sobre o que ele chama de Terceira Revolução Industrial, Jeremy Rifkin. Basicamente, ele descreve, como está no título do livro, o poder lateral, ou seja, o poder a partir da lateralidade, que está transformando a energia, a economia e o mundo. Acho interessante porque esse autor faz uma interface muito forte da energia com a economia. Ele elenca os cinco pilares da terceira revolução industrial: o primeiro seria a mudança para a energia renovável, ou seja, fazer a transição da matriz de combustíveis fósseis para as energias renováveis; o segundo pilar seria a transformação do patrimônio imobiliário de cada pessoa em uma usina, transformar cada casa em uma usina de geração de energia, o que já é possível em muitos países do mundo, entre os quais o Brasil; o terceiro pilar seria a utilização de tecnologias de armazenamento em todas essas casas. Na discussão sobre renovabilidade

um dos grandes desafios da utilização das energias renováveis, em especial, solar e eólica, é justamente a questão de você não ter um armazenamento. Hoje, no entanto, tem uma empresa norte-americana que vai implantar em um condomínio de alto padrão no Ceará, no ano que vem, o primeiro sistema de geração distribuída com tecnologia de armazenamento, ou seja, com baterias. Hoje ainda não existe nenhum no Brasil, ainda não é possível utilizar, também por algumas restrições técnicas, mas em breve isso também será possível, além de um sistema de geração, você vai ter, também, um sistema de armazenamento, de modo que, quando o sistema da concessionária falhar, você poderá continuar utilizando a sua energia armazenada. O quarto pilar seria o uso da tecnologia da internet para transformar a rede elétrica em uma rede de compartilhamento de energia, o que ele chama de *internet* da energia, que estará ligada também com a *internet das coisas*. Basicamente, hoje você pode compartilhar informações, no futuro vai ser possível você compartilhar energia a partir da *internet da energia* e também, da internet das coisas. Por fim, o último pilar que ele apresenta é justamente a transição da frota de veículos de combustíveis fósseis para a matriz elétrica ou, então, híbridas a hidrogênio. Eu queria finalizar, colocando uma visão meio futurística, coisa para não menos do que 20 ou 30 anos, mas algo que é possível, sim. É possível não apenas certas regiões do mundo, onde isso já acontece, como ele afirma, mas também aqui para o Brasil: transformar cada casa em um gerador de energia.

QUADRO 11

UF	Potencial Fatovoltaico Residencial (MW médios)	Potencial Fatovoltaico Residencial (6Wh/ano)	Consumo Residencial Anual 2013 (6Wh)	Potencial Fatovoltaico/ Consumo Residencial
São Paulo	7.100	62.196	38.783	160%
Minas Gerais	3.675	32.193	10.118	318%
Rio de Janeiro	2.685	23.521	12.833	183%
Bahia	2.360	20.674	6.144	337%
Rio Grande do Sul	1.970	17.257	7.750	223%
Paraná	1.960	17.170	6.986	246%
Ceará	1.430	12.527	3.751	334%
Pernambuco	1.410	12.352	4.563	271%
Goiás	1.220	10.687	3.958	270%
Santa Catarina	1.075	9.417	4.935	191%
Maranhão	1.020	8.935	2.563	349%
Pará	1.020	8.935	2.632	339%
Paraíba	655	5.738	1.603	358%
Espírito Santo	595	5.212	2.213	236%
Mato Grosso	570	4.993	2.182	229%
Rio Grande do Norte	555	4.862	1.805	269%
Piauí	555	4.862	1.328	366%
Mato Grosso do Sul	505	4.424	1.571	282%
Alagoas	505	4.424	1.227	361%
Amazonas	420	3.679	1.784	206%
Distrito Federal	410	3.592	2.191	164%
Sergipe	350	3.066	979	313%
Rondônia	265	2.321	1.084	214%
Tocantins	255	2.234	695	321%
Acre	110	964	373	258%
Amapá	80	701	500	140%
Roraima	65	569	345	165%
Brasil	32.820	287.505	124.896	230%

Uma matriz energética alternativa é possível?

(Notas para debate)¹

Ivo Poletto²

1. Não apenas é possível. Ela é necessária se o Brasil quiser implementar políticas adequadas ao século XXI. Um país que conta com boa insolação em todo o território; com mais de 7 mil quilômetros de costa oceânica, com águas em movimento constante; com ventos em muitas partes de seu território e no mar; com muita biomassa a ser transformada em biogás... não pode teimar em manter uma matriz energética asentada sobre o uso de fontes fósseis, hidroeletricidade e energia nuclear...
2. O planeta está sem condições de repor o que dele tiram os seres humanos, comandados por um sistema econômico que teima em manter a perspectiva de crescimento sem fim da produção, do consumo e da concentração da riqueza e do poder; está sem condições de reequilibrar a atmosfera, modificada pela emissão contínua e crescente de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso, não conseguindo, por isso, evitar o aquecimento global, com todas as consequentes mudanças climáticas. O reconhecimento do que isso significa de ameaças à vida, e de modo especial à vida humana, deve expressar-se em políticas públicas voltadas para uma educação e mobilização social em favor da diminuição do consumo em tudo que seja possível, abandonando o que não é necessário para uma vida humana digna e com todos os direitos, liberta das ilusões presentes no marketing, pois elas apresentam como necessidade das pessoas o que não passa de necessidade das empresas capitalistas.
3. Por isso, a primeira medida de uma política energética adequada ao século XXI é a conservação de energia, pois

(1) Texto apresentado em novembro de 2015.

(2) Ivo Poletto é filósofo, teólogo e sociólogo, atualmente assessor nacional do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, autor, entre outros, do livro *Brasil – oportunidades perdidas – meus dois anos no governo Lula*, Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

a melhor energia é a que não é utilizada. Em seguida, esta política deve promover a máxima eficiência energética, desde o melhor aproveitamento e cuidado com as fontes utilizadas – por exemplo: repotenciando as usinas hidrelétricas, para produzir mais com menos uso de água dos rios – até o uso de máquinas, lâmpadas e aparelhos que necessitem o mínimo possível de energia...

4. Uma das medidas de eficiência que merece destaque é evitar ao máximo a perda de energia na transmissão das unidades de produção até os consumidores finais. É este um dos argumentos técnicos e de racionalidade positiva em favor da produção descentralizada de energia, preferindo a que aproxima ao máximo a produção e o uso. É, ao mesmo tempo, um argumento crítico à continuidade da produção centralizada, em grandes usinas, pois elas dependem de linhas de transmissão que geram perda e encarecimento da energia vendida como uma mercadoria.
5. Vale destacar ainda dois argumentos críticos à política energética centrada na hidroeletricidade e termoeletricidade, típica do Brasil: a construção de grandes, médias e pequenas barragens provocam o agravamento da relação humana com os córregos e rios, gerando, de modo especial quando são construídas muitas no mesmo vale e rio, até mesmo a morte dos rios – e isso tem tudo a ver com a crise hídrica

que afeta o nosso país. Junto com isso, os lagos das hidrelétricas são fonte quase permanente de emissão de metano, por causa da decomposição de vegetais e organismos vivos em seus leitos e sua emissão ao mover as turbinas. Para completar, e olhando para a Amazônia, que precisa ser preservada como condição de mínimo equilíbrio hídrico e de consumo de carbono, as hidrelétricas funcionam como sinalizador de oportunidades de negócios de todo tipo, desde a retirada legal ou ilegal de madeira e o recrudescimento da grilagem de terras, e a necessidade de estradas ou de hidrovias favorece a entrada de pessoas, o desmatamento de mais e mais áreas... apressando o fim do bioma...

6. O negócio capitalista da energia, que inclui os ministérios responsáveis pela definição das políticas estatais de energia, está apavorado com o avanço constante de conhecimentos e tecnologias que tornam cada dia mais eficiente a transformação dos raios do sol em energia elétrica. Eles percebem que seu negócio está ameaçado e que, com o tempo, toda a produção de energia será descentralizada, cada pessoa, família, comunidade, empresa produzindo toda ou a maior parte da energia que realmente necessita, depois de todos os cuidados para consumir o mínimo possível, e a energia de caráter social deverá ser pública, mantida com critérios de política pública, de serviço complementar, livre das exigências de crescimento e lucros...

7. O mesmo está acontecendo com as novas tecnologias de produção de energia eólica, tornando possível produzi-la de forma complementar em cada comunidade...
8. Uma fonte que exigirá investimento público é a transformação dos esgotos e lixos orgânicos em biogás e, a partir daí, em outras formas de energia. Deverá ser parte essencial das políticas públicas que promovem e garantem o direito universal à cidade, e será colocada a serviço das necessidades sociais... Já a transformação de excrementos animais em biogás será atividade das unidades de produção de alimentos, evitando a contaminação do solo e subsolo, dos córregos e aquíferos...
9. Esta mudança de padrão de produção e consumo de energia terá tudo a ver com as transformações que ocorrerão no transporte: será elétrico solar, sempre que possível, pouco individual, mais coletivo de massa e eficiente...
10. Esta frente de luta se relaciona como uma das conquistas necessárias para um novo tipo de sociedade, com pessoas que se relacionam de uma forma cooperativa entre si e de forma harmônica com a natureza, sendo filhas e filhos da Mãe Terra e irmãs e irmãos em humanidade. O papa Francisco nos lembra que pessoas com estas qualidades existirão com a prática de uma “conversão ecológica”, pois serão pessoas que assumirão como valor e como caminho para suas vidas a “ecologia integral”. Serão pessoas que se libertarão tanto das tentações da cultura do consumismo e do descarte, bem como da ideologia que fundamenta a ilusão da possibilidade de um crescimento sem fim da produção e do consumo num planeta finito; pessoas que redefinirão o conceito de necessidade, ligando-o com a vida digna para si, para todas as pessoas e para as próximas gerações...

A crise da água como uma dimensão da crise civilizacional

Roberto Malvezzi (Gogó)¹

1. Contexto Global

A humanidade está passando pela mudança mais vasta, mais profunda e mais imprevisível de toda sua história na face da Terra. A diferença essencial em relação a todas as outras mudanças é que essa não se dá exclusivamente no seio das relações entre os seres humanos, mas nos próprios fundamentos da relação entre a civilização humana e o planeta no qual habita. O mito da inesgotabilidade dos bens naturais ruiu, mas a força inercial do modelo predador persiste.

O modelo civilizatório ocidental, alicerçado na exploração de seres humanos por outros seres humanos, e na intensa exploração da natureza por uma restrita elite mundial, já não tem mais sustentação. Dos 7 bilhões de pessoas que habitam o planeta Terra, apenas 1,7 bilhão pertencem ao modo consumista e predador da civilização contemporânea. Para sustentar os

caprichos dessa elite mundial, são necessárias duas e meia Terras para alguns, ou até seis Terras para outros.

Essa elite não está apenas no primeiro mundo, mas também tem seus nichos no segundo, terceiro e quarto mundos. Estender esse modelo de produção e consumo a todos os seres humanos é impossível pelos próprios limites desses bens em nosso planeta. Para sustentar esse modelo, pelo maior tempo possível para uma elite restrita, é preciso restringir o acesso dos demais a esses bens. O melhor mecanismo para selecionar os incluídos do modelo é aplicar as regras do mercado a todas as dimensões da existência. Quem puder comprar, entra. Quem não puder, está posto de fora.

Fomos acostumados a olhar o futuro sempre numa perspectiva de dias melhores. O próprio conceito de utopia, embora nunca realizável, sempre aponta para uma dinâmica que busca uma sociedade melhor que a do presente. Não fomos acostumados a olhar para a entropia, isto é, a decadência natural de tudo que existe. Entretanto, a física atual nos dá conta de

(1) Roberto Malvezzi é formado em Filosofia, Teologia e Estudos Sociais, e é colaborador das Pastorais Sociais.

que tudo tem seu começo, sua maturidade, seguida de sua decadência. O próprio princípio de Gaia (LOVELOCK, 2006), que compreende a Terra como um ser vivo, também entende que nosso planeta, se comparado com a vida de uma pessoa humana que vai viver cem anos, já teria vivido oitenta.

As ciências sociais não têm como princípio, sequer metodológico, estudar a humanidade na sua relação com um planeta já envelhecido, agora açoitado pela extrema exploração humana. Um novo ramo das ciências da Terra, particularmente a climatologia, nos obriga a compor um raciocínio holístico, de interface com as ciências sociais, já que a civilização humana já não pode ser pensada e entendida fora do planeta no qual ela se dá.

Porém, se a própria Terra tem sua decadência natural, também a espécie humana teria que considerar sua história na Terra como temporária, fugaz, com prazo determinado. Agora, com a busca de novas terras e planetas aptos para a vida humana, essa relação tende a mudar para o futuro.

Portanto, quando será a data em que a humanidade entrará inevitavelmente em decadência nesse planeta? Do ponto de vista da suportabilidade do planeta parece que chegamos ao limite, embora a técnica e a ciência abram novos caminhos todos os dias, particularmente agora no avanço da nanotecnologia. Talvez já estejamos próximos do ponto máximo suportável para Gaia, se já não estivermos em franca decadência. Em todo caso, em 2050, quando 9 bilhões de pessoas estiverem ocupando a face da Terra, o planeta atingirá o máximo de sua suportabilidade. Daí para a frente, pelo menos em termos

populacionais, não haverá mais como avançar sem comprometer a vida como um todo. Entretanto, uma parcela de ambientalistas e cientistas atuais poderão dizer que a humanidade já atingiu o ponto máximo de sua ascensão, que já estamos num processo de decadência. Para alguns, o limite suportável para Gaia está entre um ou dois bilhões de pessoas. A novidade é que nosso raciocínio terá que considerar, desde já, os limites da Terra e os limites da humanidade. Portanto, o mito do paraíso terrestre, do progresso infinito, da história infinita, não encontra qualquer respaldo na realidade do nosso planeta e da humanidade enquanto espécie. O Universo é devir, a Terra é devir, a humanidade é devir, com princípio, meio e fim.

Uma boa metáfora para compreender a sociedade mundial contemporânea é compará-la com um veículo em altíssima velocidade, com todos seus confortos, que leva consigo apenas uma parte restrita da humanidade, deixando 70% à beira dos trilhos, porém, sem saber se à sua frente existe uma estação, uma paisagem bela ou a queda num abismo. A humanidade perdeu sua teleologia, isto é, seu rumo, seu norte, seu ponto de chegada. Os grandes sistemas que orientaram a humanidade – o sonho da “ordem e progresso” dos positivistas, o “paraíso terrestre” dos socialistas e comunistas, o “consumismo capitalista”, além da cristandade na Idade Média – já não respondem aos desafios contemporâneos. Restou o consumo imediatista de uma parcela restrita da humanidade. “Um outro Mundo é Possível”, mas não sabemos mais que mundo possível queremos.

A mudança se dá na tecnologia e na

ciência, na sociedade humana, na subjetividade das pessoas e na natureza. A hegemonia é do imediato sobre o sensato, do consumo veloz sobre a sustentabilidade, do indivíduo sobre o coletivo ou comunitário, do privado sobre o público e do econômico sobre o ético, o político e o ambiental. Os que ficaram de fora têm o sonho, a necessidade, a maioria, mas não a força para defender e conquistar seus interesses.

A ciência e as tecnologias avançam numa velocidade estonteante, sobretudo no campo das comunicações, da informática, da genética, da nanotecnologia, fazendo com que o tempo se transforme num “breve século XX” (HOBSBAWM, 1995), enquanto no mundo inteiro milhões de pessoas morrem cotidianamente de fome, de sede e de doenças infecciosas.

A produção de alimentos aumenta e a fome também, mas agora competindo com a produção de agrocombustíveis. Por outro lado, como consequência, a biodiversidade se restringe, os solos se empobrecem, a disponibilidade de água em quantidade e qualidade diminui, assim como outros bens naturais. O próprio planeta reage com fúria e a gravidade de sua vingança já se tornou fato. Em tragédias como de Nova Orleans, Mianmar, Haiti, os mortos são contabilizados às dezenas de milhares, ou mesmo a uma centena de milhar, como é o caso de Mianmar. A concepção de um planeta inescotável caiu por terra diante da “consciência dos limites”. Entramos na “era dos limites”.

Como verso da mesma moeda surge uma nova consciência planetária, da solidariedade global, da irmanação dos povos, de “um outro mundo possível”, a busca desesperada por alternativas que salvem

o modelo civilizatório construído. Essas questões são de uma complexidade e de um contraditório quase que indecifráveis.

As instituições tradicionais perdem pertinência histórica, os Estados colocam-se a serviço do privado, as grandes transnacionais impõem a ditadura do mercado, os valores consagrados da humanidade são questionados, surge uma nova constelação de valores como caldo cultural que sustenta a subjetividade da sociedade do consumo imediato.

Como reação ressurge o “fenômeno indígena”, sobretudo nos países andinos e no norte do Brasil, onde as nações que tiveram sua história podada estão próximas de reencontrar o fio da meada de sua história.

As consequências dessas mudanças, portanto, são quase que infinitas, os desdobramentos imprevisíveis, o destino da humanidade incerto. Enfim, o mundo que conhecemos está em mudança, radical, de qualidade. É o que se chama de “crise de paradigmas” (referências), “crise de sustentabilidade”, “crise civilizacional”.

O que se pretende aqui é levantar apenas alguns ângulos dessa mudança inédita que a humanidade já enfrenta e terá necessariamente que continuar enfrentando.

2. Novo discurso a respeito da água

O discurso sobre a água mudou rapidamente nos últimos anos. O bem abundante e sem valor, “insípido, inodoro e incolor”, rapidamente tornou-se “ouro azul, escasso, dotado de valor econômico, objeto de cobiça, fator de guerras entre as nações”. Esse discurso não é ingênuo,

tem sua gênese histórica e exige um difícil discernimento para distinguir o que é realidade e quais são os interesses daqueles que o produzem.

A primeira conferência internacional a chamar a atenção para a crise da água foi realizada em 1977 – a Conferência da Organização das Nações Unidas Sobre a Água (United Nations Water Conference) –, realizada em Mar del Plata, Argentina. Várias outras se seguiram, incluindo a Consulta Global Sobre Água Segura e Saneamento para a década de 1990 (Global Consultation on Safe Water and Sanitation for the 1990s), realizada em Nova Delhi em 1990, e a Conferência Internacional Sobre a Água e o Meio Ambiente (International Conference on Water and the Environment), realizada em Dublin em 1992 (Hinrichsen, Robey e Upadhyay, 1998).

Seguiram-se outras conferências mundiais da água, sendo sendo uma delas realizada no Brasil, em Foz do Iguaçu, em 2014.

Na conferência de Dublin, foram estabelecidos alguns princípios que passaram a determinar o novo discurso sobre a água e a busca de novas práticas em relação a ela. Por isso, passaram a ser aceitos como “Princípios de Dublin”. Eis uma síntese desses princípios:

Princípio nº 1: A água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para a manutenção da vida, para o desenvolvimento e para o meio ambiente.

Princípio nº 2: O desenvolvimento e o gerenciamento da água devem ser

baseados em uma abordagem participativa, envolvendo usuários, planejadores e encarregados de elaboração de políticas, em todos os níveis.

Princípio nº 3: As mulheres desempenham um papel essencial na provisão, no gerenciamento e na salvaguarda da água.

Princípio nº 4: A água tem um valor econômico em todos os seus usos e deve ser reconhecida como um bem econômico.

Esses princípios vão estar na base do novo discurso sobre a água, cada um fazendo sua interpretação conforme seus interesses. Fundamentalmente as empresas e organismos multilaterais vão focar seu interesse no “valor econômico da água”. Aí estão organismos multilaterais (Banco Mundial), empresas do ramo da água e governos locais. Mais tarde, Ricardo Petrella vai chamar esse grupo de “oligarquia internacional da água”. É ela também que vai organizar os demais fóruns mundiais da água, como o de Quioto e Cidade do México. No outro lado estão aqueles que vão focar os valores biológico, ambiental e social da água. Esses valores estão codificados na Agenda 21 da água. Aqui reside a grande dificuldade de fazer o discernimento entre o que é realidade e os interesses daqueles que promovem o novo discurso e que visam a estabelecer novas práticas em relação à água.

3. Crítica ao novo discurso da água.

Em primeiro lugar, é necessária a distinção entre água e recursos hídricos. Água é um bem da natureza que está no planeta há bilhões de anos. É o ambiente onde surgiu a vida e componente de cada ser vivo. Por isso, o supremo valor da água é o biológico.

Recurso hídrico é a parcela da água usada pelos seres humanos para alguma atividade, principalmente econômica. Portanto, água é um conceito muito mais amplo que recurso hídrico, embora sejam indissociáveis.

A questão é que o uso da água hoje é muito mais intenso do que há algumas décadas. Hoje, da água doce utilizada, em média 70% destinam-se para a agricultura, 20% para a indústria e 10% para o consumo humano. Esse uso intenso da água, principalmente na agricultura e na indústria, ocorre em um ritmo mais acelerado que a reposição feita pelo ciclo natural das águas. Dessa forma, muitos mananciais estão sendo eliminados pelo sobreuso que se faz deles. Pior, ao devolver a água para seu ciclo natural, ela vem contaminada por dejetos domésticos, agrotóxicos da agricultura e pela química da indústria.

A falta de saneamento ambiental, sobretudo em países pobres, colabora para a contaminação dos mananciais. Em consequência, hoje no planeta, segundo a ONU, 1,2 bilhão de pessoas não têm acesso à água potável e 2,6 bilhões não têm acesso ao saneamento. O impacto na saúde humana e no meio ambiente é uma tragédia. Portanto, a chamada "crise da água" é de

quantidade e qualidade, não por razões naturais, mas pelo uso irresponsável que o ser humano faz da água. Agrava-se ainda mais essa situação quando a ambição, visando a usos futuros privados da água, também a privatiza. A escassez produzida então passa a ser quantitativa, ou qualitativa, ou social, ou em todos esses níveis simultaneamente.

O crescimento populacional ajuda a agravar a situação. Nesse sentido, a crise da água é progressiva. A posição da ONU é clara: ou se muda o modo de gestão das águas, ou essa será a pior crise que a humanidade enfrentará em sua história sobre o planeta.

Sem dúvida, a chave da questão está no intenso uso agrícola e industrial da água. A água ainda é usada para navegação, pesca, geração de energia elétrica, uso doméstico em geral, além de outros. É o chamado "uso múltiplo da água". Porém, quando se constata que 70% da água vão para a agricultura, é preciso perguntar: que agricultura é essa, que consome água em tamanhas proporções, que chega a desequilibrar o próprio ciclo das águas? É uma agricultura de primeira necessidade, ou é uma agricultura que visa a produzir permanentemente bens que na verdade são sazonais, consumidos por uma restrita elite mundial?

Essa resposta é variada e depende de país para país. Na Ásia a produção de arroz é um bem fundamental. No Brasil, na região do Vale do São Francisco, a água é usada para produção de frutas para exportação, ou até mesmo para irrigar cana para produção de álcool e açúcar. O etanol, que move carros no Brasil e na Europa, pode ser

visto como um combustível limpo, desde que não se perceba a água embutida em sua produção. A Transposição do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional visa, sobretudo, à produção de camarões em cativeiro e a fruticultura irrigada.

O conceito de escassez, introduzido como fundamento econômico pelos neoclássicos, agora também é aplicado na questão da água. O princípio de Dublin fala em “recurso finito e vulnerável”, portanto, não usa a expressão “escassez”. Com efeito, limite e escassez, nesse caso, não são conceitos sinonímicos. Para esses pensadores, um produto tem mais valor econômico quanto mais escasso ele for. Por consequência, aplicar o conceito de “escassez” à água tem uma clara conotação ideológica dos princípios liberais dos neoclássicos. Entretanto, no tocante à água, sua escassez quantitativa e qualitativa não é uma questão natural, mas produzida pela mão humana. Portanto, pode ser evitada. A própria ONU afirma que a crise da água é mais uma questão de gerenciamento que de escassez.

4. Água como bem natural, comum, patrimônio a humanidade e de todos os seres vivos

Um corpo d'água pode ter fronteiras, mas a água não. Água é um bem que precede à vida, ambiente onde surgiu a vida e componente de cada ser vivo. A vida termina antes da água. Por isso é necessária a distinção entre água e recursos hídricos: como afirmado anteriormente, embora sejam conceitos indissociáveis, não são idênticos.

Há resistências em admitir a água como um patrimônio da humanidade. Há o receio de que esse princípio seja ingênuo e que países poderosos e pobres em água façam desse princípio um pretexto para ocupar outros países e saquear suas águas. Porém, o fato de reconhecer a água como patrimônio da humanidade não abre necessariamente as portas para esse tipo de compreensão. Evidente que a administração das águas de uma nação deve ser absolutamente soberana, as transfronteiriças exigem acordos entre os Estados-parte. Entretanto, o ciclo das águas não conhece fronteiras, exige o cuidado de todos. Países paupérrimos em água têm direito à sua cota para garantir a segurança hídrica de seu povo.

Além do mais, a água é um bem imprescindível e insubstituível para todos os seres vivos. Eles também não vivem sem água. Logo a água é também um patrimônio de todos os seres vivos.

5. O reconhecimento dos valores da água, não somente de seus usos, subordinando os usos a uma hierarquia de valores

Há uma reação e uma crítica mundiais a respeito dessa concepção instrumental e utilitária da água, exatamente porque foi ela quem conduziu a essa situação aberrante na qual a humanidade se encontra. Hoje fala-se em uma “nova cultura da água”. Há movimentos organizados nessa e com essa perspectiva. Essa nova cultura da água implica uma nova cosmovisão – intuitivamente já presente nas comunidades ancestrais –, com novos valores, novas

tecnologias, novas políticas que levem a novas práticas.

É necessário resgatar os valores da água, soterrados pela lógica acima descrita. A Campanha da Fraternidade dos bispos do Brasil, "Água, Fonte de Vida", em 2004, insistia que o valor supremo da água é o biológico, seguido de seu valor social. É a retomada dos princípios de Dublin. Com efeito, literalmente, onde não existe água, não existe vida. A água é o ambiente onde surgiu a vida e componente de cada ser vivo.

Segue a mesma lógica seu valor ambiental. Além da água continuar sendo o ambiente primitivo de onde surgiu a vida, ela está presente nos corpos d'água, no ar, dentro da Terra, em cada ser vivo. Ela é o fundamento da biodiversidade.

Um povo sem água não tem paz social. Entretanto, países com muita água, como o Brasil, não garantem água para toda sua população e muito menos a preservação de seus mananciais, tanto na sua dimensão quantitativa como qualitativa. Por outro lado, países com pouca água foram obrigados a desenvolver uma cultura minuciosa do seu bom aproveitamento. Hoje, essa cultura tem que ser generalizada para todos os povos. Na nova cultura da água não existe mais lugar para o desperdício.

Mas a água tem ainda seu valor religioso, simbólico, paisagístico, de lazer, medicinal, turístico, etc. Para cada povo, para cada comunidade, existe um rio, mesmo um riacho, um lago, que tece ligações com a subjetividade daquela população. Não se agride um rio sem agredir um povo. O caso do rio São Francisco é simbólico.

6. Ter presente a dimensão política, econômica e de poder inerentes à água

Água é poder. Quem controla a água, controla a população. Essa experiência é bíblica. A história do povo de Israel pelo deserto não é apenas a disputa pela terra, mas também pela água. Hoje, a água é poder político e econômico. Em determinadas regiões do mundo, por exemplo, o conflito entre árabes e israelenses, ou a disputa pelas águas do rio São Francisco no Nordeste brasileiro, comprovam que quem detém o controle da água, controla a população, mas também a produção de alimentos e o uso industrial e doméstico da água. Não é possível, portanto, discutir as novas políticas de água, principalmente a sua privatização e mercantilização, sem entender os interesses subjacentes a esses conflitos.

7. Água como direito humano

O debate contemporâneo sobre a água trouxe suas múltiplas interfaces com outros campos do conhecimento, além da hidrologia. A água há muito reduzida a "recurso hídrico", especialidade de hidrólogos, agora tem que ser debatida em suas interfaces com a biologia, com o ambiente, o social, o lazer, o turismo, a política, a economia, além de sua dimensão de poder, de gênero, segurança alimentar, saneamento, principalmente com os direitos humanos. Ainda mais, exige-se uma visão sistêmica, holística e não segmentada. Enfim, a água sempre debatida em seus múltiplos usos, agora tem que ser debatida também em seus múltiplos valores e dimensões.

O mapa da sede no Brasil é simples de ser visualizado. Em primeiro ele está no meio rural. Se 20% da população brasileira (cerca de 37 milhões de brasileiros) não têm acesso à água potável, 90% da população rural brasileira não têm saneamento ambiental, incluindo aí a água potável.

No meio rural o problema está obviamente mais centrado no Semiárido, a região mais rural do Brasil, com os menores índices de saneamento. Mas, é exatamente nessa região que tem se desenvolvido uma cultura minuciosa do uso da água, com a captação da água de chuva para beber e produzir, sua reutilização, métodos refinados de irrigação, assim por diante. Os programas da ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro, o P1MC – Um Milhão de Cisternas e o P1+2 – Uma Terra e Duas Águas são um sucesso sob qualquer ângulo que possam ser investigados.

A sede está também nas periferias das cidades, principalmente de médio e grande porte. Enfim, são os pobres que passam sede. Daí a grande importância da construção do marco regulatório do saneamento ambiental elaborado pelo Ministério das Cidades. Entende-se por sede – Insegurança Hídrica Biológica – a falta de água para ingestão “em quantidade, qualidade e regularidade”, que não assegure a uma pessoa, uma família ou uma comunidade o mínimo necessário para garantir as suas funções orgânicas normais. Essa quantidade é calculada em quatro litros de água por pessoa por dia pela Organização Mundial da Saúde.

Entende-se por “Insegurança Hídrica Doméstica” a falta de água em “quantidade, qualidade e regularidade” que não

garanta a uma pessoa, família, comunidade a quantidade mínima de água para ingestão, higiene e demais necessidades do seu cotidiano doméstico. Essa quantidade é calculada pela Agenda XXI da água em quarenta litros de água por pessoa por dia. Quando qualquer um desses fundamentos falha – quantidade, qualidade ou regularidade – então caracteriza-se uma situação de escassez. Na verdade, hoje a escassez só é reconhecida quando falta água em “quantidade”.

A “Insegurança Hídrica para todos os usos, inclusive os econômicos” é estimada pela ONU quando o suprimento está abaixo de 1.000 m³ por pessoa por ano.

Por ser imprescindível e insubstituível a água torna-se um direito natural. Nenhum ser humano, nenhum ser vivo pode ser privado do acesso à água, por estar sendo violentado em sua natureza, inclusive com risco de morte. Independe do reconhecimento do direito positivo. Populações inteiras, impedidas de acesso à água por razões políticas, ou de políticas, têm um de seus direitos fundamentais violados de forma massiva e sistemática, já que o não acesso à água põe em risco seu direito fundamental à integridade física, à saúde e mesmo à vida.

Entretanto, reconhecer a água como um direito fundamental do ser humano sofre resistências de governos, organismos multilaterais e empresas que querem fazer da água uma mercadoria. Mesmo sendo direito natural, há resistências em admiti-la como tal no direito positivo. Por que isso acontece?

Nesse caso é preciso fazer um paralelo com o direito humano à alimentação. O fato

de reconhecer a alimentação como direito, implica que o Estado é responsabilizado pela alimentação de seu povo a partir dos três verbos “proteger, promover, prover”. Implica também que os alimentos não poderão obedecer às regras estritas de mercado, mas à lógica dos direitos. As poderosas transnacionais do ramo da alimentação perceberam as implicações que o reconhecimento da alimentação como direito teria sobre seus negócios. Até hoje os Estados Unidos não assinaram o pacto internacional pelo direito humano à alimentação.

Essa é a mesma lógica que faz com que muitos países resistam em assumir a água como direito inscrito positivamente nas leis. Aceitam a água, assim como o alimento, como necessidade, não como direito. Nessa lógica, estabelecem uma ruptura entre o direito natural e o direito positivo. O que era direito natural, agora é reduzido à necessidade, como se entre eles não hou-

vesse um vínculo indissolúvel.

Qualquer passo de um governo ou da sociedade civil no sentido de tornar prático o direito à água, principalmente num quadro tão pernicioso como o acima descrito, evidentemente é uma atitude corajosa. Essa atitude já existe no âmbito das igrejas, ONGs e defensores dos direitos humanos. A partir do 4º Fórum Mundial da Água, no México, países como Bolívia, Venezuela, Uruguai e Cuba também aderem à defesa da água como um direito fundamental da pessoa humana. O Brasil, só mais tardiamente reconheceu a água como um direito.

Olhando para o futuro, o Brasil, tido como a pátria das águas, terá que desenvolver uma cultura minuciosa de seu aproveitamento, preservação e restauração de seus mananciais, sob o risco de enfrentar períodos de longa escassez e sofrimento, como o vivido entre 2014 e 2015.

Referências bibliográficas

- HINRICHSEN, Don; ROBEY, Bryant; e UPADHYAYA, Ushma D. *Rumo a uma revolução azul*. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itgic/0399/ijgp/>>. Acesso em 2007.
- HINRICHSEN, Don; ROBEY, Bryant; e UPADHYAY, Ushma D. *Solutions for a water-short world*. Baltimore, Population Information Program, The John Hopkins University, 1998.
- HOBBSAWM, Erik J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia de Letras, 1991.
- LOVELOCK, James. *A vingança de Gaia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.
- PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. *Globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Por um novo modelo de gestão da água

Malu Ribeiro¹

A água expressa de forma direta os impactos do clima, é essencial à vida e existe em nosso corpo, na mesma proporção que no planeta: mais de 70% da Terra e de nosso organismo são compostos de água. Com o envelhecimento, vamos perdendo líquido e, sem água, morremos. O mesmo acontece com os biomas e com o planeta.

Formados essencialmente por carbono e água, personificamos e sofremos os impactos climáticos, da poluição e da escas-

sez. Sabemos disso e de que toda história da humanidade, como a ascensão e declínio de povos e regiões, está associada aos usos da água. Então, o que fez com que nos distanciássemos dos rios, renegássemos os cuidados com a água a um plano de menor importância dentre as prioridades do cotidiano e, especialmente, que deixássemos de lado a nossa relação cultural, espiritual, de saúde e satisfação que a água nos proporciona?

Ao mudar as palavras, mudamos completamente o significado da nossa relação com a água. Passamos a tratá-la como recurso hídrico e não mais por água, e sob

(1) Malu Ribeiro é coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica, ONG brasileira que desenvolve projetos e campanhas em defesa das florestas, do mar e da qualidade de vida nas cidades.



esse aspecto deixamos de lado os valores imateriais e ecossistêmicos desse bem essencial à vida, transferimos responsabilidades sobre os cuidados que se impõem para conservação, usos sustentáveis e solidários e nos colocamos na cômoda condição de usuários.

A nossa relação com a água mudou drasticamente nas últimas décadas e muito mais no último século. A vida nas cidades nos afastou do convívio com os rios e, para garantir o acesso à água em qualidade e quantidade, o Estado assumiu a regulação e a responsabilidade de conservar e proteger, dotando-a de valor econômico. Há cerca de 30 anos incorporamos a escassez às nossas políticas públicas e passamos a reconhecer o território da bacia hidrográfica como o principal para a gestão

da água, que não reconhece as divisões político-administrativas do território.

A gestão por bacia hidrográfica, de forma descentralizada e participativa, instituída por meio do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, prometia ser o melhor modelo para inclusão social e, principalmente, para a visão integrada e ecossistêmica de que a água depende e pressupõe. O problema é que a implantação dos comitês de bacias hidrográficas não se deu de forma integral no país e o Sistema de Recursos Hídricos foi direcionado para bacias e regiões em estresse hídrico ou escassez. As bacias produtoras de água e com abundância até hoje não contam com comitês implantados.



Os instrumentos de gestão que efetivaram a política pública da água, como os planos de bacias hidrográficas, a cobrança pelo uso, a outorga e o enquadramento, não foram implementados integralmente. A tomada de decisão não foi descentralizada e compartilhada com a sociedade e instituições membro desses colegiados, que renegaram megaobras como a transposição do rio São Francisco e a concessão de centenas e ou milhares de outorgas para hidroelétricas e PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas – em regiões produtoras de água, como é o caso do estado de Minas Gerais, que reúne nascentes e rios formadores de grandes bacias hidrográficas brasileiras.

Delegar a tomada de decisão em relação aos usos da água aos comitês de bacias representou uma ameaça ao modelo centralizador tradicional do Estado brasileiro e, sobretudo, aos interesses dos setores que mais impactam e demandam água bruta no país: o elétrico e a agricultura. Refém da burocracia, do conservadorismo e da prepotência de setores representativos de grandes usuários da água, os comitês de bacias esvaziaram. O Sistema de Recursos Hídricos não foi capaz de dar as respostas que a sociedade ansiava para por em prática o Direito Humano de acesso à água em qualidade e quantidade.

Outro problema que precisaremos enfrentar com coragem é o preço público da água no Brasil, que é relativamente baixo. Consumidores domésticos pagam, em São Paulo, 41,28 reais por 10 mil litros de água tratada, valor da tarifa mínima cobrado nas contas mensais de quem consome de zero a 10 mil litros de água. Esse modelo, asso-

ciado à falsa ideia de abundância, estimulou a cultura do consumo, do desperdício e do descaso. Por outro lado, quem pode compra água engarrafada, a um custo médio de 12,00 reais por galão de 20 litros. Esse preço é extremamente alto para uma família de baixa renda, levando em conta a necessidade mínima de consumo de 2 litros/pessoa/dia. Praticamos, portanto, uma perversa exclusão hídrica, pois, moradores de comunidades irregulares, ou da chamada cidade informal, não podem ter acesso aos serviços de saneamento básico. Essas pessoas, mais de 60% dos brasileiros, não têm acesso à coleta e tratamento de esgoto e à água tratada. É uma política perversa.

Os rios se tornaram extensões de tomadas – uma vez que são a base da matriz energética do país; ou das descargas e lixeiras, por falta de saneamento básico e de educação cidadã. Despreocupados, nos esquecemos que as torneiras não são nascentes e que a água, com qualidade para abastecer a população das grandes, médias e pequenas cidades, está cada vez mais distante e escassa.

A transposição de bacias para atender a demanda por água de regiões metropolitanas cada vez mais adensadas e a disputa por usos dos recursos hídricos entre regiões e setores produtivos mantêm o fantasma da crise hídrica pairando sobre a sociedade, órgãos técnicos e gestores. Não temos como antever eventos climáticos extremos e secas severas como a protagonizada no romance de Raquel de Queiroz, *O Quinze*, que tratou da seca de 1915. Passados cem anos, em 2015, a região sudeste reviveu na pele o drama dos sertanejos, em paisagens surreais.

Ficamos sem água na beira de grandes rios poluídos como o Tietê, ou da Represa Billings, na região metropolitana de São Paulo, cujas águas, em grande parte do manancial, são impróprias para consumo humano por conta da contaminação por esgotos sem tratamento.

Além desse quadro surreal, de pessoas sem água na margem de grandes rios transformados em esgotos a céu aberto, é difícil explicar porque 35 milhões de pessoas no Brasil não têm acesso a água tratada, e por que só chover não basta para evitar a escassez. Correm por nossas bacias e rios cerca de 12% de toda água superficial do planeta, volume 42% superior ao de toda Europa, 25% maior que o da África e o dobro da Austrália e Oceania.

Por aqui, cada pessoa consome em média mais de 200 litros de água por dia, volume muito maior do que os 110 litros/dia recomendados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Porém, a distribuição dessa enorme riqueza no território e nos diferentes padrões socioeconômicos é muito desigual. Para piorar, poluímos diariamente nossas águas com toneladas de esgotos sem tratamento e apenas 40% do esgoto gerado no país é tratado.

Dados do monitoramento da qualidade da água realizado por grupos do projeto *Observando os Rios*, da Fundação SOS Mata Atlântica, comprovam que a poluição decorrente da falta de saneamento básico e da fiscalização agravam a exclusão hídrica e a crise da água. Rios e reservatórios que não entraram em colapso durante a seca intensa estão contaminados e indisponíveis para usos múltiplos. Os indicadores medidos apontam que de

183 rios, córregos e lagos analisados em 11 estados brasileiros e no Distrito Federal, 36,3% apresentam qualidade ruim ou péssima. Apenas 13 pontos registram qualidade de água boa (4,5%) e outros 59,2% estão em situação regular. Nenhum dos pontos analisados foi avaliado como ótimo. As coletas foram realizadas entre março de 2015 e fevereiro de 2016, em 289 pontos distribuídos em 76 municípios.

Estamos muito distantes da universalização do saneamento no país, apesar do acesso à água limpa ser um Direito Humano. O Plano Nacional de Saneamento Básico, lançado em 2014 e que estabelece diretrizes, metas e ações de saneamento para o país, prevê a universalização apenas em 2033. Essa meta de 20 anos, associada à legislação vigente que enquadra rios na classe 4, ou seja, para diluir esgotos com baixíssimos índices de tratamento, tende a manter esses mananciais impróprios para usos, tornando-os vetores de doenças. Mais de 70% das doenças que levam a internações no Brasil são decorrentes do contato com a água poluída.

Essa realidade levou a SOS Mata Atlântica a se engajar na Campanha Ecumênica da Fraternidade de 2016 e com o apoio de diversos parceiros, mobilizar cidadãos na petição por “Saneamento Já!”. Todos podem participar assinando a petição pela internet – www.saneamentoja.org.br –, divulgando em suas redes sociais ou organizando ações presenciais para coleta de assinaturas. Não basta tratar a água que consumimos. Precisamos também rever, urgentemente, a nossa cultura do desperdício, regatar nossa relação com a água e pensar um novo modelo de gestão da água para o país.

COP 21: o Acordo de Paris e os pobres

Ivo Poletto¹

1. Introdução

A aprovação do Acordo de Paris por representantes de 195 governos do mundo aponta o fim dos argumentos dos que se dizem cientistas céticos. O Acordo tem como base a consciência “de que a mudança climática representa uma ameaça urgente e com efeitos potencialmente irreversíveis para as sociedades humanas e o planeta, e, portanto, exige a cooperação internacional efetiva e apropriada, com o objetivo de acelerar a redução das emissões mundiais de gases de efeito estufa”. Isso significa, sem dúvida, o reconhecimento de que a mudança climática tem causantes antropogênicas.

Por outro lado, para avaliar os resultados dessa Cúpula a partir do ponto de vista dos pobres e excluídos é necessário partir de perguntas-chave: que participação tiveram os pobres na Cúpula? Mesmo

os representantes dos países pouco desenvolvidos e dos pequenos países insulares, eram pobres?

Não é suficiente dizer que representantes de povos indígenas tiveram oportunidade de participar de eventos no interior do espaço oficial, e que as organizações populares e sindicais, com apoio de entidades da sociedade civil e de igrejas, participaram de atividades autogestionárias no que foi chamado Cúpula dos Povos. Não se pode esquecer que muitas pessoas e organizações sociais foram desmobilizadas pela violência que afetou Paris poucos dias antes da Cúpula e pelo anúncio das autoridades de que as manifestações públicas não poderiam ser realizadas. Na realidade, a Cúpula do Clima (COP) foi dos governos dos países, com todos os limites de democracia que os caracterizam. Não se pode dizer que tenha sido uma Cúpula dos Povos – algo talvez absolutamente necessário para que se enfrente com valentia e mobilização universal as causas do aquecimento global e da mudança climática.

((1)) Ivo Poletto é filósofo, teólogo e sociólogo, atualmente assessor nacional do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, autor, entre outros, do livro *Brasil – oportunidades perdidas – meus dois anos no governo Lula*, Rio de Janeiro: Garamond, 2005.



2. A festa dos políticos

O que foi anunciado pelos meios de comunicação envolveu grande parte da humanidade na visão dos políticos que representavam seus países e, em particular, do governo da França. É justo celebrar o acordo que foi possível, mas o que foi noticiado o apresentou como um *acordo histórico*, como se fosse uma ferramenta capaz de enfrentar as mudanças climáticas. Na realidade, para ser assumido por quase todos os países na forma de consenso, foram retiradas medidas absolutamente indispensáveis. Basta saber que, por ser condição de adesão dos países produtores de petróleo, o Acordo evitou assumir que se deve limitar o uso de combustíveis fósseis e que, por motivos evidentes, os países que deveriam assumir suas dívidas históricas ambientais não aceitaram sua inclusão no texto final.

Por outro lado, não pode ser tão *históri-*

co um Acordo que não determina metas e prazos de implementação. É verdade que se aceitou manter o princípio de *responsabilidades comuns, mas diferenciadas*, mas isso deu num Acordo fundado sobre a boa vontade dos governos de cada país. Não há no texto uma palavra na direção de empoderar a sociedade humana, os cidadãos; o máximo referido é que as pessoas devem receber informações e educação, mas não como forças políticas do processo de enfrentamento das mudanças climáticas.

O Acordo está cheio de bons propósitos e seus autores parecem convencidos de que há condições favoráveis para sua implementação por parte dos governos. Como são mais do que conhecidos os comprometimentos dos políticos com os que controlam o livre mercado capitalista, é mais do que duvidoso e quase uma ilusão que atuarão de forma autônoma e em favor das pessoas e da Mãe Terra.

3. A festa dos grandes empresários

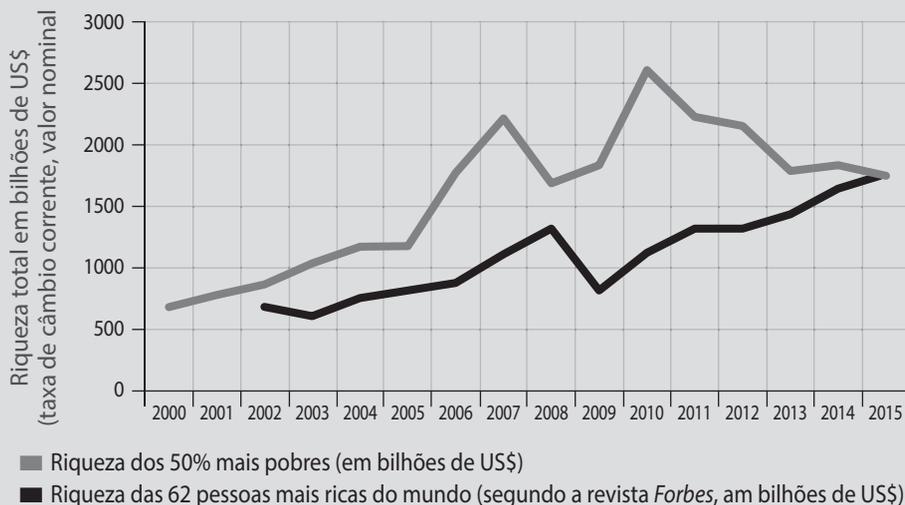
Os que estivemos em Paris, percebemos a numerosa presença de grandes empresas e de bancos de todo o planeta, e nos perguntávamos: o que buscam? Estarão interessados em políticas de enfrentamento das mudanças climáticas? Ou querem apenas impedir que os governos avancem nessa direção?

Não eram muitos, talvez, os que tinham informação de que, na realidade, estavam ali para garantir que o Acordo fosse oportunidade para novos negócios, particularmente no campo da especulação financeira. Faz parte da história das Cúpulas do Clima a insistência de que o livre mercado teria condições de enfrentar o aquecimento se fosse apoiado em

seu desejo de financeirização dos bens comuns e na promoção de uma economia de baixo carbono.

Menos de dois meses depois do encerramento da COP 21 e da aprovação do Acordo de Paris, jornais brasileiros informaram que “o mundo financeiro se prepara para uma nova era econômica: a do clima. Bancos Centrais e instituições incluíram a mudança do clima nas equações que medem os riscos para a estabilidade financeira global. O histórico (sic) acordo de combate ao aquecimento global firmado por 195 países no final de 2015 em Paris abriu as portas para o que pode tornar-se um Bretton Woods verde, com permissão para que o carbono se torne moeda de troca num futuro próximo. Esta é uma das interpretações do artigo 117, que trata do “valor social e econômico das ações de mitigação”.²

Figura: A Riqueza dos 62 indivíduos mais ricos do mundo continua a crescer, enquanto a da metade mais pobre da população mundial permanece estagnada⁴



(2) O GLOBO, 10/01/2016.

Segundo a mesma fonte, a estimativa da Climate Bonds Initiative, organização sem fins lucrativos, os papéis verdes têm o potencial de mobilizar 100 trilhões de dólares. O cálculo se baseia em declarações públicas de gestores que já mobilizaram US\$ 45 trilhões e estariam dispostos a aplicar em projetos sustentáveis.

Não temos informação sobre os cálculos de ganhos das grandes empresas de petróleo, mas certamente celebraram a eficácia de seus *lobbies*, já que nada de ameaçador para elas consta no Acordo. O que se conhece é o seu esforço insistente de produzir falsas informações sobre quanto contribuem as fontes fósseis de energia para o aquecimento global. Uma pesquisa do sociólogo estadunidense Robert Brulle, publicada na última edição da revista *Climatic Change*, identificou, no que ele denomina “contra movimento sobre as alterações climáticas”, 91 organizações que têm presença sistemática no espaço público no sentido de promover o ceticismo sobre as alterações climáticas e impedir políticas públicas que as combatam. Para elas são destinados quase 1 bilhão de dólares anuais³.

Tanto as festas pela nova moeda de especulação mundial, como o poder dos que querem manter seus lucros com a cultura ou civilização dos fósseis, devem ser vistos como uma grande ameaça justa-

mente porque se sabe que a concentração da riqueza já é quase absurda, com certeza insustentável: nas mãos e bolsas dos 62 indivíduos mais ricos do planeta em 2015 estava igual riqueza que 3,6 bilhões de pessoas podem repartir para viver e sobreviver; comprovando a velocidade da concentração, em 2014 eram 84.⁴

Não há uma só palavra sobre essa concentração no texto do Acordo de Paris, e menos ainda uma proposta de possível utilização de pelo menos parte dela em favor de medidas de enfrentamento das mudanças climáticas; e menos ainda para erradicar a pobreza.

Essas festas das grandes empresas e bancos são indícios de que o Acordo de Paris pode ser interpretado de diferentes formas e para diferentes interesses. E isso significa, com certeza, mais ameaças do que promessas para os pobres e excluídos do planeta.

4. O Acordo de Paris: enfrentamento das crises ecológica e social?

Ao procurar o que se diz dos pobres no Acordo de Paris, nos damos conta de que é muito pouco e genérico. Há o reconhecimento de países pouco desenvolvidos e pequenos países insulares, que necessitam e devem contar com apoio

(3) OUTRAS PALAVRAS, 15/01/2016 - <http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/o-financiamento-bilionario-dos-ceticos-do-clima/>

(4) Ver o documento da OXFAM “Uma economia para o 1%” em <http://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Relato%CC%81rio%20Completo.pdf>

dos desenvolvidos e dos emergentes para implementar suas políticas de mitigação e adaptação. Mas, como já destacamos, nada de efetivo está decidido; tudo está nas mãos da boa vontade dos governos e dos que têm poder de mercado.

É verdade que são afirmadas intenções positivas no documento: “promover o desenvolvimento e a erradicação da pobreza; garantir a prioridade fundamental de salvaguardar a segurança alimentar e acabar com a fome; garantir empregos dignos e trabalhos de qualidade...”

É verdade também que se afirma: “a mudança climática é problema de toda a humanidade... e nas medidas para enfrentá-la as Partes (os países) devem respeitar, promover e ter em conta suas respectivas obrigações relativas aos direitos humanos, o direito à saúde, os direitos dos povos indígenas, das comunidades locais, os migrantes, as crianças...” Além disso, ao implementar medidas para enfrentar a mudança climática, devem “garantir a integridade de todos os ecossistemas, incluídos os oceanos, e a proteção da biodiversidade, reconhecidos por algumas culturas como a Mãe Terra... e o conceito de justiça climática...”

São seguramente cuidados essenciais. Mas, como todas as medidas dependem dos governos dos países, das “contribuições determinadas nacionalmente”, que possibilidade existe que mudem as prioridades nacionais que são responsáveis por não garantir esses direitos das pessoas, comunidades, povos e da Mãe Terra?

É importante destacar que se mantém, no Acordo de Paris, a separação entre a crise ecológica e a crise social. Ao contrá-

rio da posição do papa Francisco, que em sua *Laudato Sí – sobre o cuidado da casa comum* afirma que há uma única crise, a socioambiental, porque provocada pelo mesmo sistema de livre mercado capitalista e porque cada uma condiciona o enfrentamento da outra. O Acordo de Paris parece aceitar que a pobreza seria algo natural, que deve ser enfrentada por medidas de desenvolvimento do mercado, ao contrário da crise ecológica, que é reconhecida como produto de ações humanas.

Na realidade, o conceito nada definido e com certeza assumido na perspectiva do livre mercado capitalista, é o de *desenvolvimento*. Ao manter a classificação de países *desenvolvidos, emergentes, em via de desenvolvimento e pouco desenvolvidos*, está explícita a afirmação de que há países mais avançados, mais civilizados, com maior capacidade de produção e consumo, e há outros que devem seguir o caminho aberto por eles. O papa Francisco e muitos outros, com diferentes posições sociais e acadêmicas, assumem a crítica de quase todos os movimentos sociais de que esse *desenvolvimento*, identificado com o crescimento da produção e do consumo sem fim e, mais ainda, com a concentração da riqueza na forma monetária e especulativa, processos absolutamente comandados pelas forças de mercado capitalista, é o causador do aquecimento global e das mudanças climáticas.

Analisando com visão crítica o Acordo de Paris, é necessário afirmar que sua aprovação e também sua implementação não garantem o enfrentamento nem da crise ecológica nem da social.

6. O aquecimento global como profecia da Terra

Uma vez apresentada essa análise crítica, é possível uma leitura positiva do Acordo de Paris? Creio que sim e o tentaremos a seguir.

Antes de referir-me ao Acordo, é necessário destacar que cresce no mundo a consciência de que a humanidade não pode seguir no caminho em que está. Aumenta todo dia o número de afetados por diferentes eventos climáticos extremos em todos os continentes, mas com maior incidência nos países do Sul. Há pouco tempo, uma reportagem destacou que um senhor chorava o fim da neve nos Dolomiti, na fronteira da Itália com a Áustria. Contudo, quantos indígenas da América do Sul choram pela diminuição e o fim das neves na Cordilheira dos Andes? Todos os centros de pesquisa confirmam que cada novo ano é mais quente que o anterior, com aumento de vítimas seja por ondas de calor intenso ou de frios insuportáveis.

A decisão do papa Francisco de mobilizar os crentes de sua Igreja, mas não só eles, e sim convidar a toda a humanidade a tomar consciência e mobilizar-se para mudar o estilo de vida e, mais do que isso, o sistema de produção e consumo que causa, no mesmo movimento, as crises social e ecológica, é certamente o fato mais significativo dos últimos tempos na luta pelo

enfrentamento do aquecimento global e as mudanças climáticas. Nessa perspectiva, a encíclica *Laudato Sí* é um documento que ainda está fazendo história, mas são as práticas e os convites constantes do papa que dão força e autenticidade a ela.

Nesse contexto de iniciativas de igrejas, movimentos e organizações sociais, centros de pesquisa e organismos da ONU, é fundamental dar-se conta de que mais e mais pessoas e povos estão retomando a prática de escutar a Terra. Sim, ela é um ser vivo, na realidade uma fonte permanente de vida, e tem uma linguagem de comunicação. Nessa direção, é bom reconhecer o avanço que significa o fato de que a Constituição da República do Equador tenha incluído um capítulo específico sobre os Direitos da Natureza: “A natureza ou Pacha Mama, onde se reproduz a vida, tem direito que se respeite integralmente a sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos⁵”.

É verdade que continuam existindo conflitos nas práticas políticas no Equador, mas os povos – que são diferentes e constituem o Estado plurinacional – e todos os cidadãos/ãs podem enfrentar os governos e empresas, lutando “por uma nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza, para alcançar o bem viver, o *sumak kawsay*⁶”. E isso é mais, com certeza, do que o que se pode fazer na relação com o Acor-

(5) Ver o Capítulo Séptimo de la Constitución de la República del Ecuador, aprovada pela Assembleia Constituinte, ratificada pelo Plebiscito Popular e publicada no dia 20 de outubro de 2008.

(6) Idem, Preâmbulo.

do de Paris, mas, assim mesmo, será válido e necessário fazê-lo.

Concretamente, os pobres e excluídos, com as forças e organizações sociais que os apoiam em suas lutas contra os efeitos socioambientais provocados pela mudança climática, terão que aprofundar as lutas em todos os níveis tendo presente o positivo que está na declaração de intenções e a fragilidade e debilidade das medidas práticas que constituem o Acordo de Paris. Em outras palavras, as lutas terão como objetivo forçar os governos a serem mais ambiciosos e mais responsáveis em suas ações voluntárias. E será possível, para isso, utilizar o que está referido e reconhecido no Acordo em relação às ameaças da mudança climática e, mais ainda, em relação ao fato de que a meta desejável é que o aquecimento da temperatura média não ultrapasse 1,5° C. Então, cada país com sua responsabilidade deve ser forçado por seus cidadãos e não se manter comprometido com o que, na produção e no consumo, é causante e agravante do aquecimento global que provoca as mudanças climáticas.

O que se pode e deve fazer é dar aos textos que reconhecem quão grave é a mudança climática para a humanidade um fórum público de profecia da Terra. É ela que, antes de todos e de tudo, está sofrendo os efeitos do aquecimento, que se manifestam, entre outros, nos desequilíbrios climáticos de secas mais prolongadas e chuvas que provocam enchentes, de frios e calores insuportáveis e mortíferos, de crises de água e energia. Ela, como expressa

o apóstolo Paulo, está gritando em dores de parto, esperando ansiosamente que os filhos e filhas de Deus se manifestem, desejando libertar-se no mesmo processo de libertação dos humanos⁷. Ela é realmente Mãe da vida e luta para manter-se com a sua capacidade de parir mais e mais vida; mas, a partir da presença dos humanos em sua história, necessita de sua cooperação. Porém, para que as pessoas sejam os colaboradores da luta da Terra por seus direitos, que são realmente anteriores aos dos humanos, elas também devem sentir e gritar em dores de parto, mobilizando-se para alcançar sua libertação.

7. As migrações climáticas como profecia

A humanidade está passando por um tempo de contradições terríveis: produz alimentos para mais do que 12 bilhões de pessoas, mas convive com perto de 1 bilhão de pobres famélicos; tem conhecimentos e capacidade de produzir alimentos saudáveis, com a agroecologia, mas está submetida e interesses de laboratórios e indústrias transnacionais, e por isso grande parte de sua alimentação está cheia de venenos e produtos cancerígenos; com a riqueza produzida, todas as pessoas e famílias poderiam ter sua casa e uma vida tranquila, no campo ou nas cidades, mas o controle das terras no campo e nas cidades, por meio de uma apropriação comandada pelo princípio da livre iniciativa de mercado, condena a maior parte a não

(7) Bíblia Sagrada, Rom 8,18-25.

ter um mínimo espaço autônomo de vida e a pagar aluguéis insuportáveis; com as tecnologias disponíveis e com mudanças no estilo de vida, seria possível diminuir o consumo e produzir toda energia que é efetivamente necessária utilizando fontes não ou pouco contaminadoras, como o sol e os ventos, mas continua dominada pela indústria ligada a fontes fósseis; todos poderiam trabalhar menos tempo sem diminuição dos salários, mas a dominação econômica de empresas capitalistas os força a trabalhar com ritmos que substituem a muitos outros trabalhadores, e com isso, provocam aumento do desemprego e desvalorização do trabalho, impondo um ritmo de insegurança permanente e de competição entre os que têm oportunidade de trabalho e os excluídos.

Nesse mundo, por que há tantas migrações, no interior dos países e a nível internacional? A velha Europa é seguramente o campo de pesquisa que poderá oferecer respostas seguras. Há migrantes voluntários: os que buscam oportunidades para melhorar seu nível de vida ou novos ambientes culturais. Há outros que foram expulsos pela violência das guerras e, nesse particular, é interessante investigar o que causa as guerras, os interesses presentes nelas; mas pouco muda para as pessoas ou famílias que migraram: para elas, o essencial é sobreviver aos horrores das armas que a indústria bélica tem necessidade de torrar.

Em último lugar, mas não menos importante, aumenta a quantidade de migrantes que abandonam seus territórios de origem porque já não há condições de viver neles. São os migrantes climáticos. Segundo a Organização Internacional para a Migração (OIM), já em 2009 os dados disponíveis indicavam a possibilidade de que se chegaria, em 40 anos, a algo como 1 bilhão de migrantes climáticos⁸. O que se sabe é que “a população desalojada pelas mudanças climáticas e por catástrofes naturais preocupa as autoridades mundiais. Estimava-se que, desde 2008, cerca de 22,5 milhões de pessoas abandonaram suas casas, por ano, por causa de eventos extremos do clima – o equivalente a 62 mil casos diários. E este cenário pode piorar⁹”.

O grave é que, ao contrário dos migrantes por causa de guerras, os que migram por causa das mudanças climáticas não são reconhecidos como exilados, e por isso não têm direitos reconhecidos. O que é certo é que eles não têm possibilidade de retornar aos seus territórios, e algo novo deve ser feito pela humanidade para garantir a vida e os direitos humanos dessas pessoas, famílias, povos que são forçados a abandonar seus lares e terras por causa de eventos climáticos de responsabilidade mundial. Na realidade, o que acontece é que os mais empobrecidos, que pouco ou quase nada têm a ver com as causas antropogênicas das mudanças climáticas, são os

(8) <http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,mudanca-climatica-causara-1-bilhao-de-migracoes-diz-relatorio,478612>

(9) <http://umaincertaantropologia.org/2015/10/05/desastres-naturais-forcam-migracoes-de-60-mil-por-dia-o-globo/>

que pagam o preço mais alto.

Por isso, como o da Terra, o grito dos migrantes climáticos tem um sentido profético: chama a atenção sobre a urgência de transformações estruturais no sistema dominante em nível mundial para evitar que se agrave ainda mais o aquecimento e os eventos climáticos extremos. Como a Terra, também os migrantes climáticos necessitam que os filhos e filhas de Deus e da Terra se manifestem em seu favor, fazendo que este grito se torne tão forte que os responsáveis pelas decisões políticas dos países e do mundo não o possam silenciar.

8. Conclusão: o Acordo de Paris e a crise socioambiental

Para os que lutam com os pobres e excluídos, a atitude em relação ao Acordo de Paris não pode ser nem de encantamento nem de negação. Não é o Acordo desejável e necessário, mas é um acordo, e quando lido com suas contradições, pode ser mais um dos apoios para as lutas pela superação da única crise socioambiental que marca a vida da humanidade no século XXI. Mas é certo que, dadas as debilidades em relação ao que se fará para evitar o pior, tanto nos países individualmente como a nível mundial, pouco do anunciado será realizado, e

nada se avançará na direção do que é absolutamente necessário fazer sem a presença forte dos cidadãos e cidadãs, e particularmente dos que são pobres e estão submetidos a relações de exclusão, nas ruas e praças. O grito em favor de transformações profundas do sistema sociopolítico dominado pelos poderosos do livre mercado capitalista e pelo estilo de vida consumista deve tornar-se insuportável.

Além disso, e para concluir com indicação de algo essencial, é estratégico que os pobres e excluídos, com todas as forças e organizações que os apoiam, avancem na criação de formas de produção de alimentos, de energia e de tudo que é realmente necessário para uma vida digna, feliz e possível para todas as pessoas e povos que mantenham relações harmônicas com a Terra e relações de cooperação entre os seres humanos; avançando, então, na construção de sociedades de Bem Viver, como propõem e praticam os povos indígenas, as comunidades tradicionais e as comunidades voluntariamente organizadas. Isso somente é possível quando se respeita, ama e promove a biodiversidade, na certeza de que nós, os humanos, fazemos parte de uma grande comunidade de vida na e com a Terra, no e com o Cosmos, como recorda com insistência a *Carta da Terra*.

Por novas concepções de desenvolvimento

Ivo Lesbaupin¹

Em outubro de 2008, num artigo em que analisava a crise econômica mundial que eclodira havia menos de um mês, François Chesnais escreveu um parágrafo surpreendente:

“Na minha opinião, nesta nova etapa, a crise vai desenvolver-se de tal modo que as primeiras e realmente brutais manifestações da crise climática mundial vão combinar-se com a crise do capital enquanto tal. Entramos numa fase em que se coloca realmente uma crise da humanidade, dentro de complexas relações nas quais se incluem também os acontecimentos bélicos, mas o mais importante é que (...) estamos confrontados com um novo tipo de crise, com uma combinação desta crise econômica, que começou, com uma situação na qual a natureza, tratada sem a menor contemplação e atacada pelo homem no marco do capitalismo, reage agora de forma brutal. Isto é uma coisa quase excluída das nossas discussões, mas que vai impor-se como um fato central” (Chesnais, “O capitalismo tentou romper seus limites históricos e criou um novo 1929, ou pior”, p. 2 - www.cartamaior.com.br – 09/10/2008).



-
- (1) Ivo Lesbaupin é sociólogo, professor aposentado da UFRJ, membro do Iser Assessoria. Uma primeira versão deste artigo foi publicada com o título “Por uma nova concepção de desenvolvimento” no *Le Monde Diplomatique Brasil* (novembro de 2010) e no livro organizado pela ABONG, *Por um outro desenvolvimento*, São Paulo, Maxprint Ed. e Gráfica, 2012, p. 37-48 (disponível em: http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/206/ABONG_porumoutrodesenvolvimento.pdf?sequence=1&isAllowed=y).
- (2) Sobre o desmatamento na Amazônia, ver o recente texto de Antonio Nobre, “O Futuro climático da Amazônia” (www.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/10/Futuro-Climatico-da-Amazonia.pdf)

A humanidade está hoje na direção da não-sustentabilidade, caminhando rapidamente para tornar a Terra inabitável: estamos desmatando numa velocidade incrível², nossa água doce está sendo utilizada em uma quantidade muito acima de sua capacidade de reposição (vide a recente crise hídrica em São Paulo) e está sendo poluída pela ausência de saneamento, pelos herbicidas e pesticidas, pela mineração. Por outro lado, o aquecimento global está derretendo fontes de água doce que são as geleiras, os glaciares e as calotas polares, o que tornará a vida muito difícil em inúmeros lugares do mundo.

Nossos alimentos são cada vez mais envenenados pelos agrotóxicos – o Brasil é, desde 2008, o maior consumidor mundial dessas substâncias, à frente dos EUA. Nós os ingerimos em quantidade pequena, mas, dia a dia, ano a ano, continuamente, estes venenos produzem doenças.

A principal fonte de energia utilizada pelos seres humanos é, há mais de duzentos anos, constituída por combustíveis fósseis (carvão, petróleo, gás). São causadores do aquecimento global, altamente poluentes e prejudiciais à saúde humana. À medida que o automóvel se converteu no principal critério do desenvolvimento econômico, as cidades passaram a ser construídas em função deste veículo individual.

Nosso sistema econômico, para gerar lucro, precisa incessantemente produzir e vender: nossas sociedades se transformaram em “sociedades de consumo”, porque é necessário que as pessoas consumam sem cessar. Os produtos não são feitos para durar e, sim, para se tornarem rapidamente ultrapassados (“obsolescência programada”),

de modo que haja necessidade de comprar um novo. Tudo isso exige um consumo permanente de recursos naturais, além de gerar uma enorme quantidade de lixo, descartado num volume superior à capacidade do meio ambiente de absorvê-lo.

Em consequência, os bens naturais do planeta estão desaparecendo. Alguns destes bens não são renováveis e, em algum momento, deixarão de existir, em razão do consumo excessivo. Outros são renováveis, mas a velocidade com que estão sendo utilizados e a não-sustentabilidade de seu uso fazem com que não haja tempo de regeneração.

O capitalismo é suicida porque ele não consegue se manter sem destruir as condições de que a humanidade necessita para sobreviver: clima equilibrado, bens naturais disponíveis a longo prazo e segurança alimentar.

É mais do que nunca o momento de pensar em um modelo de desenvolvimento centrado nas necessidades humanas, que garanta a reprodução da natureza, evite o desperdício e não esgote os bens de que precisamos para viver. Um desenvolvimento que esteja voltado para a vida e não para a maximização do consumo.

Precisamos construir uma outra concepção de desenvolvimento, centrado na satisfação dessas necessidades. Desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, como afirma a teoria econômica dominante, difundida pela grande mídia, desenvolvimento não é sinônimo de “produtivismo-consumismo”. Desenvolvimento é desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que tenham vida e possam viver bem.

“Essencialmente, são os seguintes os desafios conceituais que lança um paradigma tão diferente daquele que predomina hoje:

Um é o de redefinir desenvolvimento como um processo de desdobrar conscientemente os potenciais inerentes a cada um e a todos os seres humanos, indivíduo, família, comunidade, nação, assim como a espécie humana como um todo. Desenvolvimento humano integral, e não apenas desenvolvimento material. Converter o desenvolvimento econômico num meio – não mais num fim – para servir ao desenvolvimento humano e social, para que este se torne realmente possível e sustentável. Distinguir desenvolvimento de crescimento rejeitando a febre consumista e produtivista e “tomar o poder” de definir nossas próprias necessidades e desejos. Limitar conscientemente a demanda e o consumo de bens materiais. Restabelecer uma relação harmônica e amorosa com as florestas, os mares e rios, os solos, a atmosfera, a mãe Terra, pois é dela de quem tiramos nosso sustento, nutrição e vida” (Arruda, 2006: 216).

Essa é a preocupação do economista Joan Martínez Allier (1998)³. Segundo esse autor – cujo ponto de partida é o pensamento de Georgescu Roegen –, economia ecológica “é uma economia que usa os recursos renováveis (...) com

um ritmo que não exceda sua taxa de renovação, e que usa os recursos esgotáveis (...) com um ritmo não superior ao de sua substituição por recursos renováveis (...)” (1998, p. 268).

Outro autor, Lester Brown, publicou em 2001 a obra *Eco-economia: construindo uma economia para a Terra* e, em 2009, lançou *Plano B 4.0 – Mobilização para Salvar a Civilização*⁴. Obras nas quais ele propõe outro tipo de economia: desde a mudança da matriz energética até o tipo de indústria que deveríamos ter, de agricultura, de transporte e assim por diante. E poderíamos citar outros, como Herman Daly, Manfred Max-Neef.

Como superar o modelo produtivista-consumista

O que é necessário para conseguir esses bens? Como obter aquilo de que precisamos sem destruir as condições que nos permitem viver na Terra, sem acabar com a água, os peixes, os animais, a terra cultivável, as florestas, a diversidade cultural, social e biológica? Como organizar a sociedade de modo que haja trabalho para todos?

Mudar a matriz energética

A primeira coisa que temos de mudar é a matriz energética: substituir a energia baseada em combustíveis fósseis e a nuclear por energias renováveis. Vários autores defendem isso. Um deles, Jeremy Rifkin, afirma que este é o primeiro pilar da

(3) Blumenau, Ed. da FURB.

(4) Earth Policy Institute, W. W. Norton & Company. Lester Brown fundou em 1974 o Worldwatch Institute. Passou a publicar o relatório anual sobre “O Estado do Mundo”. Em 2001, fundou o Earth Policy Institute (www.earth-policy.org).

terceira revolução industrial.

Temos estudos mostrando a viabilidade técnica de obter toda a energia de que necessitamos via energia eólica, solar (fotovoltaica e térmica), oceânica, geotérmica e hídrica⁵.

As energias renováveis têm uma grande vantagem em relação à energia baseada em combustíveis fósseis: os combustíveis fósseis só existem em grandes quantidades em alguns poucos países, enquanto que o sol, os ventos e a capacidade subterrânea de gerar energia, praticamente todos os países têm, de algum modo. E a maior vantagem é que elas são inesgotáveis.

Para Jeremy Rifkin, temos de passar da energia elétrica produzida de modo centralizado, para aquela que se apoia na exploração de fontes locais com base em geração descentralizada. Rifkin mostra que todas as edificações residenciais, comerciais e públicas podem transformar-se em microusinas geradoras de energia, a partir de fontes renováveis (solar, eólica e até geotérmica).

Na minha opinião (Ivo Lesbaupin), poderíamos reduzir fortemente a utilização de energia elétrica se, em vez de usarmos chuveiros elétricos – que gastam muita energia – usássemos aquecedores solares. Não estou dizendo para as pessoas tomarem esta iniciativa: esta iniciativa tem de

ser pública. O governo, quando quer vender carros, reduz ou elimina os impostos, oferece crédito para o consumidor, etc. Então, o governo poderia oferecer uma grande oportunidade para todas as empresas fabricantes de chuveiros elétricos, para se transformarem em fabricantes de aquecedores solares. E poderia oferecer crédito facilitado para todos os consumidores que quisessem comprar um aquecedor solar. Vender-se-iam milhões de aquecedores solares, que sairiam por um prequinho. Qual a vantagem? Você só gasta na hora de comprar o aquecedor e para sua manutenção. A tarifa não virá mais na conta: o sol é grátis.

Pode-se produzir equipamentos geradores de energia em pequena escala, residencial – para garantir o abastecimento das necessidades familiares. Energia fotovoltaica para os aparelhos domésticos, energia solar para forno/fogão, reservatórios de captação de água da chuva para uso secundário, etc. Cada edifício pode ter seu próprio “gerador” de energia para a iluminação e climatização, seu próprio sistema de captação de água.

A tecnologia da internet pode ser usada para transformar a rede elétrica de todo um continente em uma rede de compartilhamento de energia que age como a internet. Quando milhões de

(5) Cf. [R]evolução energética – a serviço de um desenvolvimento limpo. Greenpeace Brasil, www.greenpeace.org.br, dez. 2010 e *The energy report – 100% renewable energy by 2050*. www.wwf.org, out. 2010. Fonte hídrica: pequenos equipamentos para produzir energia elétrica em riachos, não usinas hidrelétricas, destruidoras de populações e do meio-ambiente. No Brasil, não temos necessidade de nenhuma nova megafábrica hidrelétrica para garantir eletricidade para o povo, não precisamos expulsar povos indígenas e ribeirinhos de seu habitat, não precisamos mais acabar com belezas naturais.

edificações estão gerando uma pequena quantidade de energia no local, elas podem passar o excedente para uma rede e compartilhar eletricidade com seus vizinhos continentais.

“Além de resolver um problema de oferta de energia, essas redes dão lugar a uma nova forma de poder, não mais hierárquico, mas distributivo, colaborativo, em rede. Não se trata apenas de substituir a centralização dos fósseis, da energia nuclear e das grandes hidrelétricas por gigantescas unidades solares ou eólicas. O mais importante é promover a oferta desconcentrada e partilhada de energia” (Ricardo Abramovay, “O poder é partilhado na revolução do século XXI”. *Jornal Valor*, 24/01/2012).

Estudo da Academia americana de Ciências indica que o potencial de produção eólica terrestre representa 40 vezes as necessidades atuais de eletricidade. Na China, cobriria 16 vezes as necessidades do país⁶.

Neste país, captadores térmicos instalados nos tetos de casas fornecem atualmente (2009) água quente a 120 milhões de famílias. Cerca de 5 mil empresas chinesas fabricam estes aparelhos: é uma tecnologia simples e barata⁷ e se difundiu enormemente em lugares onde ainda não há eletricidade. A vantagem da energia solar é que ela não precisa de rede para funcionar: cada residência pode ter

sua fonte de energia independente, mesmo que esteja situada numa região isolada. Na Alemanha, 2 milhões de habitantes vivem em casas onde a água quente e a eletricidade são assegurados por captadores solares.

O potencial avaliado pelo *Atlas Eólico Brasileiro* é de que a energia eólica pode multiplicar por dez a energia gerada por Itaipu (apud Greenpeace, 2010). Segundo o *Atlas Solarimétrico do Brasil*: se 0,3% do Saara fosse usina solar concentrada, geraria energia suficiente para toda a Europa. E, no Brasil, se apenas 5% da energia vinda do sol fosse aproveitada, toda a demanda nacional por eletricidade poderia ser atendida (idem). O Brasil ainda tem condições de ser um dos primeiros em pesquisa e tecnologia de energia solar. Bastaria que algum governo tivesse a vontade política de investir recursos nesta área.

No Brasil, o total de energia que poderia ser aproveitada – com as tecnologias atuais de fontes renováveis – é de 26,4 vezes a demanda nacional. Só com o sol, se poderia gerar 20 vezes; com o vento, 3 vezes.

Para a área agrária-agrícola

Para a área agrária-agrícola, há propostas bastante consistentes dos movimentos sociais do campo e de setores a eles vinculados. Defendem a política de “desmatamento zero” na Amazônia e no Cerrado. Propõem um modelo de agricultura radicalmente diferente do modelo dominante, opõem-se à dominação das

(6) Lester Brown, 2009. As informações seguintes vêm deste livro.

(7) Em 2009, o preço era 150 euros, mais ou menos 500 reais.

multinacionais, ao agronegócio, à dependência de fertilizantes e agrotóxicos, aos transgênicos. Exigem a reforma agrária, para que todos os trabalhadores tenham terra e condições para plantar; e propõem um modelo apoiado na agroecologia, na produção diversificada (em oposição à monocultura), na agricultura familiar, produzindo prioritariamente para a alimentação da população⁸.

Esta não é uma proposta teórica apenas, ela já está sendo praticada em vários lugares do país. E tem tido excelentes resultados tanto em termos de produção, quanto em termos de alimentação saudável e suficiente para a população envolvida. A razão pela qual ela não se expande é a prioridade dada pelos governos ao agronegócio, à exportação de *commodities* e à pouca atenção a este tipo de agricultura. Se tomamos em conta que 70% dos alimentos que consumimos no Brasil são produzidos pela agricultura familiar, fica claro por que o país tem importado cada vez mais alimentos dos quais, há menos de 20 anos, éramos autossuficientes (feijão, arroz, para citar apenas dois exemplos).

Água

Em primeiro lugar, garantir o saneamento básico para todos. Para evitar a contínua poluição das águas. Caso do Brasil: 52% dos municípios não possuem rede de esgotamento sanitário. E um número maior de municípios não possui tra-

tamento de esgoto.

70% da água doce do planeta é utilizada para irrigação. Deve-se escolher culturas menos consumidoras de água e utilizar técnicas mais eficazes de irrigação. No Brasil, já são praticadas algumas delas em assentamentos, como a irrigação por gotejamento.

Sistemas de captação da água da chuva poderia ser uma exigência para toda construção (casa, edifício). Chuvas em excesso teriam escoamento de água reduzido. A água excedente seria conservada para utilização posterior.

Suprimir o uso da água engarrafada. Ela não é mais segura do que a água da torneira (naqueles países onde a água é tratada), e é mil vezes mais cara. Nos EUA e na Europa, há muito mais exigências sobre a água da torneira que sobre a água engarrafada. Isto evitaria a utilização de milhões de garrafas de plástico (petróleo), assim como o transporte por caminhões.

O exemplo do semiárido brasileiro

A ASA – Articulação do Semi-Árido tem propostas amplas sobre como viver e produzir nessa região, sintetizadas na expressão “convivência com o semiárido” (cf. Malvezzi, 2007). E não são apenas ideias: estão sendo implementadas em boa parte da região, com resultados positivos para a população. São inúmeras tecnologias sociais que permitem ter água durante todo o ano, mesmo com pouca pluviosidade. O *Atlas do Nordeste*,

(8) “Plataforma da Via Campesina para a agricultura” (www.mst.org.br – 26/05/2010).

preparado pela ANA – Agência Nacional de Águas se apoia em muitas dessas propostas e oferece condições de atender a 34 milhões de nordestinos, o triplo do prometido pelo projeto governamental de transposição do rio São Francisco – e pela metade do valor da transposição.

Repensar a cidade

Repensar a cidade: a cidade para o bem-estar dos habitantes (e não para os carros). Pensar a construção das habitações de modo que os materiais utilizados sejam poupadores e geradores de energia. Para Lester Brown, é preciso repensar os transportes urbanos, investindo num sistema de transporte misto, diversificado, transporte público – apoiado principalmente nos trilhos (trem, metrô, bonde/*tramway*) –, e também em linhas de ônibus com vias preferenciais, ciclovias e ruas para pedestres. Incentivar o uso da bicicleta – criando facilidades e oferecendo condições de segurança –, como já existe em alguns países. Paris foi uma das cidades onde o uso da bicicleta era raro e o poder público investiu pesadamente para torná-lo corriqueiro: iniciado em 2007, cinco anos depois já havia 23 mil bicicletas para alugar e 1.700 pontos onde encontrá-las.

Acabar com a centralidade do carro implica necessariamente outra concepção de desenvolvimento. Reportagem do jornal *O Globo* de 02/11/2014 afirma que “o Brasil escolheu o carro”, os incentivos fiscais para a indústria automobilística e o subsídio para gasolina somaram 19,3 bilhões de reais, “quase o dobro do montante destinado a melhorar o transporte público nas cidades: 10,2 bilhões de reais em 2013”.

Iluminação

Segundo Lester Brown, substituir as lâmpadas incandescentes por lâmpadas LFC (lâmpada fluorescente compacta) ou lâmpadas LED (*light-emitting diode*) é um dos meios mais rápidos para reduzir as emissões de carbono, fazendo economia ao mesmo tempo. Isto diminuiria em mais da metade o consumo de eletricidade para a iluminação, além do fato de que estas lâmpadas duram muito mais (as LED duram, em média, 25 anos). Permitiriam, por exemplo, fechar 705 das 2.800 centrais de carvão em atividade no mundo. Em algumas cidades do mundo, o poder público está substituindo os faróis/sinais de trânsito por lâmpadas LED, conseguindo uma boa economia.

A fabricação de bens: durabilidade, consertabilidade e recuperabilidade

Nesta nova concepção, é preciso repensar a própria fabricação de bens e o seu desmonte. A construção dos prédios deve ser de tal modo e com tais materiais que permita, no futuro, quando vierem a ser desfeitos, que os materiais possam ser reutilizados, reaproveitados. Os aparelhos devem ser produzidos de tal forma que possam ser desmontados, e todas as suas partes reaproveitadas. Devem ser feitos de modo a poderem ser consertados em vez de descartados, a poderem substituir apenas uma peça quando esta peça apresentar defeito. Eles devem ser feitos para durar, não para serem trocados em pouco tempo. Há produtos que poderiam ter garantia de dez, 20 anos ou mais, em vez de um ou dois anos.

Para a produção de qualquer novo produto, Lester Brown é favorável à utilização somente de reciclagem. Ele exemplifica que, nos EUA, a taxa de reciclagem do aço contido nos aparelhos eletrodomésticos é de 90%.

Novas profissões

Novas indústrias e serviços surgirão com esta reorientação da economia: produção de turbinas eólicas, placas solares, piscicultura, manutenção de bicicletas, produção de trens, metrô, bondes, *tramways*, ônibus elétricos, o reflorestamento, arquitetos ambientais – para conceber edifícios poupadores de energia ou auto-geradores de energia, etc. –, toda a área da produção reciclável – do papel reciclado ao aço, vidro, etc. (cf. Brown, 2011).

Redirecionar os subsídios públicos

Um dos argumentos usados contra o uso de energia solar ou eólica é que seu custo é caro. Ora, para o uso do petróleo, o investimento anual é de 1 trilhão e 700 bilhões de dólares. O futuro do planeta depende do redirecionamento dos subsídios hoje destinados a combustíveis fósseis e energia nuclear para fontes renováveis (Rifkin, 2012).

Entre 2002 e 2008, os subsídios federais nos EUA para a indústria de combustíveis fósseis totalizaram mais de 72 bilhões de dólares; para as energias renováveis foram inferiores a 27 bilhões (idem).

No decorrer do tempo, o custo de gerar eletricidade de fontes alternativas será o mesmo ou menor que o custo de gerar energia convencional a partir de combustíveis fósseis ou de fontes nucleares.

Trata-se de democratizar a produção e a

distribuição de energia, criando milhões de residências, pequenos sítios agrícolas (próximos de cidades ou isolados), edifícios, empresas, autossuficientes em energia.

Autosuficiência e colaboração: a natureza distribuída das energias renováveis precisa ser colaborativa – o compartilhamento em rede –, em vez de contar com mecanismos hierárquicos de controle e comando (idem).

Fim da propaganda de produtos

O principal fator que leva as pessoas a consumirem cada vez mais é a propaganda. Não precisamos de propaganda para nos convencer a comprar um novo produto, muitas vezes supérfluo. Para buscar aquilo de que precisamos, basta a informação sobre sua finalidade e as substâncias que contém. Os cidadãos, com essa informação, saberão decidir por si próprios qual dos produtos lhes convém. Para não termos de consumir cada vez mais produtos desnecessários, temos de controlar a propaganda. No Brasil, já conseguimos a proibição da propaganda de fumo, a proibição da propaganda dirigida a crianças. Precisamos avançar na proibição de propaganda de remédios – por exigência da saúde pública –, de bebidas alcoólicas. E pouco a pouco ir avançando.

Conclusão

É preciso superar o atual modelo de desenvolvimento predador, destruidor das condições de vida da humanidade. Para isso, precisamos construir uma nova concepção de desenvolvimento que permita às pessoas viver bem, em harmonia com a natureza e em colaboração com os demais seres humanos.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Muito além da economia verde*. São Paulo: Abril, 2012.
_____. "Para juntar economia e ética, sociedade e natureza" - <http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/1084052-para-juntar-economia-e-etica-sociedade-e-natureza.shtml> – 02/05/2012.
- ALLIER, Joan Martínez. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: Ed. da FURB, 1998.
- ARRUDA, Marcos. *Tornar real o possível*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. São Paulo, Ática, 1995.
_____. *Sustentabilidade: o que é; o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BROWN, Lester. *Eco-economy: building an economy for the Earth*. New York, London: W. W. Norton & Company, 2001.
_____. *Plan B 4.0 – Mobilization to save civilization*. 2009 (<http://www.earth-policy.org/books/pb4>).
_____. *Basculement: comment éviter l'effondrement économique et environnemental*. Bernin; Paris: Souffle Court Éditions; Ed. Rue de l'Échiquier, 2011.
- DIAMOND, Jared. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- DOWBOR, Ladislau; SACHS, Ignacy; e LOPES, Carlos (org.). *Riscos e oportunidades em tempos de mudanças*. São Paulo; Fortaleza: Ed. e Livraria Instituto Paulo Freire; Bando do Nordeste do Brasil, 2010.
- GREENPEACE BRASIL. *[R]evolução energética – a serviço de um desenvolvimento limpo* - www.greenpeace.org.br, dez. 2010.
- GREENPEACE. *Energy [r]evolution: a sustainable world energy Outlook 2015 - 100% renewable energy for all* - <http://www.greenpeace.org/international/Global/international/publications/climate/2015/Energy-Revolution-2015-Full.pdf>
- GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. *Más allá del desarrollo*. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo/Abya Yala, 2011.
- IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). *IPCC Fourth Assessment Report (AR4)*: 2007. (http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr.pdf).
- KEMPF, Hervé. *Comment les riches détruisent la planète*. Paris: Le Seuil, 2007.
- LATOUCHE, Serge. *Vers une société d'abondance frugale. Contresens et controverses sur la décroissance*. Paris: Mille et une nuits, 2011.
_____. *Bon pour la casse. Les déraisons de l'obsolescence programmée*. Paris: Éd. Les Liens qui Libèrent, 2012.
- LESBAUPIN, Ivo. Por uma nova concepção de desenvolvimento. *Le Monde Diplomatique Brasil*, novembro de 2010.
_____. Por novas concepções de desenvolvimento. In: ABONG. *Por um outro desenvolvimento*. São Paulo: Maxprint Ed. e Gráfica, 2012, p. 37-48.

- LÖWY, Michael. "Ecosocialism, democracy and planification", 2007 (apud www.europe-solidaire.org).
- _____ . *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____ . *Écosocialisme. L'alternative radicale à la catastrophe écologique capitaliste*. Paris: Mille et Une Nuits, 2011.
- MALVEZZI, Roberto. *Semiárido: uma visão holística*. Brasília: CONFEA, 2007.
- MORIN, Edgar. *La voie. Pour l'avenir de l'humanité*. Paris: Fayard, 2011.
- NOBRE, Antonio Donato. "O Futuro Climático da Amazônia", Relatório de Avaliação Científica, Articulação Regional Amazônica, 2015, 42 págs.
- OLIVEIRA, Marcus Eduardo de. "Manfred Max-Neef e Herman Daly: dois economistas alternativos" - www.ihu.unisinos.br – 18/06/2010.
- ORESKES, Naomi; CONWAY, Erik M. *Les marchands de doute. Ou : Comment une poignée de scientifiques ont masqué la vérité sur des enjeux de société tels que le tabagisme et le réchauffement climatique*. Paris: Éd. Le Pommier, 2012.
- ROBIN, Marie-Monique. *Notre poison quotidien. La responsabilité de l'industrie chimique dans l'épidémie des maladies chroniques*. Paris: La Découverte/Arte Éditions, 2013.
- RIFKIN, Jeremy. *A Terceira Revolução Industrial. Como o poder lateral está transformando a energia, a economia e o mundo*. São Paulo: M. Books, 2012.
- SACHS, Ignacy. *A Terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- UNDEP (United Nations Environment Programme). *Green Economy Report*. 2011. http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/ger_final_dec_2011/Green%20EconomyReport_Final_Dec2011.pdf
- VEIGA, José Eli da. *Mundo em transe: do aquecimento global ao ecodesenvolvimento*. Campinas: Armazém do Ipê, 2009.
- WWF. *The energy report – 100% renewable energy by 2050*. www.wwf.org , out. 2010.

Governança corporativa: o caótico poder dos gigantes financeiros¹

Ladislau Dowbor²

There is a growing fear that the costs of global reach, in terms of regulation and complexity, exceed the potential benefits.

Há um receio crescente de que os custos do alcance global, em termos de regulação e de complexidade, ultrapassem os potenciais benefícios.

The Economist, 7 de março de 2015

Estamos lentamente progredindo na compreensão da complexidade do sistema corporativo que, para o bem ou para o mal, hoje nos rege. De um lado, no plano *intra*-corporativo, o gigantismo leva a burocracias inextricáveis, gerando um comportamento caótico e riscos sistêmicos. De outro, os mesmos gigantes estão se dotando de estruturas de articulação *inter*-corporativas que muito se assemelham a governos no sentido de exercício de poder político direto. O que aqui vemos é uma articulação duplamente preocupante, tanto *inter* como *intra* empresarial. Entender este mundo de gigantes é hoje vital. Constituem a dinâmica estruturante mais poderosa na sociedade global moderna.

Quando na capa do *Economist* aparece o nome da empresa Black Rock e o seu faturamento de 14 trilhões de dólares, quase equivalente ao PIB dos Estados Unidos, temos de reajustar os nossos conceitos. É realmente o Estado que se tornou um gigante sem controle? O que muda quando corporações se tornam mais gigantescas do que os Estados? Fechando o ano de 2015, *The Observer* constata que “tomadas de controle, essencialmente

(1) Revisão em 27 de setembro de 2016.

(2) Ladislau Dowbor é doutor em economia pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, professor de economia na pós-graduação da PUC-SP, consultor de várias agências da ONU, e autor de dezenas de livros sobre desenvolvimento econômico e social. Contato: ladislau@dowbor.org.

originadas nos Estados Unidos ou no extremo oriente, quebraram recordes em termos de valor de negócios realizados, atingindo um valor total de 4,6 trilhões de dólares no início de dezembro. De acordo com os dados do *Dealogic*, houve nove negócios de mais de 50 bilhões de dólares cada em 2015, cinco mais que em 2014". (*Observer*, 28/12/2015). A fusão da Bayer e da Monsanto, para dar um exemplo, gera um imenso poder sem contrapesos no universo da agricultura mundial.

Não há como escapar de uma conclusão básica: com tantos anos de concentração corporativa e através de fusões e incorporações, criaram-se gigantes com grande poder de controle, mas pelo próprio gigantismo internamente descontrolados. As medidas de regulação pós-2008, como a Lei Dodd-Frank, pouco trouxeram de novo, mas o impacto mundial da crise estimulou sim o lançamento de uma série de estudos sobre as dinâmicas. Estamos começando a compreender os mecanismos e a lógica de funcionamento dos gigantes corporativos e da nova configuração geopolítica e geoeconômica.

Nos últimos anos tivemos a primeira pesquisa de fundo sobre a rede mundial de controle corporativo, pelo Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica, que identificou os 147 grupos que controlam 40% do sistema corporativo mundial, sendo 75% deles bancos. Temos hoje uma visão mais clara sobre os *traders*, 16 grupos que controlam a quase totalidade do comércio de *commodities* no planeta, com raras exceções sediados na Suíça, e responsáveis pelas dramáticas variações de preços de produtos básicos de toda

a economia mundial, como grãos, minerais metálicos e não metálicos, e energia. O TJN – Tax Justice Network, o ICIJ – Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo e o próprio *Economist* pela primeira vez jogam um pouco de luz sobre os paraísos fiscais e as transferências internacionais ilícitas ou ilegais, identificando por exemplo cerca de 520 bilhões de dólares de fonte brasileira (um estoque equivalente a cerca de um terço do nosso PIB) e os mais de 20 trilhões de dólares em nível mundial (para um PIB global de 73 trilhões em 2012). O GFI – Global Financial Integrity nos traz os dados sobre as fraudes internacionais em notas fiscais (*misinvoicing*, ou *transfer pricing*), que custam ao Brasil cerca de 2% do seu PIB a cada ano, e cerca de 60 bilhões de dólares anuais na África.

O Crédit Suisse, que entende tudo de fortunas pois ajuda a administrá-las, chocou o planeta com estes números simples: 62 famílias têm um patrimônio igual ao da metade mais pobre da população mundial, resultado direto dos mecanismos financeiros, e o 1% mais rico controla mais da metade da riqueza mundial. Com estes e outros estudos, gradualmente está se levantando o véu sobre o gigante descontrolado que nos controla. Chegamos cada vez mais perto de entender não só a teoria geral da financeirização, mas sim as engrenagens do seu funcionamento, com nomes e valores. Se nos tempos de Marx a mais-valia se extraía empresa por empresa, hoje esta mais valia se extrai por meio de mecanismos globais, acima inclusive do poder regulador dos Estados.



Numerosos estudos teóricos, em particular de François Chesnais, já tinham delineado a dinâmica. Vale aqui mencionar o trabalho precursor dessa nova geração de estudos por parte de David Korten, com o seu já clássico *When Corporations Rule the World*, de 1995, bem como o documentário *The Corporation*. Outros documentários seguiram, como *Inside Job*, *The Four Horsemen*, ou ainda filmes de ficção como *Le Capital*, filmes onde a única ficção está nos personagens, sabendo-se que frequentemente recorrer à ficção é a única forma de se aproximar da realidade. Com estes e outros esforços, amplia-se gradualmente a consciência mais ampla sobre o que está acontecendo. O trabalho do Piketty, *O capital no século XXI*, teve tanto impacto não só pela qualidade literária e científica, mas por desvendar as engrenagens do caos organizado que nos rege: estamos enfrentando uma nova lógica política, econômica e cultural.

Como se trata, e de longe, da principal dinâmica que desequilibra o planeta, vale a pena sistematizar o que as pesquisas recentes estão mostrando, pois se algum proveito a crise de 2008 teve, foi de lançar um pouco de luz sobre os mecanismos. Muitas coisas começam a se tornar mais claras. Aqui nos interessam em particular três estudos que contribuem muito para a compreensão tanto do poder como do caos gerado por corporações que engolem o que passa pela frente, e terminam manejando universos econômicos e políticos muito mais amplos do que a sua capacidade real de gestão e controle.

A crise de controle intracorporativo

Um estudo particularmente interessante é *The Intrafirm Complexity of Systemically Important Financial Institutions*, pesquisa interuniversitária dos Estados Unidos e outros países, coordenada por Lumsdaine e outros, centrada no conceito de “hierarquias de controle” dos 28 gigantes planetários, as famosas corporações classificadas como “sistemicamente importantes”. Trata-se de instituições “cuja falência desordenada, por causa das suas dimensões, da sua complexidade e interconexões sistêmicas, causaria transtornos (*disruptions*) significativos ao sistema financeiro mais amplo e às atividades econômicas” (Lumsdaine et al., 2015, p.1). Os pesquisadores se debruçaram essencialmente no processo decisório interno dessas galáxias econômicas, em particular a hierarquia de controle: “The control hierarchy is a network repre-

sentation of the institution and its subsidiaries” (Lumsdaine et al., 2015, p.1).

A pesquisa fundamental sobre a rede mundial de controle corporativo que vimos acima, elaborada pelo Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica, mostrou o poder da rede entre corporações, e veremos mais abaixo a pesquisa de François Morin sobre o tema. O que aqui se estuda é o universo extremamente complexo que cada corporação constitui em si, na medida em que uma empresa do setor alimentar pode por exemplo comprar uma mineradora e dezenas de outras empresas dos mais variados setores simplesmente porque são fonte de lucro, sem ter nenhuma expertise particular nas atividades em que investem. Isso nos leva ao conceito de ‘Intraconnectedness of a firm’, outro conceito chave na metodologia adotada. (Lumsdaine, p. 2) “A nossa abordagem é inovadora por utilizar a estrutura em rede interna da hierarquia de controle. Ao fazê-lo, sublinhamos portanto a importância de se considerar a complexidade intraempresarial, em complemento à complexidade inter-empresarial mais frequentemente estudada” (Lumsdaine et al., 2015, p. 3).

De que tamanhos estamos falando? As 29 corporações financeiras classificadas no SIFI (Systemically Important Financial Institutions) trabalham cada uma com um capital consolidado médio (*consolidated assets*) da ordem de 1.82 trilhões de dólares para os bancos e 0,61 trilhões de dólares para as seguradoras analisadas (11). Para efeitos de comparação lembremos que o PIB norte-americano é da ordem de 15 trilhões de dólares, o PIB do Brasil, 7ª potência mundial, da ordem de \$1,6

trilhão de dólares. Mais explícito ainda é lembrar que de acordo com os dados de Jen Martens, o sistema das Nações Unidas dispõe de 40 bilhões dólares anuais para o conjunto das suas atividades, o que por sua vez representa apenas 2,3% das despesas militares mundiais (GPF, 2015).

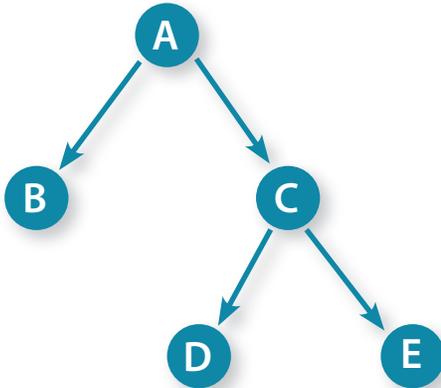
Na ausência de governo mundial, e com a fragmentação da capacidade pública entre 193 nações, qualquer regulação ou ordenamento do que acontece no planeta parece estar fora do nosso alcance, o que abre espaço para o vale-tudo mundial: são trilhões de dólares em mãos de grupos privados que têm como campo de ação o planeta, enquanto as capacidades de regulação mundial mal engatinham. O poder mundial realmente existente está em grande parte na mão de gigantes que ninguém elegeu, e sobre os quais há cada vez menos controle.

Como são administradas estas instituições têm, portanto, enorme importância. No conjunto manejam algo como 50 trilhões de dólares, equivalentes à totalidade das dívidas públicas do planeta. Não sabemos muito bem o que fazem, pois sequer uma taxa mínima sobre as transações que permitisse mapear os fluxos é aceita, mas também descobrimos, nesta pesquisa, a que ponto as pessoas no topo das pirâmides corporativas estão limitadas na compreensão do que está sendo acontecendo na própria casa, pelo próprio gigantismo, dispersão e diversidade de atividades.

A imagem da árvore na figura 1 ajuda a entender a lógica da pesquisa. Numa corporação dada, a empresa marcada como A representa a raiz do grupo, que controla duas subsidiárias B e C, sendo que a subsi-

diária C controla por sua vez as subsidiárias D e E. Estas duas, como não controlam outras empresas, são aqui chamadas de “folhas”, a extremidade externa da árvore. As subsidiárias B e C são chamadas de “filhotes” relativamente a A, que é empresa “mãe”. Esta estrutura é regular, com cada unidade controlando duas abaixo, e tem uma profundidade “dois”, distância de A para os nodos B e C. Assim podemos ter uma estrutura com mais ou menos profundidade, mais ou menos “folhas” dispersas, e mais ou menos controles cruzados ou sobrepostos, o que é muito frequente (Lumsdaine et al., 2015, p. 27).

FIGURA 1



Para se ter uma ideia da complexidade, “o número de nodos numa árvore varia de 330 a 12.752, enquanto o número de países distintos e de códigos SIC – Standard Industrial Classification varia de 23 a 86 e de 27 a 164 respectivamente” (Lumsdaine et al., 2015, p. 10). Ou seja, trata-se de corporações que controlam milhares de empresas, em dezenas de países e ultrapassando frequentemente a centena de setores de atividade econômica. São galá-

xias com capacidade extremamente limitada de acompanhamento, o que por sua vez leva a que o resultado financeiro seja o único critério acompanhado, por exemplo, a partir da empresa “mãe” situada nos Estados Unidos ou na Suíça.

Enfrentam assim um problema de governança, fraudes, corrupção e desorganização de dar inveja a qualquer setor público, o que está evidenciado no fato de praticamente todas elas estarem pagando bilhões de dólares de multas por atividades ilegais em grande escala. Muitas desculpas por parte dos encarregados do comando dessas corporações, de que “não sabiam” das fraudes, podem constituir desculpas, mas mais preocupante ainda é o fato que é perfeitamente possível que realmente não saibam o que acontece no gigante que teoricamente dirigem. Temos todo o peso do gigantismo burocrático sem sequer o controle político mínimo que uma democracia permite.

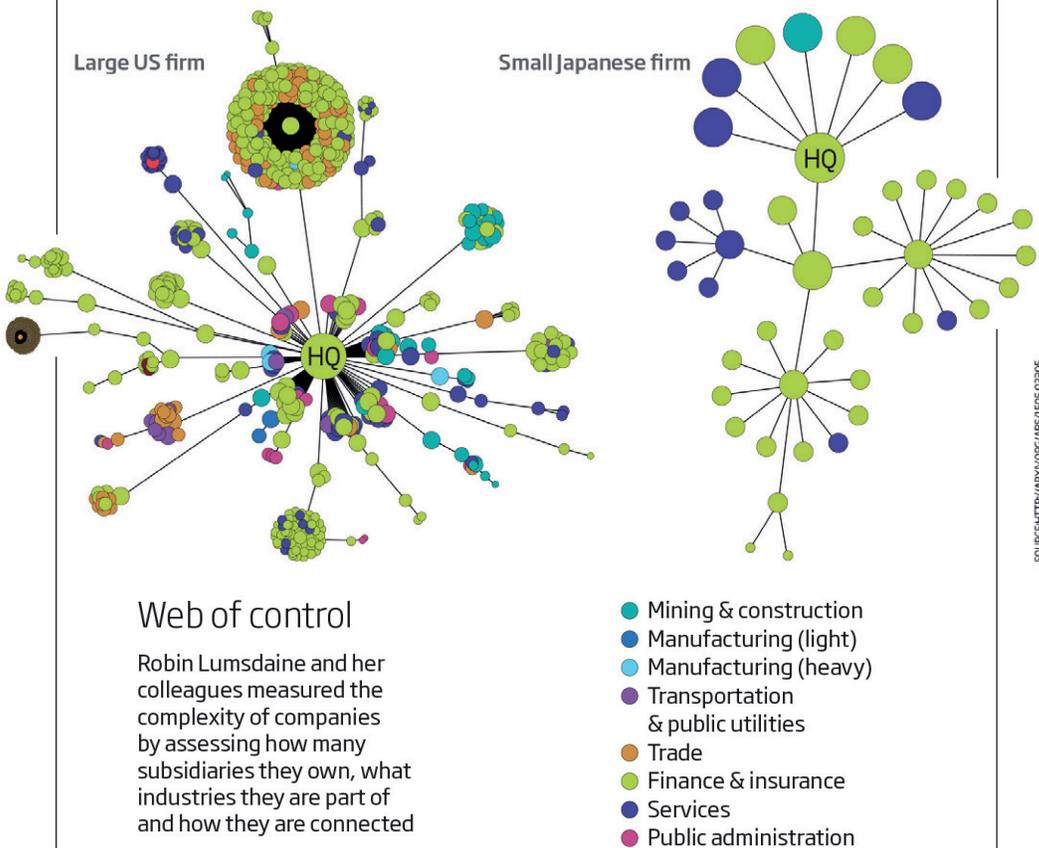
Aqui, nas 29 grandes instituições sistemicamente significativas, estamos falando por exemplo de uma profundidade de mais de 7 níveis hierárquicos: “Ademais, 11 firmas agora têm mais de sete níveis enquanto apenas dois anos antes nenhuma delas tinha. No conjunto das empresas da amostra, em 2013 cerca de 25% dos nodos estavam em nível mais profundo do que o terceiro. Assim, do ponto de vista da supervisão consolidada, os desafios associados com a avaliação (*assessing*) destas firmas aumentaram dramaticamente, com muitas entidades na organização ficando muito mais distanciadas da empresa mãe (Lumsdaine et al., 2015, p. 11). Em outros termos, os gigantes corporativos financeiros estão

se tornando mais centralizados e burocráticos: "O grau crescente de profundidade é uma indicação de um deslocamento no sentido de uma estrutura organizacional mais burocrática" ("The increased degree of depth is an indication of a shift toward a more bureaucratic organizational structure") (Lumsdaine et al., 2015, p. 14).

O que vemos na **figura 2**, é a imensa complexidade do sistema de governan-

ça corporativa. Como clientes e simples mortais, só vemos a unidade na ponta, no cartão de crédito que temos nas mãos ou no produto que vemos numa gôndola de supermercado. O produto nos parece razoavelmente simples, mas escapa-nos o gigantesco emaranhado burocrático e descontrolado que se verificam no conjunto. Além do mais, o número de setores controlados (manufatura, mineração, co-

FIGURA 2



Fonte: Jacob Aron - *Capitalism's hidden web of power*, New Scientist, 23 May 2015

mércio, finanças e seguros, administração pública etc., entre 27 e 164 como vimos acima) num só grupo é espantoso.

Considere-se uma imagem piramidal do processo decisório corporativo: “Uma instituição que concentra o seu processo decisório apenas em apenas alguns gestores *senior* que ficam por sua vez responsáveis por amplas porções da firma precisaria ter uma maior proporção de nodos em níveis mais baixos da árvore. Uma árvore difusa deste tipo pode igualmente ser encontrada em organizações que experimentaram um crescimento por aquisições significativo, tal como é o caso de instituições financeiras na década que precedeu a crise financeira recente, em que a árvore de uma organização complexa adquirida pode ter sido conectada à árvore da ‘mãe’ em algum lugar abaixo do nível mais alto, criando uma estrutura hierárquica de grande profundidade (uma estrutura ‘burocrática’)” (Lumsdaine et al., 2015, p. 10). Estamos aqui no centro do problema da burocratização estrutural, que permeia todo o processo decisório dentro de uma corporação.

Quando aparecem escândalos como da VW com a enganação sistêmica da população e dos governos, da Enron, do HSBC, da GSK, do Barclays, da Goldman&Sachs, dos grandes grupos farmacêuticos (o *Big Pharma*) ou ainda iniciativas de impacto planetário como a batalha da Halliburton para estimular a invasão do Iraque, isto sem falar das décadas de luta dos grupos do tabaco para negar a relação com o câncer – aqui a lista atinge praticamente todos os grandes grupos corporativos – nos perguntamos naturalmente como

são tomadas as decisões. Como não se consegue controlar o uso generalizado de antibióticos como fator que acelera a engorda na cadeia da carne, ainda que esteja comprovada a multiplicação de bactérias resistentes e outras disfunções digestivas? Em artigo intitulado “a América corporativa está encontrando ser cada vez mais difícil se manter no lado direito da lei”, o *Economist* constata a existência de 2.163 condenações corporativas desde o ano 2000, e que “o número de condenações e o tamanho das multas tem crescido de forma impressionante durante o período”, isto apenas no âmbito dos processos federais (*Economist*, 30 de agosto de 2014).

O estudo de Lumsdaine e outros se debruça mais sobre a complexidade administrativa e de controle do que acontece, do que propriamente no tamanho. Os autores lembram que, no quadro dos marcos regulatórios de Basel II, Basel III e da lei Dodd-Frank, “em termos gerais o tamanho é normalmente considerado em termos financeiros (por exemplo dólares), mais do que em termos de traços de estrutura organizacional”. Segundo os autores, ainda que o tamanho da corporação seja evidentemente importante, esta visão é insuficiente. “Apesar da facilidade de implementação, um patamar baseado no tamanho é insatisfatório em vários aspectos, precisamente porque não leva em consideração o nível de complexidade das atividades de negócios da firma” (Lumsdaine et al., 2015, p. 15).

Entre a árvore perfeita, em que a corporação opera em um país e em um setor (SIC), recebendo a nota 1, e a complexidade total com nota zero (muitos setores,

muitos países, hierarquias complexas), podemos encontrar todas as situações intermediárias, e classificam-se assim as firmas em termos de número de nodos, o número de países, de diversidade de setores e do número de níveis (profundidade) da hierarquia corporativa (Lumsdaine et al., 2015, p. 10). Isto permite uma razoável quantificação da complexidade de uma corporação que trabalha em numerosos países, em numerosos setores de atividade, com inúmeras unidades empresariais dispersas, e com crescente número de níveis hierárquicos, e em numerosos e complexos marcos jurídicos diferentes países.



No **quadro 1** temos a lista das firmas analisadas. As que pertencem ao grupo de 29 firmas financeiras sistemicamente importantes (SIFIs) estão assinaladas com asterisco. Algumas firmas não analisadas na pesquisa foram incluídas para manter a lista completa. As tabelas de classificação (que não apresentamos aqui pela dimensão) não identificam as firmas, preservando o anonimato, ainda que uma firma específica tenha facilidade em se reconhecer nos números.

O gigantismo corporativo gerou uma inoperância interna preocupante, que explica em boa parte o fato de estarem rigorosamente todas pagando gigantes-

QUADRO 1

Bancos e seguradoras

- *Bank of America (US) Allianz (DE)
- *Citigroup (US) Aviva (GB)
- *Goldman Sachs (US) Axa (FR)
- *JP Morgan Chase (US) Swiss Re (CH)
- *Morgan Stanley (US) Zurich (CH)
- Royal Bank of Canada (CA)
- *Barclays PLC (GB)
- *HSBC Holdings PLC (GB)
- *Royal Bank of Scotland PLC (GB)
- Standard Chartered (GB)
- *Credit Suisse AG (CH)
- *UBS AG (CH)
- *BNP Paribas SA (FR)
- *Société Générale SA (FR)
- BBVA (ES)
- *Banco Santander SA (ES)
- *Mitsubishi UFJ FG (JP)
- *Mizuho FG (JP)
- Nomura (JP)
- *Sumitomo Mitsui FG (JP)
- Banca Intesa (IT)
- *UniCredit (IT)*
- *Deutsche Bank AG (DE)
- *ING Groep NV (NL)

SIFIs não incluídas na base de dados

- [Wells Fargo (US) *]
- [Lloyds (GB)*]
- [Banque Populaire (FR)*]
- [Crédit Agricole (FR)*]
- [Commerzbank (DE)*]
- [Dexia (BE) *]
- [Bank of China (CN)*]
- [Nordea (SW) *]

cas multas com condenações que variam desde desrespeito aos direitos humanos a fraudes sistêmicas na área financeira bem como enganação pura e simples de clientes, como se constata com o Deutsche Bank e outros condenados em 2016.

A dinâmica interna de poder de decisão

De um lado, há o fato de que, a partir de um certo número de níveis hierárquicos e de complexidade organizacional, no topo se imagina que na base da firma se aplicam as instruções, enquanto na base, na empresa fisicamente produtora de alguma coisa, se imagina que lá em cima, por exemplo numa pequena cidade do interior da Suíça onde formalmente a firma tem sua sede, sabem o que realmente acontece.

Por outro lado, há um processo muito amplo de diluição de responsabilidade. O gigantismo é tal que nunca se sabe realmente quem foi responsável por um determinado crime corporativo. Quando se decretou no Brasil que os sucos de fruta que compramos nos supermercados precisariam ter um mínimo de 15% de “suco de fruta”, as empresas passaram a manter um nível ridículo de fruta e renomearam as caixinhas como “néctar”, termo que não foi categorizado legalmente. Mas buscar as responsabilidades iria levar quem reclame a sucessivos níveis complexos de propriedade e controle da empresa, chegando no topo e em algum país distante onde os advogados da firma dirão que não estão autorizadas a divulgar nomes por sigilo profissional. Não estamos aqui falando apenas no pobre cliente que ficará ouvindo “a sua ligação é muito importante para nós” no

telefone, mas de instituições de fiscalização do governo ou de ONGs especializadas.

O fator principal da deformação sistêmica dos gigantes corporativos tem muito a ver com a impotência administrativa. Gestores no topo da pirâmide que têm sob sua responsabilidade milhares de empresas em diversos setores de atividade e em diferentes países passam simplesmente a reduzir os objetivos a um único critério, que é o resultado financeiro. Não só porque esta seja a lógica dominante da empresa, mas porque é o único que conseguem medir. Impõe-se assim a uma distante filial submetida a um quinto ou sexto nível de holdings financeiras a rentabilidade que deverá atingir, e pouco importa o resto. Entre o engenheiro da Samarco que sugere que precisaria ser reforçada a barragem da mineradora em Mariana (MG) e a exigência de rentabilidade da Billiton, da Vale, da Valepar e do Bradesco, a relação de força é radicalmente diferente. O que o gestor da Billiton na Austrália, gigante que controla inúmeras mineradoras no mundo, sabe da Samarco?

Os critérios de remuneração e os bônus das diversas diretorias distantes ou intermediárias passam diretamente por este critério de rentabilidade, o que verticaliza a maximização dos resultados financeiros de alto a baixo da pirâmide, gerando um processo ao mesmo tempo coerente e absurdo. O Banco do Brasil, para dar um exemplo, teve uma iniciativa inovadora importante com o Desenvolvimento Regional Sustentável. Os pontos dos gerentes de crédito e das agências, no entanto, continuaram a ser a maximização da captação e minimização de riscos, e nenhum deles iria arriscar a sua remuneração com iniciativas de fomento de pequenas em-

presas no seu município, aumentando o risco. O objetivo central digere os outros.

E quando são as instituições financeiras que ao fim e ao cabo estão no topo, o resto finalmente não importa muito. Quando uma Volkswagen gera os absurdos que se viu, trata-se apenas de uma prática particularmente divulgada, e veja-se que a identificação da fraude não foi nem por mecanismos internos da firma, nem pelos órgãos de controle do governo, e sim por uma ONG que não tem contas a prestar nem a uns nem a outros. A questão não está apenas nas fraudes, mas sim no fato de serem prática comum e corrente por parte de gente bem remunerada, com formação superior, pessoas que entendem perfeitamente a fraude que praticam, e criam blindagens éticas para dormir em paz. E muito sentem sim as contradições, mas se veem impotentes dentro do sistema.

Há um vazio a se preencher em termos de pesquisa sobre a governança corporativa, que aqui o estudo mencionado não cobre: são os equilíbrios internos de poder entre a esfera técnica, de pessoas que entendem do produto real que chegará ao consumidor, e a esfera de negócios. Na prática, quem acaba mandando nas corporações é o departamento financeiro, apoiado no poderoso departamento jurídico – autêntico ministério interno – e o departamento de marketing que cuida da imagem. Não se manifesta, e isto é central, o critério da contribuição da corporação para a sociedade.

Um exemplo ajuda. Entre tantos outros, podemos pegar o da GSK, amplamente estudado. Trata-se do sexto grupo farmacêutico do mundo, que está pagando 3 bilhões de dólares de multas por fraudes de diversos tipos em medicamentos. É uma empresa

tecnicamente muito competente nas suas dimensões propriamente produtivas, tem excelentes laboratórios e pesquisadores, que foram se multiplicando à medida em que o grupo foi comprando empresas pelo mundo afora. A GSK vendeu Wellbutrin, um poderoso antidepressivo, como pílula de emagrecimento, o que é criminoso, vendeu *Avandia* escondendo os resultados das suas pesquisas que mostravam que aumentava riscos cardíacos, ou Paxil, um antidepressivo usado para jovens com tendências ao suicídio que na realidade não tinha efeito mais pernicioso do que qualquer placebo, com efeitos desastrosos. A condenação da empresa se deu ao fato de quatro técnicos da empresa terem feito a denúncia, pois os técnicos entendem os absurdos, entendem de medicamentos, enquanto a cúpula entende de negócios. (*Time*, 2012)

Mas o que nos interessa aqui, é uma empresa especializada em saúde manter uma imensa fraude em diversos produtos e em grande escala, fraude mantida durante anos de sucessivas gestões. No caso, depois da condenação, das manifestações de indignação de usuários enganados e dos artigos na mídia, as ações da empresa subiram, contrariamente ao que se esperaria se a empresa fosse julgada pelas suas contribuições para a saúde. A GSK mostrou que obteve com as fraudes lucros incomparavelmente superiores aos custos do acordo judicial obtido em 2012, e os grandes investidores institucionais, os gigantes da área financeira que detêm o grosso das ações, reagiram positivamente. Em outros termos, a poder financeiro no topo impõe ao grupo os seus critérios de rentabilidade, critérios que são replicados nos diversos níveis da pirâmide corporativa.

Na publicidade, o que veremos são fotos de laboratórios com técnicos de bata branca, quando não uma mãe com um bebê nos braços, com mensagem de segurança e proteção. E como a publicidade faz viver a mídia, que se adapta e pouco informa, o círculo se fecha. Do lado da justiça, a prática hoje generalizada é dos responsáveis não precisarem reconhecer a culpa, é o chamado *settlement*, acordo judicial, neste caso 3 bilhões de dólares. Em 2015 assumiu um novo presidente, por acaso o antigo presidente do escandaloso Royal Bank of Scotland. Não entende nada de farmácia, nem precisa, não é este o negócio.

Com o poder hoje muito mais na mão dos gigantes financeiros do que nas empresas produtoras, passou-se a exigir resultados de rentabilidade financeira que impossibilitam iniciativas, no nível dos técnicos que conhecem os processos produtivos da economia real, de preservar um mínimo de decência profissional e de ética corporativa. Temos assim um caos em termos de coerência com os interesses de desenvolvimento econômico e social, mas um caos muito direcionado e lógico quando se trata de assegurar um fluxo maior de recursos financeiros para o topo da hierarquia.

O oligopólio sistêmico financeiro

François Morin, ex-conselheiro da Banque de France, autor de uma dezena de livros sobre a organização dos sistemas financeiros, entende realmente do assunto. E escreveu um pequeno livro que é uma pérola, em termos de descrição de como funciona o oligopólio destes gigantes financeiros do planeta. Extremamente claro

e didático, com tabelas simples, explicita os mecanismos de poder que os grupos utilizam. Enquanto na pesquisa analisada acima, de Lumsdaine e outros, aparece o gigantismo e o problema de articulação interna dessas estranhas e novas criaturas financeiras que controlam milhares de empresas das mais variadas áreas e dispersas pelo mundo – novas evidentemente pela escala e pela conectividade eletrônica instantânea – na análise de Morin aparece a organização do sistema *inter-corporativo*, ou seja, como elas se relacionam.

“Atores que adquiriram dimensão mundial, esses bancos se transformaram nos anos 1990 em oligopólio em razão das posições dominantes que ocupavam nos maiores mercados monetários e financeiros. Este oligopólio se transformou por sua vez em ‘oligopólio sistêmico’ quando, a partir de 2005, os bancos que o constituem abusaram das suas posições dominantes, multiplicando acordos fraudulentos. Como se surpreender, nessas condições, que frente a esse oligopólio sistêmico, tão novo e tão poderoso, os Estados se tenham visto ultrapassados, ou até se tenham tornado reféns?” (Morin, 2015, p. 115).

Com anos de fusões e aquisições, naturalmente qualquer pessoa informada já podia suspeitar da evolução para oligopólios sistêmicos nas diversas áreas. O que temos de interessante neste estudo é que se torna visível o detalhe da engrenagem. E uma vez que se percebe o funcionamento, muitas pessoas no mundo passam a se dar conta do quanto é disfuncional um sistema que vive da instabilidade geral e do dreno dos recursos da economia real para a área especulativa. Trata-se de um sistema que ao mesmo tempo provoca a

instabilidade que nos prejudica a todos, e se dota de instrumentos políticos de controle que impedem qualquer forma séria de regulação. A instabilidade é o seu habitat natural. E a instabilidade econômica gera naturalmente instabilidade política.

Na análise estão todos: JPMorgan Chase, Bank of America, Citigroup, HSBC, Deutsche Bank, Santander, Goldman Sachs e outros, com um balanço de mais de 50 trilhões de dólares em 2013, quando o PIB mundial era de 73,5 trilhões. A relação com os Estados é particularmente interessante, pois a dívida pública mundial, de 51,8 trilhões, está no mesmo nível do volume de capital controlado pelos 28 grupos financeiros que Morin analisa, também da ordem de 50 trilhões. Os Estados, fruto do endividamento público com gigantes privados, viraram reféns e tornaram-se incapazes de regular este sistema financeiro em favor dos interesses da sociedade: “Face aos Estados fragilizados pelo endividamento, o poder dos grandes atores bancários privados parece escandaloso, em particular se pensarmos que estes últimos estão, no essencial, na origem da crise financeira, logo de uma boa parte do excessivo endividamento atual dos Estados” (Morin, 2015, p. 36).

Os 28 controlam igualmente os chamados derivativos, essencialmente especulação com variações de mercados futuros: o volume atingido em 2013 é de 710 trilhões de dólares, quase 10 vezes o PIB mundial. Se pensarmos que tantos países aceitaram reduzir os investimentos públicos e as políticas sociais, inclusive o Brasil, para satisfazer este pequeno mundo financeiro, não há como não ver a dimensão política que sistema assumiu.

Um aporte particularmente forte do livro é a análise de como este grupo de bancos vai se dotando, a partir de 1995, de instrumentos de articulação, a GFMA – Global Financial Markets Association, o IIF – Institute of International Finance, a ISDA – International Swaps and Derivatives Association, a AFME – Association for Financial Markets in Europe e o CLS Bank – Continuous Linked Settlement System Bank. Morin apresenta em tabelas como os maiores bancos se distribuem nessas instituições. O IIF, por exemplo, “verdadeira cabeça pensante da finança globalizada e dos maiores bancos internacionais”, constitui hoje um poder político assumido: “O presidente do IIF tem um *status* oficial, reconhecido, que o habilita a falar em nome

QUADRO 2

Les États face à l'oligopole systémique: la rupture provoquée par la crise de 2007-2008 (en milliers de milliards de dollars)

	2003	2005	2007	2009	2011	2013
PIB mondial	37,8	46,0	56,2	58,4	70,8	73,5
Dette publique mondiale	23,6	26,4	30,0	37,5	46,3	51,8
Produits dérivés des banques systémiques	197,2	297,7	595,3	603,9	647,8	710,2

dos grandes bancos. Poderíamos dizer que o IIF é o parlamento dos bancos, seu presidente tem quase o papel de chefe de estado. Ele faz parte dos grandes tomadores

de decisão mundiais” (Morin, 2015, p. 61).

O **quadro 3**, numa leitura vertical, indica como os bancos sistêmicos estão presentes, como pessoas jurídicas, nos con-

QUADRO 3					
Interconexão entre os bancos sistêmicos: ligações institucionais (em 20/10/2014)					
	Presença nos conselhos de administração (CA)				
	GFMA	IIF	ISDA	AFME	CLS Bank
Barclays	X	X	X	X	X
BNP Paribas	X	X	X	X*	X
Citigroup	X	X	X	X	X
Crédit Suisse	X	X	X	X	X
Deutsche Bank	X	X	X	X	X
Goldman Sachs	X	X	X	X	X
HSBC	X	X*	X	X	X
JPMorgan Chase	X*	X	X	X	X
Société Générale	X	X	X*	X	X
UBS	X	X	X	X	X
UniCredit	X	X	X	X	X
Bank of America	X		X	X	X
Bank of New York Mellon	X	X		X	
Mitsubishi UFJ FG	X	X			X
Mizuho Bank Ltd	X	X	X		
Morgan Stanley		X	X	X	
Royal Bank of Scotland	X		X	X	
Standard Chartered	X	X	X		
Bank of china	X	X			
BBVA		X		X	
Crédit Agricole	X			X	X
Nordea	X				X
State Street					
ING	X				
Well Fargo	X				
Sumitomo Mitsui					
Número de assentos no CA	22	18	17	17	15
Outros bancos	8	16	5	5	9
Total geral de assentos no CA	30	34	22	22	24

GFMA: Global Financial Markets Association. **IIF:** Institute of International Finance. **ISDA:** International Swaps and Derivatives Association. **AFME:** Association for Financial Markets in Europe. **CLS Bank:** Continuous Linked Settlement System Bank. (*) Presidente do conselho de administração.

selhos de administração de cada uma das cinco instituições do setor. Na leitura horizontal, mostra como certas instituições, as maiores, são mais interconectadas que as outras. A China aparece com o Bank of China, mas no conjunto a quase totalidade é de bancos ocidentais, com forte dominância americana, e muita presença dos principais países europeus. Aqui, há poucas dúvidas da tendência geral: os gigantes financeiros mundiais estão se dotando de instrumentos de controle político. Os volumes de recursos são no conjunto superiores aos dos que os sistemas públicos administram. E hoje, controlam também o essencial da mídia, e com isto a opinião pública. Crescentemente, penetram nos espaços que lhes abre o judiciário, que deveria ser o último bastião de proteção da igualdade perante a lei (Dobor, 2016).

Os paraísos fiscais

Os gigantes financeiros planetários estão portanto se organizando, buscando em particular transformar o seu poder financeiro em poder político organizado. No nível interno de um país, tal dinâmica seria considerada ilegal, infringindo as leis sobre trustes e cartéis. Mas esta nova arquitetura de poder depende vitalmente do autêntico vácuo jurídico no qual se movem: as jurisdições e os bancos centrais se aplicam a esferas nacionais, enquanto o oligopólio sistêmico financeiro se move no espaço planetário, com sólidas raízes nacionais, em particular nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, mas com uma extraterritorialidade de fato que lhe abre a rede de

paraísos fiscais, objeto de excelente análise de Nicholas Shaxson, em livro que Jeffrey Sachs qualifica de “an utterly superb book”.

Estamos acostumados a ler denúncias sobre os paraísos fiscais, mas a realidade é que apenas muito recentemente começamos a nos dar conta do papel central que jogam na economia mundial, na medida em que não se trata de “ilhas” no sentido econômico, mas de uma rede sistêmica de territórios que escapam das jurisdições nacionais, permitindo assim que o conjunto dos grandes fluxos financeiros mundiais fuja das suas obrigações fiscais, escondendo as origens dos recursos, ou mascarando o seu destino.

Todos os grandes grupos financeiros mundiais, e os maiores grupos econômicos em geral, estão hoje dotados de filiais (ou matrizes) em paraísos fiscais. Os paraísos fiscais não constituem um território apenas, mas uma dimensão de praticamente todas as atividades econômicas dos gigantes corporativos, formando um tipo de gigantesca câmara mundial de compensações, onde os diversos fluxos financeiros entram na zona de segredo, de imposto zero ou equivalente, e de liberdade relativamente a qualquer controle efetivo. Os recursos serão reconvertidos em usos diversos, repassados a empresas com diversos nomes e nacionalidades, lavados e formalmente limpos, livres de qualquer pecado. Não é que haja *um* espaço secreto, é que com a fragmentação do fluxo financeiro, que ressurge em outros lugares e com outros nomes, é o *conjunto* do sistema que se torna opaco: “Se você não pode ver o todo, você não pode entendê-lo. A atividade não acontece *em* alguma jurisdição – acontece *entre* as jurisdições.

O ‘outro lugar’ se tornou ‘lugar algum’: um mundo sem regras” (Shaxson, 2011, p. 28).

Os volumes passaram a ser mais conhecidos desde crise de 2008. Com a pressão das sucessivas reuniões do G20, e os trabalhos técnicos do TJN, do GFI, do ICIJ e da própria *The Economist*, passamos a ter ordens de grandeza: são cifras da ordem de 21 a 32 trilhões de dólares em paraísos fiscais, para um PIB mundial de 73 trilhões (2013). O Brasil, como vimos, participa com algo como 520 bilhões de dólares, quase 30% do PIB.

A OCDE aprovou em 2015 um primeiro programa de contenção dos drenos e do caos financeiro mundial gerado, o BEPS – Base Erosion and Profit Shifting, mais uma das múltiplas tentativas de se criar um marco legal para conter o caos planetário gerado. Mas na base está um problema central: o sistema financeiro é planetário, enquanto as leis são nacionais, e não há governo mundial. E o peso político dos gigantes financeiros é suficiente para dobrar as tentativas de regulação por parte de governos específicos.

O sistema impacta diretamente os processos produtivos: “Keynes entendeu a tensão básica entre a democracia e os fluxos livres de capital. Se um país tentar reduzir as taxas de juros, digamos, para estimular as indústrias locais em dificuldades, é provável o capital vazar para o exterior na busca de uma remuneração mais elevada, frustrando o seu intento” (Shaxson, 2011, p. 56). Quando além disso se pode ganhar mais aplicando em produtos financeiros, e ainda por cima deixar de pagar impostos, qualquer política econômica de uma nação se torna pouco

realista. Assim “o sistema *offshore* cresceu com metástases em todo o globo, e surgiu um poderoso exército de advogados, contadores e banqueiros para fazer o sistema funcionar... Na realidade o sistema raramente acrescentava algum valor, mas pelo contrário estava redistribuindo a riqueza para cima e os riscos para baixo, e criando uma nova estufa global para o crime” (Shaxson, 2011, p. 130).

A questão dos impostos é central, e apresentada em detalhe. O mecanismo fiscal do *offshore* é apresentado a partir de um relatório de 2009 elaborado pelo FMI: trata-se “do velho truque dos preços de transferência: os lucros são *offshore*, onde escapam dos impostos, e os custos (o pagamento de juros) são *onshore*, onde são deduzidos dos impostos” (Shaxson, 2011, p. 216). A conexão com a crise financeira mundial é direta. “Não é coincidência que tantos dos envolvidos em tramoias financeiras, como Enron, ou o império fraudulento de Bernie Madoff, ou o Stanford Bank de Sir Allen Stanford, ou Lehman Brothers, ou AIG, estivessem tão profundamente entinchados em *offshore*” (Shaxson, 2011, p. 218).

A apropriação do sistema jurídico

A maior parte das atividades é legal. A grande corrupção, como já apresentamos em outro trabalho (L. Dowbor, 2014), gera a sua própria legalidade, o que passa pela apropriação da política, processo que Shaxson qualifica de “captura do Estado”. Não é ilegal ter uma conta nas Ilhas Cayman, onde a legalidade e o segredo são completos: é

“um lugar que busca atrair dinheiro oferecendo facilidades politicamente estáveis para ajudar pessoas ou entidades a contornar regras, leis e regulamentações de outras jurisdições” (Shaxson, 2011, p. 228).

Trata-se, em grande parte, de corrupção sistêmica: “No essencial, a corrupção envolve entendidos (*insiders*) que abusam do bem comum, em segredo e com impunidade, minando as regras e os sistemas que promovem o interesse público, e minando a nossa confiança nessas regras e sistemas. Neste processo, agravam a pobreza e a desigualdade e entrincheiram os interesses envolvidos e um poder que não presta contas” (Shaxson, 2011, p. 229).

A base da lei das corporações, das sociedades anônimas, é que o anonimato da propriedade e o direito de serem tratadas como pessoas jurídicas, podendo declarar a sua sede legal onde queiram e qual que seja o local efetivo das suas atividades, teria como contrapeso a transparência das contas. “Na origem, as corporações tinham de cumprir um conjunto de obrigações com as sociedades onde se situavam, e em particular de serem transparentes nos seus negócios e pagar os impostos...O imposto não é um custo para os acionistas, a ser minimizado, mas uma distribuição para os agentes econômicos (*stakeholders*) da empresa: um retorno sobre os investimentos que as sociedades e os seus governos fizeram em infraestruturas, educação, segurança e outros requisitos básicos de toda atividade corporativa” (Shaxson, 2011, p. 228).

Nesta pesquisa, Shaxson não elaborou um panfleto contra os paraísos fiscais, e sim desmontou os mecanismos da finança

internacional que neles se apoiam, oferecendo uma ferramenta para entender o caos mundial que nos deixa cada vez mais perplexos. O mecanismo nos atinge a todos, na injustiça dos impostos, mas também no prosaico cotidiano: “A construção de monopólios secretos por meio da opacidade *offshore* parece penetrar amplamente em certos setores e ajuda muito a explicar por que, por exemplo, as contas dos nossos celulares são tão elevadas em certos países em desenvolvimento” (Shaxson, 2011, p. 148). Os impactos são sistêmicos: “As propinas contaminam e corrompem governos, e os paraísos fiscais contaminam e corrompem o sistema financeiro global” (Shaxson, 2011, p. 229).

A realidade é que se criou um sistema que torna inviável qualquer controle jurídico e penal da criminalidade bancária. Praticamente todos os grandes grupos estão com dezenas de condenações por fraudes dos mais diversos tipos, mas em praticamente nenhum caso houve sequelas judiciais como condenação pessoal dos responsáveis. O sistema criado envolve uma multa, acordo judicial (*settlement*) que libera a corporação, mediante pagamento, do reconhecimento de culpa. Basta a empresa fazer, enquanto pratica a ilegalidade, uma provisão financeira para enfrentar os prováveis custos do acordo judicial. Para dar alguns exemplos, o Deutsche Bank está pagando uma multa de 2,6 bilhões de dólares em 2015, e negociando uma multa de 14 bilhões em 2016. O Crédit Suisse está pagando 2,5 bilhões de dólares por condenação em 2014 e assim por diante, envolvendo todos os gigantes corporativos. Um exercício de sistematização da

criminalidade financeira pode ser encontrado no site Corporate Research Project, que apresenta as condenações e acordos agrupados por empresa.

Em geral quando condenadas a pagar as multas (sem reconhecimento de culpa), as corporações realizam um grande espetáculo de mudança de algumas cabeças no topo da corporação, com o inevitável anúncio de que houve erros, mas que a empresa é saudável, e que as distorções serão corrigidas. Os responsáveis não só saem livres, como munidos dos bônus legalmente cabíveis já que não houve exigência de reconhecimento de culpa. Confrontar as condenações com as imagens dos filmes corporativos de recrutamento de jovens para atuarem nos respectivos grupos, anunciando os elevados valores éticos e vitalidade econômica, com o elenco da criminalidade corporativa, é um exercício deprimente, mas instrutivo (BBC, 2015).

A dimensão jurídica está em plena evolução, já que as corporações estão constituindo um judiciário paralelo que lhes permita processar os Estados. As corporações internacionais estão ampliando radicalmente os seus instrumentos jurídicos de poder político. Nas palavras de Luís Parada, um advogado de governos em litígio com grupos mundiais privados, “a questão finalmente é de saber se um investidor estrangeiro pode forçar um governo a mudar as suas leis para agradar ao investidor, em vez de o investidor se adequar às leis que existem no país”.

Hoje as corporações dispõem do seu próprio aparato jurídico, como o *International Centre for the Settlement of Investment Disputes* (ICSID) e instituições semelhantes

em Londres, Paris, Hong Kong e outros. Tipicamente, irão atacar um país por lhes impor regras ambientais ou sociais que julgam desfavoráveis, e processá-lo por lucros que poderiam ter tido. O amplo artigo publicado no *The Guardian* apresenta este novo campo de relações internacionais que estão se expandindo e transformando as regras do jogo. Os autores qualificam esta tendência de “um obscuro mas crescentemente poderoso campo do direito internacional” (“an obscure but increasingly powerful field of international law”).

Não cabe no presente artigo, mas a disputa jurídica constitui uma dimensão essencial dos tratados TTIP – Transatlantic Trade and Investment Partnership na esfera do Atlântico TPP – Trans-Pacific Partnership na esfera do Pacífico, ao amarrar um conjunto de países em regras transnacionais em que os Estados nacionais perderão a capacidade de regular questões ambientais, sociais e econômicas, e muito particularmente, as próprias corporações. Pelo contrário, serão as próprias corporações a impor-lhes, e a nós todos, as suas leis.

A crise de responsabilidade

Quem é responsável? A busca de culpados simplesmente não ajuda, quando o problema é de cultura corporativa geral, quando qualquer executivo é simplesmente levado a se comportar como os outros, já que o problema é sistêmico, de governança corporativa. Com o gigantismo alcançado, e a conseqüente diluição das responsabilidades, o terreno já não é propício a qualquer comportamento que não seja simplesmente oportunista. Acrescente-se

a opacidade geral que resulta do fato dos fluxos financeiros passarem pelo túnel de invisibilidade que constituem os paraísos fiscais, onde são embaralhados e tornados irreconhecíveis, tornando inoperante qualquer tentativa de controle público, e temos um terreno fértil em desvios generalizados.

Criou-se um grande distanciamento entre a empresa que produz efetivamente um alimento, por exemplo, e os diversos níveis de “holdings” a que pertence, além dos investidores institucionais como fundos de pensão e outros, que pouco se interessam se existem ou não agrotóxicos nos produtos vendidos, por exemplo, pois acompanham apenas o rendimento do “mix” de ações da sua carteira de aplicações. Com tal grau de concentração, hierarquização, burocratização e gigantismo, os grupos econômicos ditos “sistematicamente significativos” são simplesmente ingovernáveis, tropeçando de processo em processo, de crise em crise, tendo como único denominador comum de racionalidade a maximização dos resultados financeiros. Na visão de Joseph Stiglitz, trancam-se em objetivos estreitos e de curto prazo, travando a economia.

Um fator muito importante da crise de responsabilidade é o ambiente fechado em que vivem estas corporações. Estão sem dúvida muito presentes na mídia, mas é através da publicidade, que visa a criar uma imagem positiva do grupo. Ao mesmo tempo travam qualquer iniciativa da mídia em buscar divulgar o que acontece nas empresas. A rigorosa proibição dos empregados divulgarem o que se passa no interior do grupo, inclusive depois de deles saírem, a justificativa do segredo sobre

os processos tecnológicos, a perseguição que sofrem os eventuais *whistleblowers* – empregados que denunciam atividades prejudiciais aos consumidores ou ao meio ambiente – tudo isso gera um ambiente fechado sem nenhum controle externo ou transparência. Neste ambiente, fica extremamente difícil as corporações se sanearem internamente, reduzir as burocracias, sanar as ilegalidades. Não há governança corporativa decente sem transparência.

Esta fratura da cadeia de responsabilidade muda profundamente o mundo dos negócios. De certa maneira, numa empresa de Ermírio de Moraes sabia-se quem era o responsável. Hoje, enfrentamos um departamento jurídico, isto depois de enfrentar o departamento de relações públicas. E descobrimos que há inúmeros níveis hierárquicos e finalmente pouca corda para segurar e puxar. Tudo é fluido, são gigantescos moluscos onde qualquer argumento penetra em meandros intermináveis e se perde no sorriso de um funcionário que diz que não é sua culpa, pois na realidade a culpa está diluída numa massa informe.

O princípio básico que fazia o sistema funcionar era a concorrência. De certa forma, uma empresa tinha de ganhar a confiança do consumidor, responder melhor às suas necessidades, originando uma saudável competição para servir melhor. Neste nível de gigantes corporativos, acordos são mais lucrativos do que guerras, e quando há guerra, é para impor um padrão único, do vencedor, e reforçar a dimensão de oligopólio. O sistema financeiro, que hoje mais depeña as famílias e as empresas do que as serve, constitui aqui um bom exem-

plo da deformação sistêmica do conjunto.

As tensões e as guerras entre corporações são reais, por exemplo pela conquista de mercados ou domínio de tecnologias, e neste equilíbrio instável o Estado poderia ter espaço para introduzir mecanismos de contrapesos e regulação. No entanto, quando se trata de proteger o lucro, de manter a opacidade, de reduzir ou anular impostos sobre lucros financeiros, ou ainda de regular os paraísos fiscais, as grandes corporações reagem como um corpo só, por meio das instituições e re-

presentações que vimos acima. Neste caso, os Estados, fragmentados, simplesmente não têm o peso suficiente para enfrentar a ofensiva, por mais nefasta que seja para o desenvolvimento do país e as populações. Gigantes que geram o caos nas suas atividades – mas que se unem e arreganham os dentes quando ameaçadas nos seus privilégios –, as corporações criaram simplesmente uma nova realidade política. Estamos cada vez mais perto do que David Korten formulou tão claramente: *When Corporations Rule the World*.

Bibliografia

- Aron, Jacob - Capitalism's hidden web of power - New Scientist, 23 May 2015 file:///C:/Users/Ladislau%20Dowbor/Downloads/Unravelling%20capitalism's%20hidden%20networks%20of%20power%20_%20New%20Scientist.pdf
- BBC - Deutsche Bank Reveals Radical Restructuring Plan - 19 Oct. 2015 - http://www.bbc.com/news/business-34567868?ocid=global_bbccom_email_19102015_business
- Corporate Research Project – Corporate Rap Sheet - <http://www.corp-research.org/credit-suisse> (banco de dados de criminalidade corporativa)
- Dowbor, Ladislau – *A captura do poder pelo sistema corporativo*, 2016, <http://dowbor.org/2016/06/a-captura-do-poder-pelo-sistema-corporativo.html/>
- Dowbor, Ladislau – Resgatando o potencial do sistema financeiro no país – outubro 2015, 39p. - <http://dowbor.org/2015/10/ladislau-dowbor-resgatando-o-potencial-financeiro-do-pais-31p-junho-2015-texto-provisorio-em-construcao-ampliacao-do-artigo-sobre-o-sistema-financeiro-julho-2015-31p.html/>
- Dowbor, Ladislau – Os estranhos caminhos do nosso dinheiro - Fundação Perseu Abramo, São Paulo 2015 - <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/13-Des-caminhos-do-dinheiro-público-16-julho.doc>
- Economist – Giants of global finance are in trouble – The Economist, March 7th 2015 <http://www.economist.com/news/finance-and-economics/21645807-giants-global-finance-are-trouble-world-pain>
- GPF - Global Policy Forum – Fit for whose purpose? - New York, Sept. 2015 - https://www.globalpolicy.org/images/pdfs/images/pdfs/Fit_for_whose_purpose_online.pdf

- Korten, David – when corporations run the world - Berrett-Koehler Publishers, San Francisco, 1995
- Lumsdaine, R. L., D.N. Rockmore, N. Foti, G. Leibon, J.D. Farmer - The Intrafirm Complexity of Systemically Important Financial Institutions – 8 May 2015 – artigo completo disponível em <http://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/1505/1505.02305.pdf>
- Mattera, Philip – Crédit Suisse: Corporate Rap sheet – CRP (Corporate Research Project) - <http://www.corp-research.org/credit-suisse>
- Morin, François – L'hydre mondiale: L'oligopole bancaire – Lux Editeur, Québec, 2015, 165p. – ISBN 978-2-89596-199-4 - <http://dowbor.org/2015/09/francoismorin-lhydre-mondiale-loligopole-bancaire-lux-editeur-quebec-2015-165p-isbn-978-2-89596-199-4.html/>
- Perkins, John – Confessions of an economic hitman – Berrett-Koehler, San Francisco, 2004, <http://dowbor.org/2005/01/confessions-of-an-economic-hit-man-confissoes-de-um-agressor-economico-250-p.html/>
- Provost, Claire and Matt Kennard – The obscure legal system that lets corporations sue countries – The Guardian, June 2015 http://www.theguardian.com/business/2015/jun/10/obscure-legal-system-lets-corporations-sue-states-ttip-icsid#_=_ Em português <http://cartamaior.com.br/?/Especial/O-golpe-fiscal-e-o-impeachment-do-Brazil/Assim-funcionam-as-cortes-de-execcao-do-capital/209/34806>
- Ruggie, John Gerard – Just Business: multinational corporations and human rights – Norton, New York, 2013 - <http://dowbor.org/2013/10/john-gerard-ruggie-just-business-multinational-corporations-and-human-rights-w-w-norton-new-york-ouctober-2013-3p.html/>
- Shaxson, Nicholas – Treasure Islands: uncovering the damage of offshore banking and tax havens - St. Martin's Press, New York, 2011 - <http://dowbor.org/2015/10/nicholas-shaxson-treasure-islands-uncovering-the-damage-of-offshore-banking-and-tax-havens-st-martins-press-new-york-2011.html/>
- Stiglitz, Joseph – Rewriting the rules of the American economy: an agenda for shared prosperity – New York, London, W. W. Norton & Company – 2015, 237 p. – ISBN 978-0-393-25405-1 - <http://dowbor.org/2016/09/stiglitz-rewriting-the-rules-of-the-american-economy-an-agenda-for-shared-prosperity-new-york-london-w-w-norton-company-2015-237-p-isbn-978-0-393-25405-1.html/>
- Time Magazine – Alexandra Sifferlin – Breaking down GlaxoSmithKline's billion dollar wrongdoing - 5 July 2012, <http://healthland.time.com/2012/07/05/breaking-down-glaxosmithklines-billion-dollar-wrongdoing/> A Wikipedia em inglês traz dados muito atualizados sobre a evolução recente da GSK.
- Valor – Grandes Grupos: 200 maiores com organogramas e participações acionárias – São Paulo, dezembro de 2014
- Vitali, S., J.B Glattfelder e S. Battiston – The Network, of Global Corporate Control – Chair of Systems Design, ETH Zurich – corresponding author sbattiston@ethz.ch ; <http://j-node.blogspot.com/2011/10/network-of-global-corporate-control.html> ; ver resenha em <http://dowbor.org/2012/02/a-rede-do-poder-corporativo-mundial-7.html/>
- Warren, Elizabeth – Rigged Justice - New York Times 29 Jan. 2016. http://www.warren.senate.gov/files/documents/Rigged_Justice_2016.pdf

ANEXO

Este anexo apresenta o organograma de um grupo financeiro de tamanho médio: uma imagem ajuda muito a visualizar a amplitude e a complexidade da pirâmide de interesses cruzados. Aqui se trata do BTG Pactual, com receita bruta de cerca de 13 bilhões de reais em 2013, controlando cerca de 150 grupos e empresas, das quais mais de 30 em paraísos fiscais, e operando em áreas tão diferentes como a UOL, indústria farmacêutica, infraestruturas etc. O leque de paraísos fiscais é amplo, com Delaware, Cayman, Bermudas, Gibraltar, Luxemburgo, Suíça e outros. Apresentamos aqui a estrutura do grupo, não que seja diferente de tantos outros, mas porque é preciso ver para crer, e porque neste caso o anuário *Valor* apresenta organograma. Podia ser outra empresa. Em termos mundiais é um grupo relativamente pequeno, quando os 28 grupos mundiais analisados na primeira parte do nosso artigo controlam entre 300 e 12 mil grupos ou empresas. Nem o organograma caberia neste artigo.

A capacidade de controle público é evidentemente muito limitada, tanto pela amplitude, como pela diversidade de setores e de jurisdições e o fato dos fluxos que passam pelos paraísos fiscais serem simplesmente inacessíveis. Os próprios administradores de organizações deste porte não têm evidentemente como conhecer os problemas técnicos de tantas áreas de atividade. Não são empresários, e muito menos empreendedores. No escalão superior, eles essencialmente fazem políti-

ca e movimentações financeiras. Quando não se tornam ministros, por notória capacidade demonstrada na área empresarial: são competentes, dirá a mídia.

O topo da pirâmide exige níveis elevados de rentabilidade financeira do universo de empresas que controla, o que torna muito pouco factível uma empresa produtiva na ponta, a que efetivamente produz algum bem ou serviço, assegurar responsabilidade ambiental ou social, como se vê no caso da Samarco, controlada pelo gigante mundial de base australiana BHP Billiton e a Vale, esta última controlada pela Valepar, por sua vez controlada por grupos financeiros como o Bradesco. A própria Billiton, gigante mundial da mineração, se concentra essencialmente em compra e venda de empresas, o que pode ser constatado numa simples visita na Wikipédia. Neste universo de gigantes financeiros, o que pode pesar a opinião de um engenheiro que acha que seria conveniente gastar um pouco mais de dinheiro na segurança da barragem?

O técnico que denunciou e abriu as contas do gigante HSBC, que financia lavagem de dinheiro de drogas e de armas, além de evasão fiscal, por meio da sua filial na Suíça, foi condenado em novembro de 2015, por vazamento de informações. O técnico, não os responsáveis da empresa que montaram um sistema criminoso em escala global. A Suíça, como sabemos já desde os escritos de Jean Ziegler, *lava mais branco*.

É essencial entender que as empresas

como a Samarco são simples terceirizadas, que executam uma atividade produtiva por encomenda do grupo controlador, dentro de limites extremamente estreitos em termos do que podem fazer com os recursos gerados. Não se trata, e isto vale para o mundo dos grandes grupos em geral, de um empreendedor que tem uma boa ideia, gera atividades produtivas, e eventualmente decide abrir outra empresa, ou até melhorar os impactos sociais e ambientais, pois teria de ter poder de decisão sobre os lucros obtidos. Isto já é passado, ainda que seja o caso de tantas pequenas e médias empresas. Hoje a grande empresa pertence a uma ampla pirâmide financeira, frequentemente com

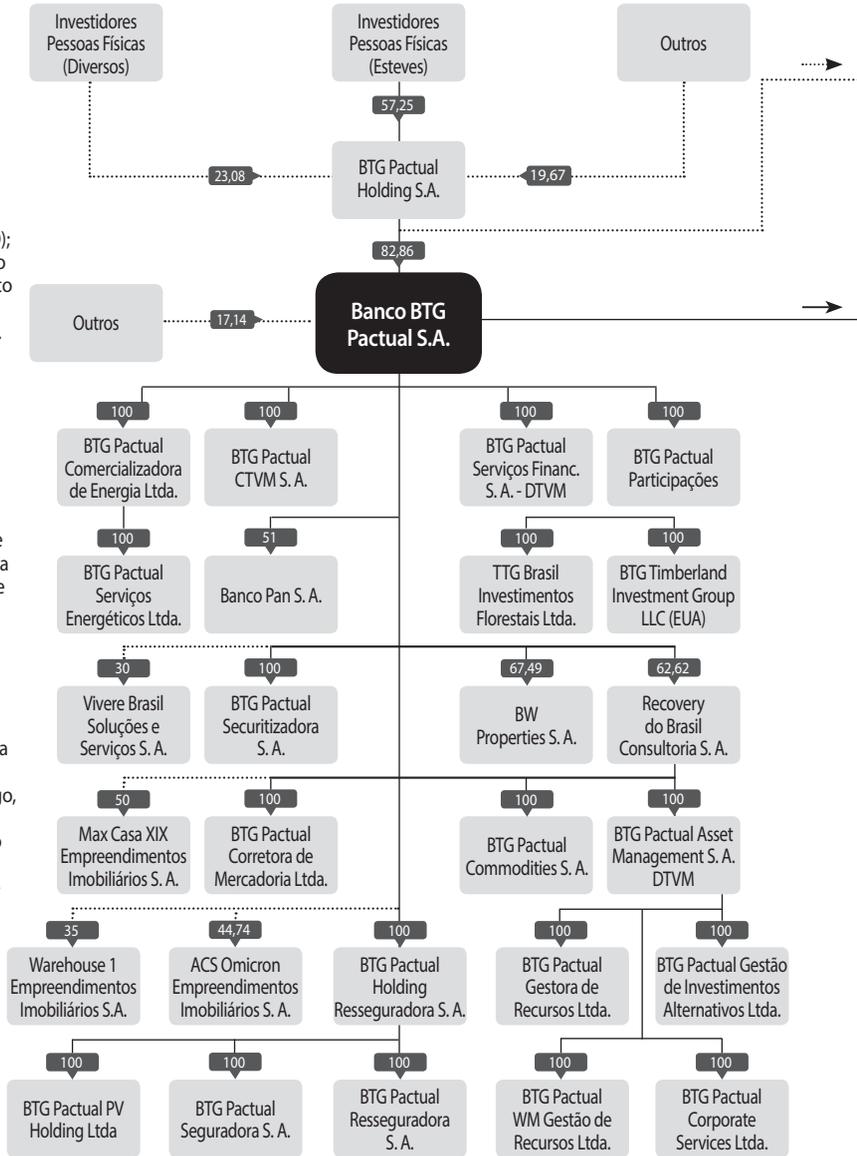
sucessivos níveis superiores nacionais e internacionais, que definem de forma rigorosa o *bottom line*, o quanto deve render, inclusive, no caso da Billiton por exemplo, quanto se deverá destinar a organizações sociais para construir uma boa imagem de sustentabilidade empresarial.

No exemplo abaixo, imagine-se o leitor com o cargo de dirigir este universo, sendo que cada quadradinho representa uma instituição com toda a sua complexidade. Ou ainda, mudando a perspectiva, imagine-se na pele de um órgão do Estado tentando acompanhar as ilegalidades, sendo que grande parte dos fluxos passa por paraísos fiscais inacessíveis. De que governança corporativa estamos falando?

BTG Pactual

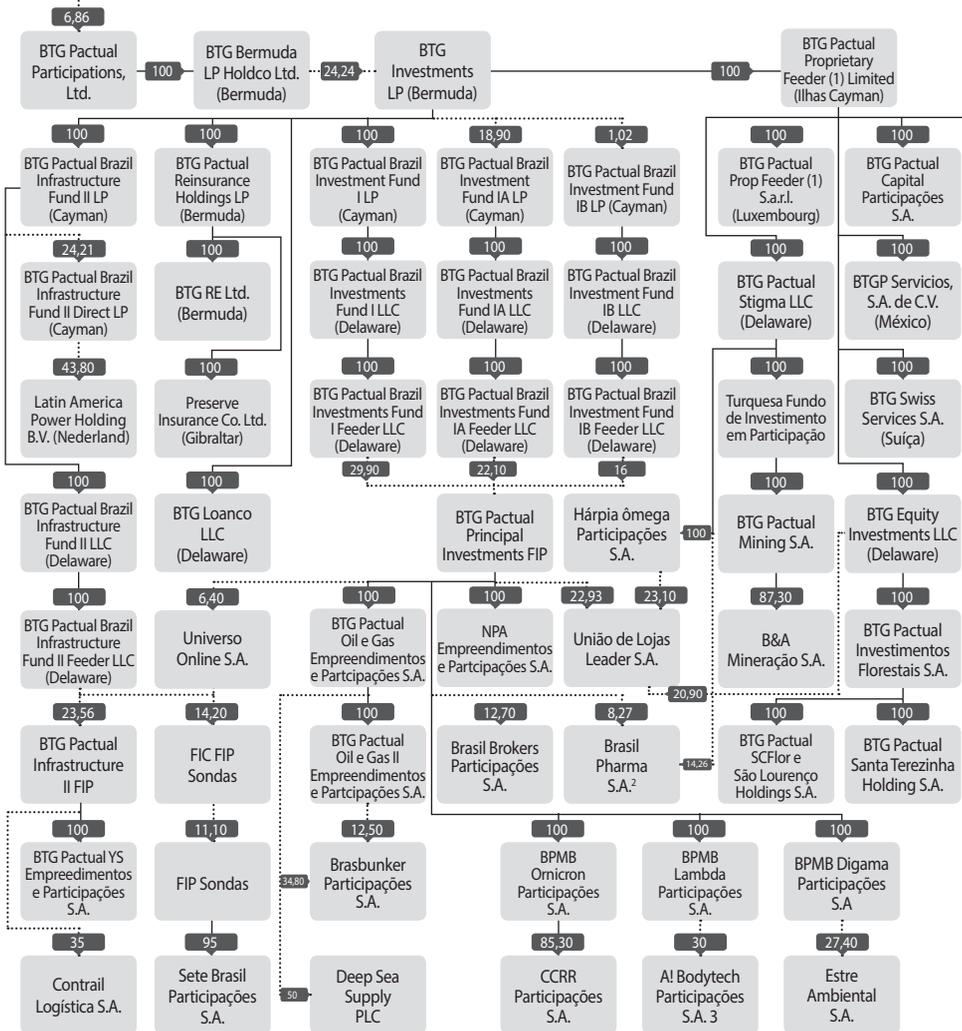
Receita bruta em 2013
(R\$ milhões): 12.834,1.
Posição no ranking: 54º
Origem do capital: Brasil.
Controle: Privado
Sectores de atividade:
bancos comerciais e
múltiplos, corretoras e
distribuidoras de valores

Principais executivos:
André Santos Esteves (CEO);
Antonio Carlos Canto Porto
Filho, Marcelo Kalim, Renato
Monteiro dos Santos e
Roberto Balls Sallouti (Dir.
Vice-Pres, Sênior); João
Marcelo Dantas Leite (Dir.
Executivo e de RI); André
Fernandes Lopes Dias,
Eduardo Henrique Mello
Motta Loyo, Emmanuel
Rose Hermann, Guilherme
da Costa Paes, Jonathan
David Bisgaier, Oswaldo de
Assis Filho e Rogério Pessoa
Cavalcanti de Albuquerque
(Dir. Executivos); Cláudio
Eugênio Stiller Galeazzi,
John Huw Gwili Jenkins,
John Joseph Oros, Pérsio
Arida, William Thomas
Royan, Keneth Stuart
Courtis e Juan Carlos Garcia
Canizares (Conselheiros).
Endereço: Praia de Botafogo,
501 - 6º andar - Torre
Corcovado - Botafogo - Rio
de Janeiro, RJ - 22250-040
- Telefone: (21) 3262.9600 -
www.btgpactual.com

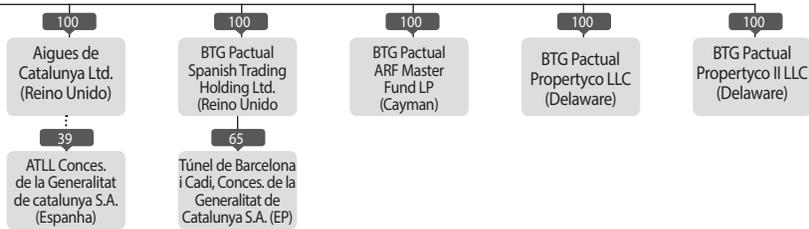


Data do organograma: 24/07/2014, conforme os Formulários de Referência/CVM de Banco BTG Pactual S.A. e de BTG Pactual Participations Ltda. de 2014 (versão 2), para o controle e as controladas de cada Companhia. Obs.: CL - Chile. EP - Espanha. 1Das ações ordinárias. 2BTG Alpha Investments. LCC - sociedade controlada pelos controladores do Grupo BTG Pactual - detém 15,28% do capital da empresa. 3Em debêntures conversíveis. **Esse organograma foi editado e produzido pela Abong, com informações reproduzidas (na íntegra) do que foi publicado no Anuário Valor Econômico dos Grandes Grupos, 2014 (págs 128 a 131).**

BTG Pactual



BTG Pactual



FONTE: <http://dowbor.org/2015/11/ladislau-dowbor-o-caotico-poder-dos-gigantes-financeiros-novembro-2015-16p.html/>

Política: como reinventar a democracia?¹

Débora Nunes²

Bom dia a todas e a todos. O debate de hoje, de certa forma, será uma continuação dos debates de ontem no grupo “Novos paradigmas” e de todo o Seminário, pois o tema da democracia esteve sempre presente. Eu gostaria de começar discutindo a falência democrática que vivemos e que se deve a que o poder econômico tem muito mais poder do que o povo, que é quem deveria ter poder na democracia.

Então, essa constatação que fazemos de que a democracia está deturpada pelo excessivo poder do dinheiro, é evidenciada por um número cada vez maior de exemplos: a corrupção de políticos e empresários, o lobby que compra parlamentares, a manipulação da velha mídia. Essa constatação de falência democrática pode ser o pano de fundo para a discussão de uma nova democracia, que é o que pretendo abordar aqui.

Eu trabalho com o tema de governança democrática já há muito tempo. Eu fiz o meu doutorado nessa área 20 anos atrás, quando discutir democracia participativa era quase precoce, na medida em que o Brasil estava ainda reestabelecendo sua democracia representativa. Ainda naquele momento eu achava que precisávamos avançar para a democracia participativa e o orçamento participativo de Porto Alegre era um dos exemplos inspiradores. Pouco a pouco, a democracia brasileira criou instituições que podem nos orgulhar e que não cesso de admirar: os conselhos de controle social, as conferências nacionais para definição de políticas públicas, etc. Essa é uma experiência ímpar no Brasil.

Ao mesmo tempo, ao longo desse período, eu fui sendo cada vez mais inspirada por democracias praticadas na base, por movimentos menos tradicionais, como os de economia solidária, de agroecologia, das ecovilas, etc., que têm o seu foco na autogestão. E essa vivência da autogestão

(1) Exposição feita em novembro de 2015.

(2) Débora Nunes é fundadora da Escola de Sustentabilidade Integral, autora de vários livros nos campos da democracia participativa, da economia solidária e da transição ecológica, membro da rede internacional Diálogos em humanidade e de outras redes cidadãs e professora doutora da Universidade do Estado da Bahia.

vai questionar de frente os motivos pelos quais a democracia representativa entrou em falência e exigir que ela seja reinventada e, principalmente, que ela seja completada pela democracia participativa direta.

Um dos motivos pelos quais a democracia representativa perde legitimidade e respeitabilidade é a falta de coerência entre representantes e representados. Então, você tem no Parlamento Nacional muito mais homens, muito mais brancos, muito mais pessoas acima de 40 anos, muito mais ricos, muito mais pessoas que cursaram universidade. E isso não é só um caso brasileiro, há pesquisas que mostram a incongruência entre representantes e representados em vários países do mundo, entre eles os Estados Unidos e a França. Assim, os representantes, portanto deputados, senadores, etc. não representam a massa da população, pois não vivem os mesmos problemas e nem mesmo as soluções que o povo constrói.

Então isso só já demonstra que a lógica de uma representação direta do povo, visivelmente tem defeitos que precisam ser corrigidos. Antes, isso não era tão gritante, pois era aceitável para boa parte da população que pessoas privilegiadas assumissem a direção do país.

Uma outra coisa que já falamos é essa: nós temos essas distorções que fazem com que clamemos por uma democracia participativa e um outro fenômeno demográfico e social, que é o aumento expressivo do nível educacional da população mundial. Nunca na história do planeta nós tivemos tanta gente alfabetizada, cursando o segundo grau, ou com nível universitário. A capacidade de questionamento àqueles

que representam o povo cresceu e a crise democrática se torna mais evidente.

Além do nível educacional, e também por causa dele, há um crescimento importante do nível de informação cotidiana. Nunca na história do planeta nós tivemos tanta gente informada a partir das redes sociais, do acesso à internet e da mídia alternativa, etc. Com essas ferramentas fica mais fácil compreender os efeitos da distorção entre representantes e representados e a cumplicidade evidente entre os políticos e as classes dominantes. Isso faz com que mais e mais pessoas queiram intervir na governança e faz com que o apelo para uma nova democracia se torne óbvio.

O evento histórico que torna essa demanda ainda mais dramática é a crise da esquerda. O campo político mais vinculado aos setores populares, aos seus interesses, aquele que tem uma história, uma tradição de clamar e construir a democracia, está em crise. Então, quem vai reinventar a democracia? Quem é que vai mostrar caminhos para além dos caminhos que a esquerda criou até aqui? Se de um lado temos que honrar esse trabalho realizado no Brasil de aprofundamento da democracia representativa a partir de conselhos, conferências etc., é preciso também perceber seus limites e ir mais longe.

Por isso que os meus olhos e o meu coração se voltaram cada vez mais para a democracia de base e eu escrevi um livro, junto com Ivan Maltcheff, colega francês que trabalha neste mesmo campo, que se chama: *Os Novos Coletivos Cidadãos*. Peço a permissão de vocês para divulgar esse livro que está disponível gratuitamente

na internet e que mostra as características desses coletivos, quem são e o que fazem, quais são suas dificuldades. Trata-se de coletivos profundamente enraizados em realizações concretas, em trabalhos que demonstram que outra democracia é possível. Mas eles vivem um novo paradigma dentro de uma sociedade que continua vivendo o velho e isso faz com que experimentem contradições que discutimos no livro.

Então, quais são as características desses coletivos? Eu vou citar alguns aqui só para vocês se situarem acerca do que estou falando. Temos os movimentos, as cooperativas, os fóruns e as redes de economia solidária. Temos as experiências de ecovilas, dos ecobairros, das cidades em transição, na linha ambientalista das aglomerações humanas. Temos ainda todo o movimento dos softwares livres, do Slow Food, do Low Consumerism, todos com representantes no Brasil e que encantam a juventude. Em nível internacional, destacaram-se o movimento Occupy, que tomou Wall Street, mas também muitos outros espaços públicos pelo mundo. O movimento dos Indignados, inspirados por Stéphane Hessel e que encantou a França, Espanha, Portugal, etc.. Temos a Primavera Árabe que sacudiu sobretudo os países muçulmanos, o movimento juvenil dos guarda-chuvas com as manifestações recentes em Hong Kong. O que esses movimentos todos, que são muito diferentes entre si, têm em comum?

Uma de suas principais ideias e práticas é extremamente renovadora para a democracia: a horizontalidade, a lógica de uma autogestão a partir de uma lideran-

ça compartilhada. Isso é muito difícil de entender para aqueles que trabalharam toda a sua trajetória de vida pensando na representação, ou seja, alguém fala por nós. Então, no episódio das manifestações de 2013, quando se buscavam líderes para entrevistar, ou negociar, e os jovens diziam: “Não, eu não sou porta-voz, eu sou um a mais”, havia grande crítica: “Não tem como negociar, não tem como discutir com eles já que não têm líderes”. Não é assim, existem líderes, só que a liderança funciona em outra lógica, da liderança compartilhada, o que de um lado exige processos mais longos de negociação, mas também resoluções mais partilhadas e corresponsabilidade na execução.

Nos movimentos que acompanho e num dos movimentos internacionais de que eu faço parte pessoalmente, do qual sou uma das lideranças, que é o Diálogos em Humanidade, nós falamos que a liderança tem que ser exercida a partir da lógica de serviço. E ser líder de serviço implica em conhecer quais são suas potencialidades de contribuir e quais são seus limites, necessitando autoconhecimento, base da transformação pessoal que está intimamente ligada à transformação social. Em que eu posso servir a esse coletivo? E em que, por ser menos competente, serei liderada por outros?

A lógica de uma liderança de serviço é uma lógica vinculada aos novos paradigmas, pois valoriza a interdependência e tem um horizonte multifacetado de valorização da ação e dos talentos individuais. Há muitas frentes na qual você pode servir a um coletivo e à humanidade e com isso ser líder. Você pode servir porque

pensa e fala de forma articulada, ou escreve um manifesto do movimento, e isso tudo já é valorizado na lógica tradicional. Mas você pode servir também, e muito, fazendo tarefas “de bastidores”, e mesmo mais “femininas” como organizar eventos, tomar notas e construir uma ata, traduzir falas e textos permitindo articulações de gente em vários lugares do mundo, acolher gente em sua casa, fazendo com que elas se sintam bem. Nos novos coletivos valoriza-se muito também as pessoas que são boas para fazer articulação entre diferentes pontos de vista e fazer o que a gente chama de “construção de desacordos fecundos”. Esse é um caminho para que se chegue a ultrapassar a lógica da competição por ideias e, sim, a construção da terceira via, da síntese, numa lógica de inteligência coletiva.

Então, a ideia da liderança compartilhada exige diferentes talentos e os movimentos que trabalham nessa lógica de liderança horizontal, eles entendem que é muito importante que cada participante seja protagonista em algum momento. E aí, onde eu comentava de nosso seminário de ontem, que nos encontros desses movimentos a organização das cadeiras é sempre circular e a palavra é dada a todo mundo que deseja. As falas iniciais são para provocar a discussão e todo mundo está ali para ajudar o coletivo a crescer, sem abusar do uso do tempo coletivo.

Então, a lógica de um protagonismo mais partilhado muda tudo porque muda o sentido de responsabilidade com o destino do movimento. Quando a responsabilidade interna é compartilhada deixa de fazer sentido o funcionamento coletivo

apenas na lógica de encontrar um “inimigo” e focar suas energias na crítica de alguém que está errado: sejam os capitalistas, sejam os americanos, seja o PSDB ou, sei lá, o PT. Essa lógica de que apenas o outro está errado é mal vista nesses movimentos e você se pergunta “Onde está a parte de cada um nisso?”, ou, como exemplo, “em que eu mesmo sustento o capitalismo a partir de minhas práticas de consumo?”.

É aí que entra outra característica dos novos coletivos cidadãos que é o respeito que se tem pela coerência, expressa pela frase magistral do Mahatma Gandhi: “Nós precisamos ser a mudança que queremos ver”. Esse é um pano de fundo desses novos movimentos, junto com a liderança compartilhada e de serviço. Isso faz com que a cada momento na sua ação concreta, você esteja vigilante para com a sua busca de coerência. Isso é um valor fundamental para discutir a velha esquerda, porque no mundo inteiro, isso não é um caso brasileiro, a velha esquerda se perdeu por ser incoerente, por abrir mão dos seus princípios em função da governabilidade, das alianças, etc., etc., no princípio de realidade, como se diz. Só que quando você perde a sua coerência, quando os fins justificam os meios, você perde a força que sempre teve o movimento de esquerda de enraizamento nos movimentos, de coerência entre aquilo que você diz, e aquilo que você faz, com aquilo que você propõe.

Retomar essa lógica da coerência é fundamental nos novos coletivos e é muito cara às novas gerações. Uma hipótese para explicar por que a juventude é tão exigente com a coerência vem do fato de ela ser herdeira da geração de

1968 e talvez seja a primeira geração no mundo que não precisa mentir em casa. Lembrem que qualquer um de nós se saísse para passar o final de semana com o namorado teria que dizer aos pais que ia para a casa “de uma amiga”. Se era gay, escondia de todo mundo, se queria fazer artes plásticas, tinha que travar uma luta porque os pais não queriam, queriam que você fosse médico ou diplomata, teatro então... então, essa geração está tendo a possibilidade de expressar seu querer, de expressar seu ser, ela não está condicionada a mentir dentro de casa. Então, a mentira se torna algo com o qual você não pode compactuar.

Claro que, se de um lado há esta relação visceral com a verdade, com a coerência, que faz com que a opção pelo vegetarianismo e mesmo pelo veganismo se espalhe, eu não estou falando aqui de TODA a nova geração. Assim, quando eu me dirijo a representantes da velha esquerda brasileira, essa também é toda a geração de vocês. As pessoas que lutaram e venceram a ditadura é um pessoal muito diferente, é um pessoal que é protagonista da história. Então, quando eu falo dessa nova geração, não estou falando da parte dela que está no shopping, ou se divertindo em trocar fofocas e exibicionismo no Facebook. Eu estou falando daquelas pessoas dessa geração que têm um compromisso com a história, que têm um compromisso com o coletivo, que têm uma visão de futuro que ultrapassa a sua própria individualidade, seus próprios interesses pessoais.

Essas pessoas estão construindo uma política diferente, que se baseia na liderança compartilhada, na inteligência cole-

tiva, na coerência entre o dizer e o fazer, na vinculação com projetos concretos, diferente da geração anterior que entrava em partidos, militava, fazia especulações de como deveria ser o mundo e como a gente deveria construir essa solução para o mundo do futuro. A geração de hoje faz, testemunha no cotidiano seus sonhos para o futuro, com todas as dificuldades. Ela está fazendo no dia a dia, permacultura nas suas varandas, troca de bens e serviços, ela está exercitando uma outra economia, uma outra agricultura, uma outra lógica comunitária. São eles (mas não somente) o público que está indo morar em comunidades no interior, na Bahia, no Capão, por exemplo, ela está buscando outros espaços de vida, ela está renunciando a ganhar muito e viver mal, ela está assumindo que o bem viver não é para o futuro, não é pelo socialismo, é para hoje, agora, na minha escala.

E há algo essencial na política dessa geração: ela tem a alegria como um dos motores da sua militância. Lógico que eu não estou falando dessa alegria fútil, fantasiosa, mas do alinhamento profundo consigo mesmo para pensar o que eu quero para o mundo, o que eu quero para mim, e construir a possibilidade de viver isso hoje. Isso para a geração do sacrifício pelo mundo, do sacrifício pela construção de um mundo melhor é um pouco incompreensível, mas se a gente vai ler Jung, ele diz algo como: “A alegria é o indicador se você está vivendo de acordo com aquilo que você veio ao mundo para viver”. A alegria é o indicador de que você está alinhado com sua alma... seguindo a trilha que o universo quer para você.

Essa força da busca, de querer o “bem viver”, como dizem os indígenas, é que faz com que essas pessoas construam tantas coisas espantosas. Um dos exemplos recentes que eu fiquei sabendo foi a de muitos jovens gregos. A gente ouve a mídia dizer que a sociedade grega, com sua crise, não tem saída, a não ser seguir os “ajustes fiscais” de que se fala tanto por aí. Aí os jovens gregos olham uns para os outros e dizem: “Não tem lugar para nós aqui? Vamos fazer outro mundo, então!”. E aí, eles estão voltando para os vilarejos abandonados pelos seus pais e avós, recuperando aquelas velhas casas medievais e fazendo agroecologia, fazendo feira de economia solidária, construindo teatros em velhos espaços urbanos abandonados, e, de alguma forma, reconstruindo o mundo. Eu digo, provocando, que eles estão abandonando o sistema, que eles já estão vivendo o pós-capitalismo.

O problema é que esses que estão construindo alternativas são quase invisíveis, a mídia não fala deles e nem mesmo a maioria de nós, que denunciamos o sistema como insustentável, não conseguimos ver essas iniciativas contra hegemônicas que estão em toda parte. Eu participei de um debate recente lá na Bahia, na Escola de Administração da UFBA, sobre o futuro da esquerda e ouvi de vários colegas, tanto baianos, quanto americanos e franceses algo como: “não há alternativas”. Fiquei indignada com tamanha insensibilidade diante de um público jovem, com o futuro a construir, e disse: “Gente, isso é o que diz Margaret Thatcher, “There is no alternative”. Como é que nós repetimos esse discurso só porque as ideias de nossa

geração encontraram seus limites? Como diria Belchior, “o novo sempre vem!”.

Outra coisa que caracteriza esses novos coletivos cidadãos é que eles trabalham em rede. Então, os jovens gregos, e tantos outros, que estão reconstruindo o mundo hoje à sua maneira – e não esperando o mundo do futuro – eles estão se valendo de uma das coisas mais interessantes que aconteceu na história humana recente. No meu ponto de vista, a internet materializa aquilo que Teilhard de Chardin chamava da noosfera, de esfera de compartilhamento e amorização. A internet em geral e as redes sociais funcionam numa outra lógica, onde não há ponto focal, não há liderança vertical. Na grande rede a lógica é a de que somos mais fortes quanto mais densas são as nossas conexões...

Os novos coletivos cidadãos e os movimentos alternativos, em geral, se articulam internamente em rede – e isso os reforça – mas também percebem cada vez mais que sua força global estará em serem articulados entre si. É assim que os movimentos ambientalistas, da economia solidária, dos softwares livres, os movimentos de espiritualidade ecumênica ou laica e tantos outros estão evoluindo. Quando a gente perceber, essa é a minha esperança, quando a força deles aparecer, eles já vão estar com uma densa rede subterrânea de conexões globais. Sim, são conexões globais, porque nenhuma outra geração teve acesso à informação sobre o planeta como um todo, nem falaram tantas línguas. A gente diz na nossa rede Diálogos em humanidade, que está sendo construída hoje a noção de uma cidadania planetária.

Poucos veem a revolução subterrânea

que se está construindo. Os organismos oficiais globais que funcionam via governos, via democracia representativa, estão emperrados. Veja-se a preparação da COP-21, veja o que se passou na Rio+20! No Rio, em 2012, havia 300 mil pessoas do mundo inteiro no Aterro do Flamengo, querendo mostrar suas indignações com o sistema, mas também as soluções que encontraram e que praticam, numa dinâmica de alternativas, formigando de gente, com uma vivacidade fantástica. Do outro lado, o encontro oficial da Rio+20 na Barra da Tijuca, numa estrutura fantástica, caríssima, que estava às moscas. Onde está a vida? A vida está ali, onde o povo está e onde se está querendo construir outra coisa, algo alternativo ao sistema que está a ponto de colapsar.

A desconexão entre um movimento que reconstrói a democracia na base e uma estrutura política tradicional que está emperrada, exige que a gente se pergunte, que política é essa, que Estado é esse que vamos precisar construir para colher essa democracia de base horizontal, coerente, articulada em rede? Essa é minha grande questão, talvez por não ser exatamente dessa nova geração, nem ser exatamente daquela que venceu a ditadura. Estou no mundo da transição e por isso posso perguntar a esse grupo de senhores e poucas senhoras que organizam esse seminário, como se reinventar? Honro o fato de estar aqui junto com mais uma jovem senhora e um rapaz novinho e por isso, cheio de energia e de ideias, e pergunto-lhes, qual projeto global?

Acredito que o nó das novas gerações é não ter um claro projeto de futuro em

termos de governança. A nova geração está tão extremamente enraizada e preocupada com o que está fazendo aqui e agora, que tem pouco interesse em discutir, ou discute pouco, um projeto alternativo global. Eu acredito que a grande contribuição dos que têm hoje mais de 60 anos e que sempre estiveram engajados na construção de um futuro melhor, é se abrir para estar a serviço da nova geração. Para encontrar um caminho que seja novo, é preciso estar aberto, porque não será, necessariamente, o caminho dos partidos políticos e da tomada do poder clássico. Ao mesmo tempo, as novas gerações precisam valorizar a experiência maravilhosa que essa tradição de esquerda, desde a Revolução Francesa, ou talvez muito antes, trouxe para o mundo. Tudo que se conseguiu fazer não pode ser jogado no lixo. Agora, isso exige um esforço de comunicação entre a velha e a nova geração, porque eles sentem falta de nós, eles perguntam: "Onde estão vocês? Por que vocês não vêm para o mundo da internet?"; "Por que vocês não partilham com a gente na rede aquilo que vocês têm como experiência, como trajetória, como patrimônio a entregar às novas gerações?".

Então, quando eu escrevi esse livro com o Ivan, a ideia era: vamos tentar ajudar esses novos coletivos a enfrentar as suas questões cotidianas de poder, de liderança, de coerência, de financiamento, de autogestão, etc. vamos disponibilizar isso na internet e vamos trabalhar também, na medida em que a gente possa, para que essas experiências inovadoras sejam conhecidas, também, pelas pessoas que não estão se colocando esses problemas por-

que não vivem isso e têm um modelo, um paradigma de política que é outro.

E eu vou terminando aqui, e vou falar de um exemplo concreto de tudo o que venho falando até aqui. Algo extremamente promissor e que vai no sentido dos novos paradigmas. Falo do *crowdfunding*, das plataformas virtuais de financiamento colaborativo, ainda menos conhecidas que as plataformas de petições públicas do tipo Avaaz, que fazem mobilizações locais, nacionais e internacionais por causas humanas. Essas duas manifestações do mundo virtual são de um potencial impressionante e o *crowdfunding* ainda está engatinhando! Sim, mas já temos aqui mesmo um jornal, o *Outras Palavras*, financiado por pessoas que resolvem dar dinheiro do seu salário, do seu trabalho, para que um novo modelo de mídia exista.

Imaginem um mundo no qual você consegue mobilizar recursos, construir projetos inteiramente independente dos

editais públicos (das cansativas prestações de conta e relatórios que todos vocês que vivem no mundo das ONGs sabem o que é), e também, ao mesmo tempo, independentes do poder econômico. Isso se torna possível, cada vez mais, quando as pessoas entendem o dinheiro como energia de vida. Então, onde eu quero que a energia de vida produzida pela minha inteligência, pelo meu esforço, pelo meu trabalho, irrigue uma ideia, um projeto, e faça com que aquilo cresça? O *crowdfunding* é algo muito transformador e a gente ainda não se deu conta disso, e não tenho mais tempo de desenvolver o potencial dessa ideia. Mas apenas imaginem o futuro no qual educaremos gerações para ter outra relação com o dinheiro, para deixar pra trás a sociedade de consumo e colocar sua energia de vida naquilo em que acreditam e que pode estar naquele momento sendo realizado por outras pessoas. Pensem no quanto isso pode ser transformador da sociedade.

O papel da comunicação na reinvenção da democracia¹

Bia Barbosa²

O momento que vivemos é complexo e os desafios são grandes. É fato que a democracia representativa, no modelo concebido até hoje, não deu certo. Mas a questão que se coloca é como lidar com essa realidade ao mesmo tempo em que lutamos para transformá-la. Parte significativa das nossas energias precisa ser para reconstruir e reinventar a democracia, mas outra parte, também significativa, deve ser destinada a entender como essa suposta democracia funciona hoje e avançar dentro desse cenário enquanto ainda não conseguimos transformá-lo radicalmente.

Este quadro é resultado do sistema político historicamente construído no país. É algo que vai além da influência do poder econômico no processo eleitoral. Há elementos do patriarcado e do racismo, por exemplo, estruturantes da socie-



dade brasileira, que se somam ao poder econômico, se cruzam e se permeiam o tempo todo, e que fazem com que a Câmara tenha, hoje, 9% de representação de mulheres, 3% de negros, quase nenhuma juventude representada e nenhum repre-

(1) Este texto foi revisto em janeiro de 2016.

(2) Bia Barbosa é jornalista, especialista em direitos humanos e mestre em Gestão e Políticas Públicas (FGV). É coordenadora do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social e secretária geral do FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

sentante dos povos indígenas – num país que deveria lutar pela preservação da nossa cultura e das nossas origens.

O debate, então, é mais complexo que a questão do poder econômico e da crise da representatividade. Parte considerável daqueles que questionam a atual democracia não querem transformá-la no sentido de democratizar o acesso ao poder e construir rupturas nas atuais estruturas. Parte importante da nossa sociedade questiona a democracia porque quer outro tipo de regime. Uma parcela importante da nossa juventude, inclusive, nega a democracia e defende a volta da ditadura militar, ou defende outros processos menos democráticos do que o que temos hoje, com todas as suas limitações.

Precisamos enfrentar esse debate, pois o que é defendido é menos poder para o povo, menos diversidade, pluralidade. Então, ao se fazer um debate sobre reinvenção da democracia, é preciso encontrar um caminho sobre como dialogar com essa parcela da população e olhar para além da obviedade colocada sobre a crise da representatividade.

O cenário, infelizmente, não é positivo. Pelo contrário, no Brasil, estamos retrocedendo a passos bastante largos e rápidos. A Câmara dos Deputados, por exemplo, está promovendo uma mudança na nossa Constituição sem um processo constituinte. Mais da metade do Parlamento atua com interesses contrários ao interesse público, que defendemos.

Depois de dez anos de luta dos movimentos sociais e de várias organizações da sociedade civil para colocar, na agenda do país, o tema da reforma política, esta Casa

realizou uma contrarreforma, uma piada que, na verdade, reforçou absolutamente todos os aspectos que eram combatidos. A única vitória obtida veio por meio do Judiciário, ao considerar o financiamento empresarial inconstitucional. Da Câmara, veio uma contrarreforma política que, além de não enfrentar os desafios colocados para permitir uma participação de fato plural e democrática, reforçou a falsa representatividade.

Cerceamento à liberdade de participação, manifestação e expressão

Ao mesmo tempo que o direito à participação vem sendo muito reivindicado nas ruas, ele vem sendo negado cada vez mais onde deveria, por essência, ser garantido. Desde janeiro de 2015, após a eleição de Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara dos Deputados, ficou difícil até mesmo entrar no Parlamento para acompanhar o processo legislativo e incidir minimamente de maneira direta sobre esse processo. Salas de comissões e plenários são fechados com qualquer justificativa. Indígenas não são bem vindos desde que ocuparam o Plenário principal pra barrar a votação da PEC 215 no final de 2014. Sindicalistas ficaram de fora na votação do PL da terceirização. Ninguém conseguiu entrar no dia da votação da Reforma Política.

O cerceamento à participação e ao exercício da liberdade de expressão e de manifestação da população é, portanto, crescente e muito preocupante. A Lei Antiterrorismo que está sendo discuti-

da – e cujo processo de tramitação deve se acelerar depois dos atentados de novembro em Paris – vai legalizar a criminalização do movimento social. Trata-se de um projeto de lei que permite interpretar uma manifestação de movimento social nas ruas como um ato de terrorismo. Em muito pouco tempo, todos poderemos estar presos.

Sem parecer alarmista, não podemos fazer um debate sobre reinvenção da democracia sem enfrentar essas questões que estão colocadas no imediato da nossa suposta democracia. E a agenda da liberdade de expressão é central nessa disputa.

Há 12 anos, o Intervozes defende a democratização dos meios de comunicação e o direito à comunicação, enfrentando as mesmas estruturas da sociedade que se retroalimentam na concentração de poder. Para nós, o poder precisa ser democratizado não apenas na esfera representativa, mas também na esfera do debate público, da palavra, na esfera pública midiática em geral. E, assim como dito anteriormente, aqui também não basta combater o poder econômico da chamada grande mídia.

Estamos falando também de um poder político, que passa pela forma como os grandes grupos de comunicação se constituíram no país e chega, hoje, no controle direto, na atual legislatura, de emissoras de rádio e TV por 44 deputados e senadores. Não são laranjas, esposas ou filhos. O sistema da Anatel mostra, como sócios diretos das empresas concessionárias de radiodifusão, 39 deputados e 5 senadores. São os novos coronéis eletrônicos, que estão fazendo as leis e decidindo as regras desse jogo nada democrático.

A luta por alternativas

Nesse cenário, as alternativas têm sido construídas a duras penas. As rádios comunitárias continuam sendo criminalizadas e batalham cotidianamente para viver e dar algum espaço ao exercício da liberdade de expressão das comunidades. Movimentos e coletivos tentam se apropriar do espaço da Internet para construir novas narrativas. Sem dúvida, hoje a internet é o principal espaço de exercício dessa liberdade; um meio infinitamente mais democrático do que qualquer outro veículo que está por aí.

Mas o poder econômico e o poder político também começam a se apropriar desses espaços. Nas sociedades conectadas, a rede é cada vez mais controlada pelos grandes players. O que é a Globo perto do poder do Facebook? Nada!

Do ponto de vista da democratização da comunicação, temos debatido como enfrentar essas novas realidades. Se a internet veio, justamente, para romper barreiras não apenas no campo da comunicação mas também da articulação, da mobilização, da associação e da organização, no momento que se percebem todas as suas potencialidades libertárias, novas amarras são construídas para controlá-la. Sem exagero, podemos dizer que atualmente a internet é controlada pelas empresas que detêm a infraestrutura de transmissão da rede e por aquelas que operam no que chamamos de camada dos aplicativos, no conteúdo da internet.

Não é à toa que o povo palestino questiona os algoritmos do Facebook, que, suspeita-se, dá muito mais visibilidade aos

atentados cometidos por grupos palestinos do que pelo Estado de Israel. Então é hoje que precisamos debater que algoritmos o Facebook usa para definir o que aparece mais ou menos na nossa *timeline*, o que ganha destaque ou não na nossa vida. É urgente, portanto, cobrar transparência dos novos *players*, cujo poder é enorme.

Se hoje você derruba a internet livre, você derruba possibilidades de mobilização e de articulação. Daí a importância da aprovação, em 2014, do Marco Civil da Internet, uma conquista fundamental para manter essa rede neutra, livre e plural. Não à toa também, já existem cerca de 20 projetos de lei para modificar o Marco Civil tramitando na Câmara dos Deputados, para permitir vigilância em massa de todos os internautas, partindo do princípio de que todos somos criminosos em potencial.

A população em geral não tem consciência nem está informada, mas todos os nossos dados estão sendo guardados o tempo inteiro. E há parlamentares defendendo que qualquer autoridade policial, ou seja, qualquer delegado, tenha acesso a esses dados sem ordem judicial. É mais uma luta que precisa ser travada ao mesmo tempo que lutamos para ocupar espaços, construir novas alternativas e dar visibilidade a elas – algo que não interessa àqueles que controlam o acesso à informação e a esfera midiática tradicional.

Por isso acreditamos que o debate sobre a reinvenção da democracia precisa necessariamente passar por um debate sobre a modificação das estruturas arcaicas da comunicação e por uma reivindicação do direito à comunicação também

como um direito fundamental. Podemos dizer que a liberdade de expressão é reconhecida como um direito. Podemos falar o que pensamos, mas qual é o real impacto do exercício dessa liberdade se isso não chega ao conjunto da sociedade, se essas ideias não circulam de forma ampla e diversa nos grandes meios de comunicação (para além da nossa página do Facebook)?

O que circula é definidor dos rumos do país. Temos conseguido algumas mudanças. Foi a pressão das pessoas nas redes sociais que fez os grandes meios de comunicação, por exemplo, olharem para o que estava acontecendo em Mariana e repercutir, com atraso, o crime da Samarco. Foi porque as pessoas denunciaram o que se passava nas redes sociais que o *Jornal Nacional* se viu obrigado a falar que a sua moça do tempo era vítima de racismo. Então ainda temos algum poder de vocalização e é possível furar algumas barreiras.

Mas o cenário ainda é muito desigual. Metade da população brasileira não está conectada. No mundo, este percentual é ainda maior. Se acharmos que vamos resolver este quadro somente por meio da internet, erraremos na estratégia.

Precisamos enfrentar e romper as estruturas que ainda definem o que é agenda, o que pauta os países e a vida das pessoas. Temos a certeza de que não vamos sequer consolidar essa suposta democracia em que vivemos e, muito menos, reinventar essa democracia, se não democratizarmos o acesso à voz, o acesso à palavra e à liberdade de expressão de todos e todas. E isso também é urgente.

Lutas urbanas e democracia¹

Vitor Guimarães²

Gostaria de agradecer muito a recepção aqui, agradecer a Abong, agradecer a Outras Palavras e ao Interozoes que sugeriram aqui a nossa presença. Não deu para nenhum dos camaradas de São Paulo virem, os camaradas de lá são mais conhecidos. Por alguns processos: a gente tem sido muito chamado para falar, desde 2013, por ocasião da [Ocupação] Copa do Povo, quando o Guilherme Boulos conseguiu um espaço na “Folha de São Paulo”, que é um espaço nosso, onde a gente verbaliza as nossas posições, parece que muita gente tem conhecido o MTST. A gente é muito chamado para falar, só que na verdade, nós somos chamados para falar porque continuamos fazendo coisas. E a gente só teve esse tanto de gente em 2013, porque fazíamos muita luta há 17

anos. Não é porque de repente, naquele ano, teve um *boom* de mobilização e chegou isso na periferia. As pessoas não disseram: “Agora a passagem não aumentou e nós podemos ir para a rua”. Lógico que isso também fazia parte de um sentimento geral que acabamos conseguindo fazer com que os grandes meios publicassem, mas para a população de periferia se mobilizar, não é porque estava na “Globo”, não é porque estava no Facebook. Para a população de periferia poder se mobilizar havia referência em pessoas e organizações que estavam se movimentando, foi por isso que as igrejas também cresceram, que outras iniciativas de trabalho nas periferias cresceram. Acho que essa é uma das primeiras mensagens aqui que é para pensarmos em reinventar a democracia. Há vários avanços para a vida das famílias, elas têm CEP, porque grande parte da população brasileira sequer tem CEP, e muita gente não entende isso. Às vezes, é difícil compreender que 70% da população brasileira vive com até três salários mínimos e desses, pagam mais de 30% da sua renda familiar em aluguel ou moram com mais de uma família numa mesma casa ou moram mais de 4 pessoas por cômodo, ou

(1) Exposição feita em novembro de 2015.

(2) Vitor Guimarães é cientista político, membro do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST).

não têm sequer um banheiro dentro da casa, que são os cálculos oficiais do déficit habitacional pela Fundação João Pinheiro.

Eu falo isso porque sou do movimento de moradia e para colocar que a realidade que tentamos pensar, a democracia, para ser efetiva, tem que ser de todos. Eu estudei Ciência Política aqui na Universidade de Brasília, isso é uma coisa que eu falava, nós discutíamos... Nós éramos muito poucos, aqueles moleques que quase não se formavam, aqueles que eram expulsos, jubilados... O próprio conceito de democracia a gente questionava e aqui, que é uma plateia onde todo mundo é muito bem informado, dá para fazer esse debate de forma franca. A ideia de democracia sempre excluiu quem são os sem teto, a ideia de democracia sempre excluiu quem estava completamente à margem da possibilidade de estar nas *ágoras*. A ideia de democracia sempre foi essa. Transformamos esse conceito e todos nós que estamos aqui tentamos transformar essa ideia para dizer que democracia é sim: o poder do povo, o poder de todas as pessoas. Mas a democracia nunca foi isso, o que gera, por exemplo, quando o Ivo falou que a Presidente edita um decreto sem a participação democrática, a própria ideia de democracia do início da *polis* grega diz que se ela tiver ouvido meia-dúzia de empresários da Vale, dos acionistas, que já é democrático. Porque eles representam, de fato, um grupo. Naquela época, as pessoas que iam para a *ágora* eram as pessoas que representavam as demais, que eram as pequenas organizações que iam para lá. E só podia ser representante quem era homem, quem era rico, quem era cidadão, etc.

Então, a pergunta que vocês colocaram é tão difícil: “reinventar a democracia”. Eu fiquei pensando qual frase de efeito eu poderia colocar, se: “consolidar a democracia que nós acreditamos”, se “lutar pela democracia mesmo” ou se “não queremos democracia, queremos poder popular”. Acho que nenhuma dessas frases de efeito pega, até porque frase de efeito também só tem essa característica, só vira frase de efeito, é muito bom para assembleia, mas é muito ruim para debatermos aqui. Como eu faço muita assembleia, às vezes, eu sou seduzido para ficar tentando fazer frase de efeito, mas eu também quero ser sincero com vocês e coloco essa limitação.

A Débora falou em falência democrática, o deputado veio aqui e falou que esse lugar (a Câmara) é horrível, a Bia falou que esse lugar não deu certo e nós concordamos com isso. Sempre foi verdade, sobretudo, para os trabalhadores mais pobres. Ultimamente tenho lembrado de um aspecto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, um documento que devia estar presente na vida de todo mundo. Vocês sabem que foi gente como nós, aqui, que escreveu aquele documento quando estavam reunidos lá na Liga das Nações, quando acabou a guerra. Ele não é, mas lendo alguns aspectos dá até pra pensar que é uma declaração bolchevique. Nós somos muito acostumados a dizer assim: “Qual é o artigo que diz que comunicação é direito humano? Qual o Artigo 5º diz que habitação é direito humano?”. Sempre lembramos os artigos, mas poucas vezes lemos os “considerandos”, mas quem trabalha com processo legislativo sabe que são importantes para as declarações. O



quarto considerando da Declaração dos Direitos Humanos é muito interessante (tem a ver com o debate sobre a legitimidade e a própria legalidade, ou seja, que crise é essa que estamos vivendo? É uma crise das instituições, uma crise da democracia, uma crise da legalidade, da legitimidade?) Enfim, o próprio considerando da Declaração Universal dos Direitos Humanos, editada na transição desse momento da modernidade rumo a consolidação de Estados-Nação como existem hoje, diz assim: “Considerando que é essencial a proteção dos direitos do homem através de um regime de direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à revolta contra a tirania e a opressão”. Ou seja, aquele documento bolchevique, determina que se algum daqueles 30 artigos não for cumprido, isto é, não estiver

garantido através de um regime de direito, o homem, a humanidade, ela é compelida a se revoltar e a se rebelar contra a tirania. E aí, nós estamos aqui na Câmara dos Deputados, presidida pelo Eduardo Cunha. Porém se nos revoltássemos aqui e agora contra o Eduardo Cunha que é tirano, sim, se nos rebelássemos aqui e agora, todos nós seríamos presos e a gente iria ficar preso até a Lei Antiterrorismo ser aprovada. Eles iam flexibilizar a aplicação da lei, que retroagiria para nos punir como terroristas. Ainda bem que isso aqui não está sendo gravado pela TV Câmara, porque é incitação à violência.

Nós fazemos ocupação de terra, o MST faz ocupação de terra, agora, os jovens secundaristas de São Paulo junto a uma série de outros movimentos, APEOESP que está com interdito proibitório para entrar em

todas as escolas, o MTST que entrou em várias escolas da periferia, o Movimento Passe Livre que entrou nas escolas onde tinha trabalho de base e está fazendo um movimento fabuloso, conseguiu ontem espaço na Globo, o “Profissão Repórter” inteiro dizendo da legitimidade daquele processo, tem mais de 40 escolas ocupadas em São Paulo! Esses jovens todos são terroristas pela compreensão brasileira, porque eles estão fazendo uma movimentação para forçar o poder público a partir de uma ocupação de prédio público a tomar uma outra posição.

Para nós isso é a democracia. Se eles entendem como terrorismo o povo se organizar para forçar o poder instituído a fazer alguma coisa, nós entendemos como democracia. Por que? Porque nós não vamos ser eleitos deputados: porque não temos dinheiro, porque não temos partido que nos represente, porque nós não temos tempo de ficar fazendo campanha, porque nós não temos as melhores frases que ganham os grandes espaços... Nós não vamos também por causa da Lei da Ficha Limpa. Na época, ela foi aprovada com 100% dos votos, mas eu não sei se todo mundo lembra, o Genoíno, que hoje está preso, em prisão domiciliar, ele falava: “Essa lei aqui a gente está aprovando, isso é casuísta, uma hora ou outra, isso vai ser usado contra nós”. Eu sei que é complicado falar isso aqui, porque muita gente aqui fez a luta pela ficha limpa. Mas no fim, aquilo aí pegou o [Joaquim] Roriz [ex-governador do DF], pegou alguns caras, mas o grosso das pessoas que estão sendo pegadas são as mulheres que são candidatas a vereadoras e não conseguem fazer a pres-

tação de contas porque a maior parte das doações que elas recebem são das amigas. Quem é do MTST não pode, porque nós fazemos travamento de rodovia, queimamos pneu, depredamos patrimônio público e também somos processados, porque fazemos ocupação de terra, então nós não podemos ser candidatos. Então, esse espaço aqui nunca vai ser nosso, o espaço do Executivo também nunca vai ser nosso, nunca vai ser porque esse espaço precisa de doações trilhadrárias de todos os setores empresariais do país. No Judiciário, nós também nunca vamos entrar, porque a maior parte dos cargos importantes do Judiciário são por indicação, você tem que ser indicado por alguém que queira que você ocupe aquele espaço, pelo Presidente, pelo Governador. Nós nunca somos bem quistos e nunca vamos ser bem quistos, nenhum de nós, nem o Intervenientes... nenhum de nós, porque fazemos coisas que incomodam a eles, incomodam por causa do patriarcalismo, incomodam por causa do poder econômico, incomodam porque muitos de nós somos pretos, por uma infinidade de razões.

Então, essa democracia não só não nos representa, não só não dá certo, como nela nós não cabemos. Dentre as possibilidades que a Débora colocou e dentre os desafios que a Bia falou, nós, do Movimento Popular Urbano e muitos companheiros agora têm voltado, importante também esse reconhecimento, têm voltado companheiros do Movimento Popular Rural, o Movimento Indígena tem feito uma virada pra fazer isso, o Movimento de Juventude tem feito isso, as mulheres, agora no Movimento Mulheres contra Cunha no país

inteiro têm mostrado isso, o que nós precisamos fazer é organizar muita gente e ir para a rua, impor o que estamos dizendo.

Nós estamos construindo a Frente Povo Sem Medo, essa camisa que eu estou vestindo aqui é dela, que foi lançada aqui no Congresso na semana passada. Vocês podem acompanhar, está no Facebook, é importante para ver o que estamos fazendo, nós fizemos um ato de 50 mil pessoas em São Paulo, que alguns de vocês devem ter sabido, porque ele foi divulgado na Folha. Nós construímos a Frente Povo Sem Medo que é uma frente de mobilizações e tem diversas acusações a nós: “Vocês são governistas porque vocês não falam contra o governo”. Não, nós somos uma frente de mobilização que vai botar o povo na rua para colocar as nossas pautas. “Vocês são uma frente antidemocrática porque os partidos não participam, só organizações de base”. Nós dizemos: “Não, nós somos uma frente das organizações de base para botar povo na rua e o povo está fazendo. Os partidos não fizeram e não estão fazendo isso, então é hora de abrir espaço”. Como na campanha Agora é que São Elas, agora é que são os pretos, agora é que são os favelados, agora é que são os movimentos organizados, agora é que são os movimentos de base. Tem que ser!

Em São Paulo, nenhum dos nossos companheiros do PT, do PSOL, de nenhuma das forças, da Rede, enfim, de uma infinidade de organizações que poderia fazer frente à reorganização da educação paulista teria conseguido fazer o que as mobilizações têm feito, nenhuma delas. A lista diminuiu de 150 para 94 escolas para serem fechadas por causa das manifestações

de rua! O Secretário está sendo obrigado a aparecer na TV e dizer: “Vou ter que negociar escola por escola porque elas estão ocupadas”, tem 43 escolas ocupadas, essas 43 escolas, provavelmente, vai ter alguma mudança no processo de reorganização que elas iriam ter. Não só porque algumas foram ocupadas as escolas só da reorganização. Por exemplo, eu estava numa das ocupações de uma escola que vai fechar só o noturno. Ia acabar o EJA (Educação de Jovens e Adultos) dela. Agora achamos que o EJA vai ficar, eles vão voltar atrás, eles conseguiram na justiça a reintegração de posse, mas a luta deve ter resultados.

Tem uma coisa que nós temos debatido muito lá no Rio de Janeiro e vocês veem o que é o Rio de Janeiro - [deputado federal cassado] Eduardo Cunha (PMDB), [ministro do Esporte] Leonardo Picciani (PMDB), [ex-governador] Sérgio Cabral (PMDB), [Luiz Fernando] Pezão [governador do estado, PMDB], [ex-prefeito] Eduardo Paes [PMDB], [deputado estadual] Jorge Picciani (PMDB), [Anthony] Garotinho [ex-governador, PR], o pastor Marcelo Crivella [atual prefeito, PRB]. Eu estou militando no Rio de Janeiro e o negócio é pesado lá, mas tem figuras boas, tem o Jean [Wyllys, deputado federal, PSOL], tem Alessandro Molon [deputado federal, Rede], tem Jandira [Feghali, deputada federal, PCdoB], tem Marcelo Freixo [deputado estadual, PSOL], o pessoal do PSOL tem feito o movimento *Se a Cidade fosse Nossa*, e o Vladimir Safatle foi lá falar várias vezes. E tem dito muito: “Marcelo, se você for eleito, você tem que ser eleito para exercer cada vez menos o poder, para quanto mais as pessoas puderem exercer

o poder, melhor". Nas lutas, exercitamos as consciências das pessoas para que isso possa ocorrer. Alguns chamam isso de municipalismo, outros chamam isso de "conselhismo", outros chamam isso de qualquer outro *ismo* - para mim não importa -, o que nós achamos, o que defendemos é que as pessoas precisam ter mais poder sobre suas vidas. As pessoas individualmente, as pessoas coletivamente, as pessoas identitariamente. Nós precisamos ter mais poder sobre as nossas vidas. O que fazemos quando ocupamos a terra é exatamente isso, é dizer: "Eu não mando onde eu circulo, eu não mando onde eu moro, eu não mando quanto eu pago, eu não mando onde eu trabalho, eu não mando o que eu faço". Na hora que eu ocupo, eu estou coletivamente me reconhecendo com todas essas outras pessoas e estou tomando conta da minha própria vida, dizendo: "Eu vou morar aqui, eu vou morar assim, eu vou morar bem, eu vou poder, agora, fazer outro tipo de luta" e é isso que a gente precisa para reinventar a democracia. É um entendimento radical de que democracia é não o conceito grego que foi se reinventando na modernidade, mas é poder para as pessoas, as pessoas mandando no que acontece e que cada pessoa não só manda no que acontece para fora na arena pública, mas que manda na sua própria vida. O Glauber [Braga, PSOL-RJ] veio aqui, só tem 513 cidadãos como ele hoje no Brasil, e disse que ele não tem a liberdade de estar onde ele quer. Imagina a moça que está sendo a varredora do nosso corredor aqui! Que se você dá bom dia para ela, ela até se assusta, porque está acostumada e é orientada a ser "não vista". Ela não só não

é dona da própria vida, de onde ela mora, de onde ela circula, que horas ela circula, nem nada, como ela é orientada a não ser vista quando ela está fazendo o que ela tem que fazer. Ela tem que fazer bem e ela não pode ser vista. É uma violência muito grande, e é quase naturalizada.

"Reinventar a democracia": podemos falar das instituições; posso falar dos problemas dos conselhos, por que o MTST não participa de conselhos; por que normalmente não apoiamos candidaturas proporcionais, só uma ou outra, de pessoas que vieram diretamente da luta; Por que nós só apoiamos no segundo turno a eleição da Dilma? Porque a gente sabe que Aécio não dá. Enfim, daria para falar uma série de coisas. Por que nós não confiamos no Judiciário? Lá em São Paulo, vocês devem ter acompanhado, houve um negócio que ficou bem famoso, foi quando conseguimos um grande espaço na mídia que foi a Batalha do Plano Diretor. Nós tínhamos dez acampamentos em pé em São Paulo naquela época, e levamos todo mundo pra frente da Câmara para discutir as pautas, o zoneamento, etc. Conseguimos num caso convencer a própria empresa que era dona do terreno, a própria empreiteira, a abrir mão do terreno, a vender o terreno para o poder público para que o poder público pagasse o direito de moradia das pessoas! Lembrando que, pela Constituição e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos a moradia é um direito. Ela tem que ser garantida pelo Estado. Voltando, nós conseguimos passar do empreiteiro, passar do Prefeito, passar do Governador do Estado, passar do Presidente da República, passar na Câmara, conseguimos isso tudo. Aí me

vem o Judiciário, o Ministério Público... e apresenta uma ação defendendo: "Existe uma lista para moradia em São Paulo. As pessoas esperam nessa lista por mais de 20 anos, o MTST ocupou e conseguiu uma quantidade de moradias. O MTST não pode fazer isso, porque as pessoas estão esperando há mais de 20 anos". Ou seja, o Judiciário disse para nós que lutarmos, obrigarmos o poder público a fazer o que é de direito, obrigar a empresa a aceitar que o que é de direito está errado. Mas as pessoas ficarem 20 anos esperando uma casinha é certo. É essa mensagem que o Judiciário deu. A gente está até hoje respondendo esse processo, ele não foi arquivado. Algumas das leis podem ainda ser negadas por causa disso.

Então, esse sistema que existe não nos cabe, não nos pertence e não está valendo. A gente se recusa a ele, nós achamos que temos que organizar meio mundo de gente.

te. Nós nos propusemos a organizar meio mundo de gente nas periferias das grandes cidades. E por isso, quando a gente senta aqui, a gente sabe que o Intervozes organiza meio mundo de gente e dialoga com meio mundo de gente que acha que a comunicação, que as ondas não têm que ser privatizadas. A Débora [Nunes] organiza e dialoga com meio mundo de gente que se organiza a partir das comunidades para fazer um outro tipo de produção e para fazer um outro tipo de circulação dos bens e exercitar outro tipo de funcionamento da sociedade. A Abong, enfim, e aqui dava pra citar exemplos e exemplos de como nós estamos nos propondo a organizar meio mundo de gente. É isso que a gente tem que fazer. Democracia é meio mundo de gente organizada decidindo o que vai acontecer nas suas próprias vidas. Como é que se faz isso? Institucionalmente, é muito difícil, muito!

A construção de práticas alternativas e sua difusão

Agroecologia

Maria Emília Lisboa Pacheco¹

Boa tarde. Muito obrigada pelo convite para participar dessa Mesa. Quero começar dizendo que, hoje pela manhã, o Ricardo Abramovay já chamou a atenção para a necessidade de pensarmos a partir da inovação da sustentabilidade. E sustentabilidade entendida em todas as suas dimensões: ambiental, social, cultural, econômica. É sobre isso que falamos quando discutimos a agroecologia. O contexto em que nós vivemos envolve múltiplas crises: crise ecológica, crise energética, crise alimentar e a agroecologia surge, exatamente, em contraposição ao padrão de agricultura denominado na história como Revolução Verde. Desde a década de 50, aproximadamente, mas, sobretudo a partir da década de 70, assistimos no mundo e também no Brasil a uma transformação crescente da agricultura num processo de artificialização, uma aproximação cada vez maior da agri-

cultura à indústria, e com impactos que nós conhecemos bem, no solo, na água, nos alimentos, impactos socioambientais. Então, essa é uma primeira ideia a reter: a agroecologia nasce fruto de um processo de contra-hegemonia.

Nos últimos anos, para opor àqueles que teimam em dizer que a agroecologia se reduz a nicho de mercado ou agricultura para os pobres, quero destacar que temos parcerias importantes em sua defesa. Em 2008, por exemplo, houve uma avaliação internacional de especialistas financiados pela FAO que publicaram o texto cujo título é “A agricultura numa encruzilhada”, sobre conhecimento, ciência, tecnologia agrícola. O estudo conclui que a matriz científica e tecnológica da modernização agrícola não oferece respostas adequadas à tendência de acentuação das crises alimentar, energética, ecológica e climática.

Em 2012, o Relator Especial da ONU para o Direito Humano à Alimentação, Olivier de Schutter, fez uma associação entre a agroecologia e o direito à alimentação

(1) Maria Emília Lisboa Pacheco é antropóloga, trabalha na FASE nacional (Rio de Janeiro). Foi presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar Nutricional (CONSEA).

adequada e questiona o destino no mundo hoje dos alimentos, principalmente usados em combustíveis ou para produção de ração animal, porque é crescente o consumo de carne, e nos mostra a contribuição da agroecologia para assegurar o futuro do ponto de vista da nossa biodiversidade, da renda dos agricultores e da segurança alimentar e nutricional.

Mais recentemente, em 2013, uma manifestação internacional no relatório da Conferência das Nações Unidas sobre comércio e o desenvolvimento, com o curioso título “Antes que seja tarde – fazer uma agricultura sustentável agora para a segurança alimentar e no contexto de mudança climática”, também sinaliza a necessidade de pensar a partir de outra matriz quando se fala da agricultura. E, por último, tomei conhecimento nesses últimos dias de um novo painel internacional sobre sistemas agrícolas sustentáveis, em junho, que chama a atenção crítica sobre a uniformidade. Seu título é: “Da uniformidade à diversidade: um paradigma da mudança da agricultura industrial para sistemas agroecológicos diversificados”. Diversidade é então, como eu vou continuar comentando com vocês, uma categoria chave de pensamento para a contraposição à agricultura convencional baseada em insumos químicos e na matriz da Revolução Verde.

Embora o nosso tema na mesa fale de práticas, é preciso dizer que a agroecologia tem sido cada vez mais entendida, sobretudo no caso brasileiro, como ciência, prática e movimento social. Há um artigo de alguns estudiosos americanos que mostra que isso não necessariamente é

desta maneira em vários países. Há lugares em que a agroecologia nasce como ciência para chegar ao movimento, no Brasil, é o inverso, um processo na sociedade, chamado movimento de agricultura alternativa que chega à agroecologia.

Mas falemos rapidamente primeiro por que a agroecologia é uma ciência. Ela se coloca num campo de busca de superação do paradigma da modernização, no caso brasileiro, da chamada modernização conservadora, pois aqui temos a incorporação dos princípios da Revolução Verde, como eu disse, com base nos insumos químicos, na mecanização pesada, e sem mudança estrutural da nossa realidade agrária. A concentração de terra no Brasil existia e continua existindo, aliás, é crescente.

Nos anos 1970, 1980 tínhamos algumas manifestações chamando a atenção para a dimensão ambiental sobre a importância da ecologia. Há um manifesto escrito pelo [José] Lutzenberg, mas também a edição de um livro sobre o impacto dos praguicidas e crise ambiental, do Adilson Paschoal, e um livro importantíssimo que fez história aqui no Brasil no debate da ecologia na agricultura, da Ana Maria Primavesi, que em 1980 escreveu *Manejo Ecológico do Solo*.

A agroecologia surge da fusão entre agronomia e ecologia, buscando romper com uma visão estreita da agronomia que era voltada para o desenvolvimento de práticas agrícolas desconectadas de processos naturais e a ecologia muito centrada no estudo de sistemas naturais. Esta primeira aproximação é importante para a agroecologia, que vem se construindo socialmente com a visão do manejo

ecológico dos agroecossistemas. Mais recentemente, a agroecologia vai se aproximando do objetivo de transformar sistemas agroalimentares. Os princípios que orientam a agroecologia como ciência são: reciclagem de nutrientes, substituição de insumos externos, diversificação das espécies de plantas, integração de culturas, e a otimização dessa interação com a biodiversidade do ponto de vista de sistema. Quando eu digo que a diversidade é um princípio chave na construção da proposta agroecológica é que ela se distingue da análise das espécies em separado, em cadeia. A agroecologia tem como referência os sistemas agrícolas e ela se inspira, também, na leitura do significado dos sistemas agrícolas tradicionais, e o que tem representado na história da humanidade, os conhecimentos de povos indígenas, de comunidades tradicionais. Por isso é que, além de romper com a visão produtivista baseada na análise de rentabilidade, de produto por hectare, pensa o conjunto das plantas dentro de um sistema agrícola e o que isso representa do ponto de vista da produção. São conceitos, são lógicas distintas para examinar o significado da agroecologia.

Ao mesmo tempo, é preciso ver que, nessa construção social, há uma crítica contundente à perspectiva difusionista do conhecimento. Falamos de intercâmbio de saberes, baseado no reconhecimento de vários tipos de conhecimento e não difusão. Por isso preferimos falar de construção coletiva do conhecimento e não de assistência técnica e extensão rural, embora na institucionalidade não esteja assim definido. Mas chamo a atenção, porque isso

significa uma mudança também do ponto de vista epistemológico.

Também quero chamar a atenção para a perspectiva na agroecologia que podemos dizer de uma ciência precaucionária, uma ciência que lida basicamente com o princípio da precaução e com o princípio da responsabilidade. A visão segundo a qual as mudanças do padrão tecnológico precisam seguir seu rumo quase sem limites é contestada pelo princípio da precaução. No caso brasileiro, podemos dizer que ele é totalmente ignorado, porque aqui, a liberação, por exemplo, dos transgênicos se deu sem nenhuma possibilidade de estabelecer debates da ótica da ciência cidadã para análise dos impactos na saúde humana e no meio ambiente. A liberação é feita por uma comissão técnica e nem sequer a comissão de biossegurança constituída pelos ministros de Estado se reúne para analisar a liberação dos transgênicos, como prevê a legislação, e sabemos que essa comissão técnica é formada por vários representantes, mesmo que seja em nome da ciência, que trabalham diretamente para as grandes multinacionais interessadas no patenteamento das sementes.

Como movimento social, a agroecologia é herdeira da história da agricultura alternativa dos anos 1970 e 1980. Surge no Brasil com uma articulação de pequenas experiências que buscavam desenvolver práticas que fugissem do pacote tecnológico imposto pela chamada modernização conservadora, como curva de nível, compostagem, etc., que passaram a ser mapeadas pelo Projeto Tecnologias Alternativas (Projeto PTA), nascido na FASE em 1983.

Essas experiências, em grande parte também foram apoiadas pelas agências de cooperação internacional que estiveram historicamente no Brasil fortalecendo as lutas pela democracia, e organização dos sujeitos políticos. Na esteira dessa história é criada em 2002, a Articulação Nacional de Agroecologia e posteriormente a ABA – Associação Brasileira de Agroecologia. Elas distinguem-se porque na Articulação Nacional de Agroecologia estão ONGs, movimentos sociais e fóruns, e na ABA estão os profissionais de pesquisa e professores das universidades e, também, pequenos núcleos na Embrapa. Nos idos de 2004, a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária reconheceu a agroecologia como ciência e elaborou um marco referencial da agroecologia no Brasil, o que é um passo importante. Isso não significa que a agroecologia dentro da Embrapa tenha um lugar proeminente. São pequenos núcleos, mas que existem em várias Embrapas, na Embrapa Clima Temperado, Embrapa Semiárido, Embrapa Amazônia Oriental, etc.

Hoje pela manhã, falou-se de certa demora dos movimentos sociais brasileiros no campo para assumirem e incorporarem a dimensão ambiental. A agroecologia é uma resposta um pouco tardia, no Brasil, de alguns movimentos sociais. Mas na luta contra a liberação dos transgênicos tivemos um grande impulso de reconhecimento do papel da agroecologia.

Mas é importante destacar que foram as mulheres, fundamentalmente, organizadas na Marcha das Margaridas e Marcha Mundial das Mulheres e no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) da Via

Campesina, que assumiram a liderança do debate da agroecologia, a incorporação de seus princípios nas práticas agrícolas e como uma proposta a ser convertida em política pública.

Em 2011, na Marcha das Margaridas, foi apresentada uma proposta de política nacional de agroecologia, que já vinha sendo discutida no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). E, em 2012, temos finalmente uma lei que estabelece a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que parece ser a primeira na América Latina.

Nos últimos anos, mesmo com todas as críticas que se faça ao desenvolvimentismo, reprimarização da economia agro-exportadora baseada na expansão do agronegócio e mineração, que orientaram os governos Lula e Dilma, é preciso reconhecer o significado que algumas propostas de programas tiveram para fortalecer a agricultura familiar e agroecologia. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as mudanças positivas na lei de Alimentação Escolar, um programa renovado com novos sentidos, porque fixou um percentual de compra do alimento da agricultura familiar, estabeleceu, pelo menos em tese, a possibilidade de um *plus*, uma espécie de subsídio para aquele que produz de forma agroecológica, impulsionaram processos de transição agroecológica no Brasil. Contribuíram para espriar a proposta agroecológica, embora algumas políticas que são centrais como a política de crédito, por exemplo, não se alteraram. Um processo de transição agroecológica requer a revisão da matriz que rege o crédito rural no Brasil, predominantemente, baseado na

visão convencional da agricultura.

O processo de construção social da agroecologia, integra, cada vez mais, a relação entre a luta pela garantia do direito à terra e ao território, a diversificação da produção, a defesa dos direitos dos agricultores ao livre uso da biodiversidade, a ênfase nos circuitos de proximidade de mercado, o resgate das culturas alimentares, a alimentação adequada e saudável sem agrotóxicos e livre de transgênicos, a assistência técnica e pesquisa que dialoguem com os saberes dos camponeses, a defesa da igualdade de gênero e a oposição a toda forma de violência contra as mulheres, com uma abordagem territorial.

Avançar na visão de contraposição ao modelo hegemônico, de construir alternativas, requer também, cada vez mais, uma articulação entre vários segmentos da sociedade para fortalecimento do campo democrático. Assim, nós, através da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), propusemos um Encontro de Diálogos e Convergências, em interação com os campos da economia solidária, da justiça ambiental, da saúde, da soberania e segurança alimentar e nutricional, com o movimento feminista, com a rede contra o deserto verde, enfim, uma interação com várias redes, fóruns e movimentos. Construímos uma pauta que relaciona esses vários campos de debates, de práticas, com a

perspectiva de continuarmos confrontando o modelo dominante.

No momento atual, nosso posicionamento é de indignação e uma visão bastante pessimista, mas com determinação de participar e apoiar as lutas de resistência. Há um processo crescente de violação de direitos, de desmonte de várias políticas e programas. A extinção do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário é muito grave, e significa, na prática, uma negação do significado do sujeito político da agricultura familiar. Na história recente, vários segmentos sociais no campo que integram a chamada agricultura familiar romperam com a invisibilidade e têm afirmado a sua identidade. Nós compreendemos que não há perspectiva de expansão da proposta agroecológica sem que ela esteja sedimentada, simultaneamente, no reconhecimento da diversidade das identidades desse sujeito político, e a diversidade de biomas e ecossistemas no Brasil. Uma proposta de agroecologia nos Pampas não pode ser a mesma na Mata Atlântica, na Amazônia. Por isso, junto com o enfrentamento dos antagonismos de classe e de disputa de modelo, defendemos o princípio da igualdade de gênero e o princípio da diversidade que, para nós, é tão caro do ponto de vista da identidade dos sujeitos políticos como do ponto de vista ambiental.

***Almanaque do Futuro:* experiências motivadoras para um mundo melhor**

Jorge Krekeler¹

Por que um *Almanaque do Futuro* para o presente?

As permanentes crises que ocorrem no planeta entraram em conjunção ameaçadora com as consequências do atual modelo de desenvolvimento: mudança climática, aumento das desigualdades econômicas e sociais, degradação ambiental, extrativismo, além da lógica acumulativa em nome do desenvolvimento, que é entendido como crescimento perpétuo, para mencionar algumas.

Trata-se de um desenvolvimento para poucos à custa do empobrecimento de um número cada vez maior de pessoas e do planeta Terra.

Os debates sobre alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente estão em pleno auge (bem viver/viver bem, decrescimento, pós-extrativismo, economia solidária e/ou colaborativa etc.). São

reflexões e abordagens que, mesmo ainda inconclusas, indicam novos horizontes rumo ao bem comum, à inclusão e à sustentabilidade.

Quais os obstáculos para uma mudança de rumo?

Parece inimaginável, ainda mais diante do panorama cada vez mais desolador que nos rodeia e com prognósticos muito graves, conseguirmos mudar de rumo.

Prevalecem o ceticismo e a desconfiança em relação a alternativas. Muitas pessoas, algumas por conveniência e outras por incerteza, insistem em seguir no mesmo caminho. Talvez seja um erro esperar que ocorra uma mudança de paradigma de desenvolvimento nas altas esferas políticas e econômicas da governança mundial.

Diante de uma conjuntura, complexa e preocupante, que deixa incerto o futuro da humanidade, o risco de as pessoas se sentirem impotentes e de não haver pontos de referência e de orientação no cotidiano que indiquem a viabilidade de

(1) Jorge Krekeler é geógrafo e economista, trabalha na iniciativa do *Almanaque do Futuro* e alternativas ao paradigma do desenvolvimento; além disso, acompanha o coletivo Grupo de Trabajo Cambio Climático y Justicia de Bolívia. É facilitador de processos em sua função de assessor temático da Misereor / AGEH.

alternativas concretas de vida, sejam elas econômicas ou produtivas, no que diz respeito à mobilidade humana, ao consumo responsável, é enorme.

Construir o futuro no presente, dia após dia e desde a dimensão local.

Mudanças profundas não raro tiveram início em algo pequeno e na prática cotidiana de pessoas e grupos para depois, enfim, penetrar nas decisões de nível global.

É isso o que mostra a história. Trata-se de uma desconstrução de paradigmas e lógicas convencionais para, então, acercar-se e se relacionar a partir de identidades autênticas e de horizontes territoriais mais locais.

É neste contexto que surge a ideia de identificar, coletar e documentar experiências locais motivadoras, que demonstram que outras formas de progresso e

bem-estar coletivo são possíveis. Trata-se de alternativas desenvolvidas a partir da iniciativa de pessoas e pequenos coletivos, que não necessariamente contam com recursos externos.

O que se pretende com o Almanaque do Futuro?

O *Almanaque do Futuro*, como meio de comunicação motivador, não é uma ideia nova, pois já existem movimentos e redes bem-sucedidos na utilização deste instrumento.

A aposta de trabalhar um *Almanaque do Futuro* para a região andina da América Latina nasceu a partir de pesquisas espontâneas em diferentes contextos da região, encontrando uma riqueza de experiências alternativas que tragam esperança e





contribuam para motivar outros a tomar o desenvolvimento em suas próprias mãos.

Como alcançar esses objetivos?

Geralmente não se tem conhecimento de exemplos para um desenvolvimento local diferente, construídos e possibilitados a partir da iniciativa e dos recursos de mulheres e homens, individual ou coletivamente. Em geral, esses processos de construção social contam apenas com os recursos disponíveis a nível local. Desta forma, podem ser replicados e despertar a motivação de outros.

Em vez de elaborar documentações exaustivas cuja leitura é tediosa, são previstas narrativas curtas e situacionais que expliquem brevemente a experiência, complementadas por algumas reflexões em torno

de seu “valor agregado ou mensagens ao futuro”, além das dificuldades encontradas e como foram enfrentadas, como aportes a novos modos de bem-estar inclusivos, sustentáveis, e amigáveis, tendo o bem comum como prioridade.

Propósito audaz do *Almanaque*

O *Almanaque* busca diminuir a distância entre a existência dessas experiências e a limitada acessibilidade de informação motivadora acerca das mesmas.

Com qual objetivo?

Semear motivação e ânimo para tomar outro rumo a partir da difusão e comunicação, além de possibilitar aos interessados de se aprofundarem um pouco mais: semear futuro no presente.

A documentação de cada experiência em forma de narrativa é o resultado de uma análise em conjunto com as pessoas diretamente envolvidas. Os textos dos casos do *Almanaque* são curtos e, se possível, oferecem dados de contato e acesso às pessoas que lideram a experiência.

Atualmente estão disponíveis 16 experiências motivadoras, 4 de cada país (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru), 15 em formato de artigo e 1 em vídeo.

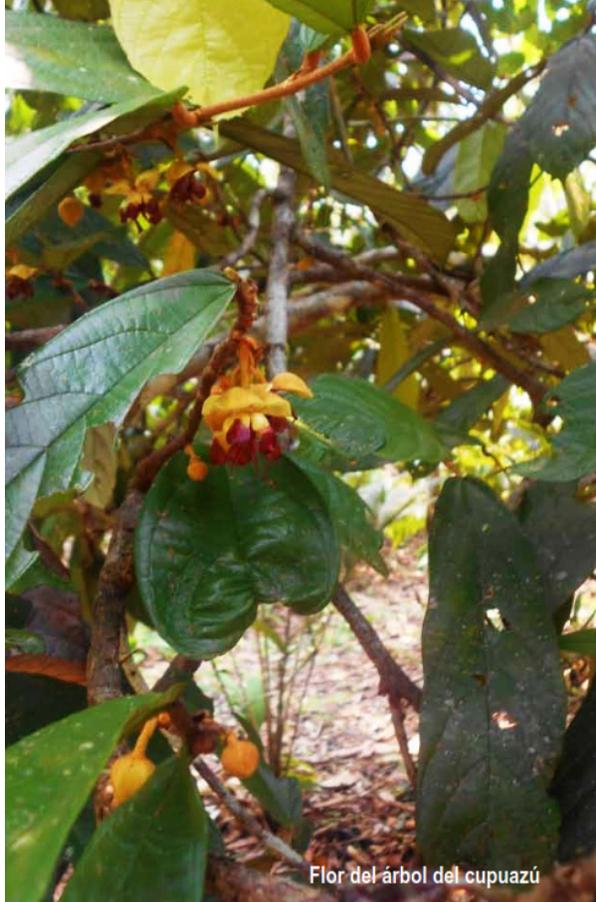
- (webs / blogs) www.ccjusticiabolivia.org/almanaque-del-futuro/
- www.www.altoparlante.info/category/mensajes-al-futuro/experiencias-vividas/
- www.mundoroto.wordpress.com/2016/02/
- www.podion.org/es2/otras
- www.cesu.umss.edu.bo/
- www.cep.org.bo/almanaque/

Como nasce a ideia para uma rota metodológica?

Com o início da construção do almanaque do futuro, ficou evidente a importância de ampliar o seu uso, visando a que pessoas motivadas e interessadas nesta iniciativa pudessem utilizá-lo; além disso, pretende-se que ele seja útil tanto para processos locais como contextos institucionais.

O que é a Rota Metodológica?

É uma ferramenta que permite que pessoas interessadas trabalhem a partir



Flor del árbol del cupuazú

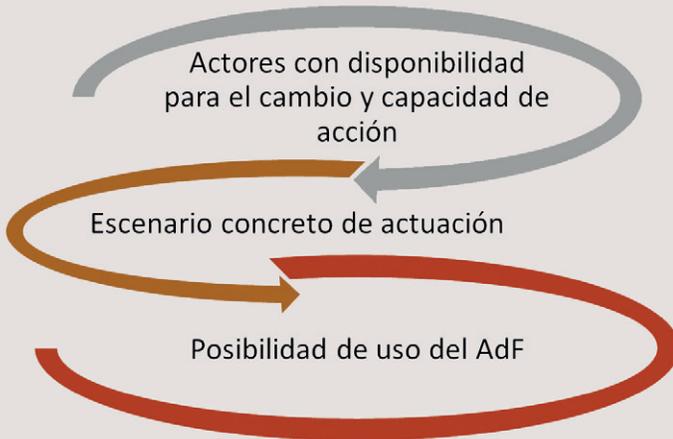
de seus processos variados (formativos, organizativos, reivindicativos, reflexivos) na construção de um futuro no presente. A rota facilita alguns insumos para o uso do almanaque para a formação/sensibilização, a análise e/ou a construção de novos conhecimentos a partir da reflexão da teoria e da prática.

Quem são as pessoas potencialmente interessadas?

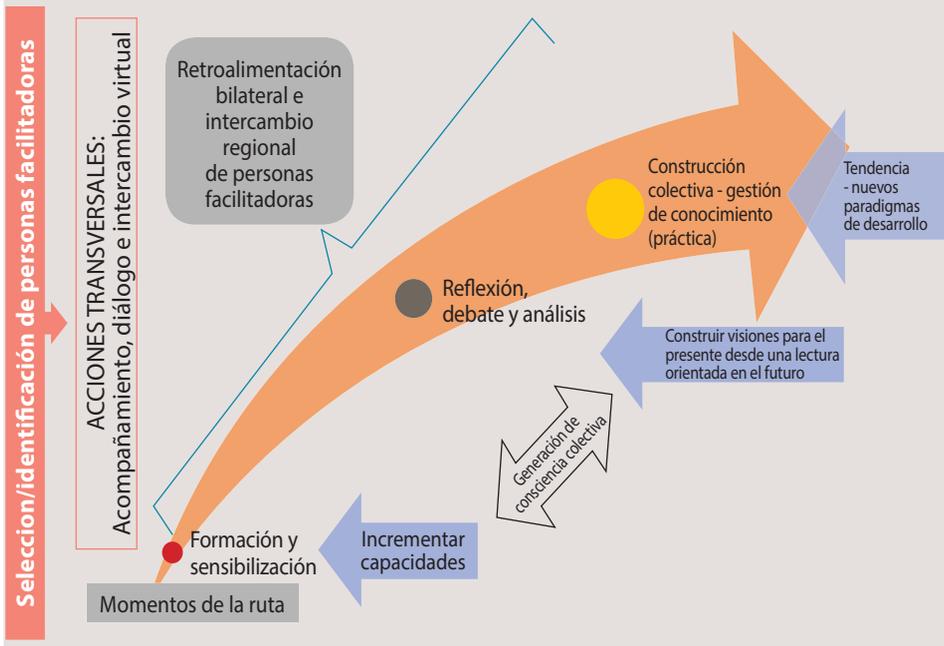
Em princípio, assumimos que são os cidadão e as cidadãs interessado/as, que se identificam politicamente com a iniciativa do *AdF* e que estão motivados a transmiti-la e transferi-la aos contextos e cenários concretos aos quais têm acesso.

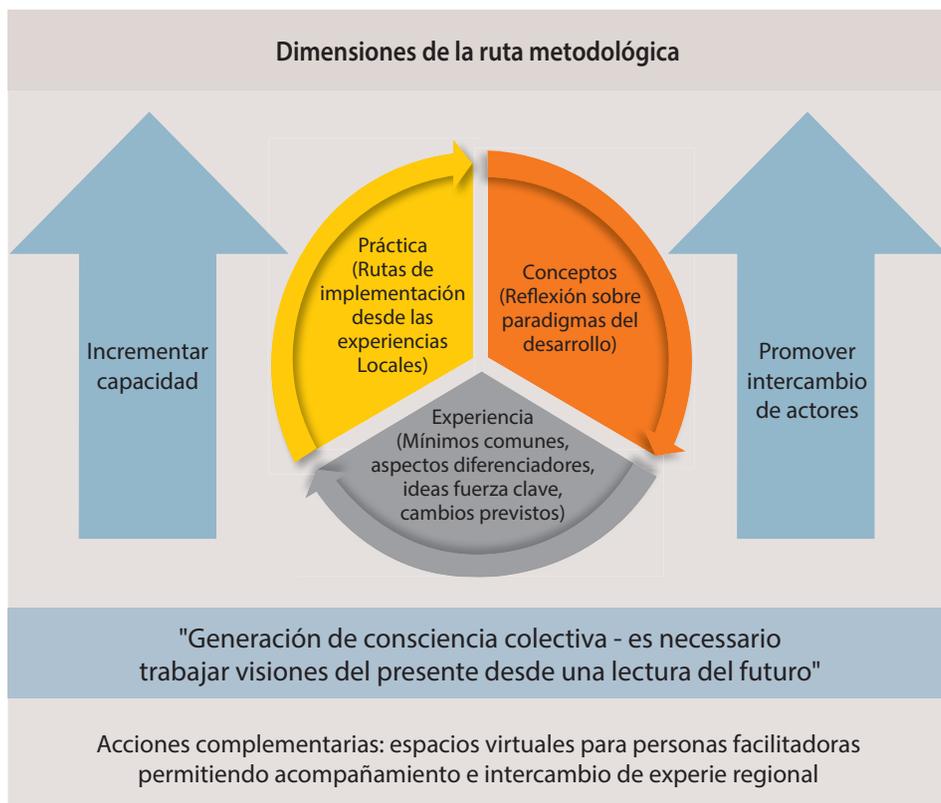
Uma característica fundamental é sua disponibilidade pessoal para a mudança, a “desaprendizagem” e a mobilização da ação.

Características das pessoas facilitadoras de AdF



Ruta metodológica para personas facilitadoras del AdF





Rota 1. Fase de formação e sensibilização

Efeito esperado:

Aumento de conhecimento e ferramentas dos atores envolvidos a respeito dos temas específicos abordados pelo *AdF*.

Tempo previsto: 2 horas.

Passos previstos:

- Aproximar-se do *AdF*: o que é; quais as experiências motivadoras; quais suas características.
- Identificar experiências motivadoras nos contextos ou cenários dos

atores participantes à luz das características do *AdF*.

- Coleta das experiências motivadoras identificadas no local e as propostas do *AdF*: reflexão conceitual, conceito de desenvolvimento subjacente nas experiências, aspectos-chave – identificação de mensagens para o futuro.
- Desafios rumo ao futuro, identificando fatores de êxito, implicações em nível territorial e local.

Rota 2. Fase de reflexão, análise e debate

Efeito esperado:

Os participantes analisam as visões atuais sobre os temas relevantes do *AdF*, analisam as consequências pensando no futuro e definem alternativas de atuação e/ou aprofundamento.

Tempo previsto: 3 horas.

Passos previstos:

- Perspectiva “glocal” de desenvolvimento (fusão do local com o global): análise e compreensão do contexto local levando em conta outras escalas (nacional, regional e global).
- Contribuições do *AdF* (Mensagens para o Futuro) para transformar o contexto local e elementos de orientação para experiências de réplica em nível local.
- Identificação de desafios para a aprendizagem, a replicação e o aprofundamento.

Rota 3. Fase de gestão de conhecimento e construção de paradigmas alternativos de desenvolvimento

Efeito esperado:

Identificação de tendências e insumos para contribuições desde o nível local para a construção de novos paradigmas.

Tempo previsto: 3 horas.

Passos previstos:

- O conceito de paradigma e suas implicações no desenvolvimento.
- Os elementos paradigmáticos que oferecem as experiências motivadoras e a experiência geral do *AdF*.
- As tendências e implicações para a gestão de conhecimento e contribuições para a construção de novos paradigmas: desafios e necessidades.

<http://ccjusticiabolivia.org/almanaque-del-futuro/>

O *Almanaque* em resumo: conduzir o olhar rumo à direção indicada, descobrindo potenciais e os transformando em grão de semente, semeando motivação.

**Almanaque del
Futuro**

EXPERIENCIAS MOTIVADORAS PARA UN MUNDO MEJOR

Como contactarse con el Almanaque del Futuro
A través del correo electrónico: jorge.krekeler@scbbs.net
Jorge Krekeler asesor de Misereor

Con el apoyo de:

MISEREOR
IHR HILFSWERK

Banco de Práticas Alternativas: experiências que mostram caminhos

Nicolau Soares¹

Reunir experiências práticas que apontam para um novo modo de viver que conjugue justiça social, radicalização da democracia e a convivência harmoniosa com o meio ambiente e as pessoas no campo, na floresta e nas cidades. Esse é o objetivo do Banco de Práticas Alternativas, uma iniciativa construída pela Abong e pelo Iser Assessoria dentro do projeto Novos Paradigmas, apoiado pela Misereor.

A ideia do Banco é dar visibilidade para experiências práticas que já apontam para a construção desse novo modelo socioeconômico mais sustentável e justo. Essa proposta casa com o objetivo do Observatório da Sociedade Civil, outro projeto da Abong, que procura dar visibilidade para as ações, debates e lutas das organizações, movimentos, coletivos e outras formas da sociedade civil organizada.

Mas como definir as experiências que são reunidas no banco? Essa foi uma discussão importante durante o processo de criação do site, que passou por uma série de debates conceituais.

Começando pela parte mais simples, estamos falando de práticas, ou seja, experiências que já aconteceram ou que estão acontecendo e que já tem resultados para mostrar, que podem demonstrar de forma concreta que esse debate sobre um novo modelo de sociedade não é apenas um discurso ou uma coisa de intelectuais, mas é algo que já tem consequências práticas, que já está acontecendo. São pistas, caminhos que já estão sendo trilhados e que mostram o que pode chegar a ser esse novo paradigma de sociedade. Isso ajuda a quebrar preconceitos contra essa proposta, dando um sentido mais concreto.

O segundo termo, “alternativas”, levou a um debate maior dentro do grupo. A primeira proposta foi ser um banco de práticas “sustentáveis”, mas foram levantados questionamentos a respeito do conceito de sustentabilidade. Depois surgiu a ideia de usar práticas inovadoras, mas a verdade é que muitas dessas experiências e dos conceitos em que elas estão baseadas na

(1) Nicolau Soares é jornalista, coordenou o Observatório da Sociedade Civil e hoje é responsável pela área de Projetos da Abong

verdade são resgates de práticas tradicionais, dos povos originários ou de populações locais, então não cabe tanto falar de inovação, necessariamente. Chegou-se então nesse termo “alternativas”, que é, de certa forma, uma definição por oposição ao modelo dominante: ou seja, são práticas diferentes do modelo atual e que mostram outros caminhos.

Já depois de criado o Banco, passamos a construir uma definição positiva do que seriam essas práticas, ou seja, o que uma experiência precisa ser para estarem nesse Banco. Alguns pontos já estão claros:

- Praticar a gestão democrática entre as pessoas envolvidas, partilhando poder;
- Utilizar energias renováveis, especialmente não usando combustíveis fósseis;

- Serem baseadas em cultivos agroecológicos, sem agrotóxicos ou transgênicos;
- Apresentarem formas de produção ou comercialização que valorizem a proximidade entre o produtor e o consumidor, nessa lógica de valorizar as ações em sua territorialidade;
- Propõem soluções inovadoras e ecológicas em relação a questões urbanas, como resíduos sólidos, mobilidade e acesso à cultura.

Este é um perfil que ainda está em construção, é rediscutido dentro da própria prática de ampliação do Banco.

O trabalho do site consistiu, basicamente, em criar um banco de dados que pudesse receber as informações relativas às práticas. Esse banco de dados poderia ser construído em diversas ferramentas e



linguagens de programação, mas a opção do projeto foi por utilizar o ambiente WordPress, que é uma plataforma aberta, de código livre, e bastante adaptável.

A intensão é que o Banco seja alimentado pelas próprias organizações que desenvolvem as experiências. Ou seja, a ideia é que a pessoa que está na ponta desenvolvendo um projeto tenha o interesse de divulgar o seu trabalho para um público mais amplo neste espaço. Então, um passo importante foi desenvolver um formulário de cadastro que cumprisse três objetivos. Primeiro, tinha que ser completo, passando uma visão geral de cada prática. Ao mesmo tempo, precisava ser curto e objetivo, para que não tomasse muito tempo dos autores das práticas, que em geral têm pessoal limitado até mesmo para suas atividades fim, quanto mais para questões ligadas a divulgação.

O terceiro ponto é garantir a clareza das informações. Isso inclui tentar “traduzir” alguns conceitos e práticas para pessoas que não estão familiarizadas seja com o debate dos novos paradigmas ou mesmo questões como agroecologia, resíduos sólidos, gestão democrática e outras. É importante que o Banco seja um espaço que possa comunicar para além do campo das organizações da sociedade civil, alcançando potencialmente a sociedade como um todo.

Outro debate que aconteceu foi a respeito da organização dos temas e subtemas do cadastro. É difícil enquadrar de forma muito rígida experiências tão diversas em formato, regionalidade, objetivo etc. Assim, pensamos primeiro na possibilidade de um campo aberto, para que o responsável pela prática pudesse encontrar

uma descrição em que ele se identificasse, que conseguisse enxergar sua prática.

No entanto, essa opção dificultaria a busca do usuário comum, que não conhece o campo das OSCs e os termos usuais de cada área. Por exemplo, um jornalista que recebeu uma pauta sobre agroecologia e está começando sua pesquisa. Ele precisa de algum tipo de referência para chegar até as práticas que têm ligação com esse tema. Então, optamos pela criação de uma estrutura de temas e subtemas, também para tentar dialogar com quem é de fora do campo. A estrutura precisou ser bastante abrangente, para tentar prever toda a diversidade das ações que queremos ver cadastradas. Os temas principais, a maioria deles com diversos subtemas, são:

- Agricultura
- Água
- Alimentos
- Arte
- Cidade
- Comunicação
- Comunidades Intencionais
- Comunidades Tradicionais
- Energia
- Florestas
- Habitação
- Literatura
- Práticas Democráticas
- Saúde Popular
- Transporte

Essa árvore de temas foi pensada, ao lado de cidade e estado, para facilitar as buscas, ou seja, campos específicos e direcionados para facilitar a procura do visitante. Então um acadêmico que quer pesquisar experiências de cooperativas no Ceará, pode buscar diretamente no estado. Esses parâmetros também podem ser cruzados, então você pode buscar um tema dentro de uma cidade ou estado e ver o que aparece. Se nada disso te contempla, tem uma busca textual, na linha Google, em que você joga uma palavra chave e aparecem os resultados.

Uma vez que foi construída essa arquitetura do Banco, avaliamos que era necessário ter uma quantidade mínima de experiências no ar antes de iniciarmos o processo de divulgação. Então, pedimos mais uma vez indicações de práticas interessantes para o Grupo de Referência e colocamos uma pessoa para buscar as informações mais relevantes, preencher os cadastros e conferir as informações com as próprias organizações autoras das práticas. Assim, conseguimos subir o Banco já com 29 experiências no ar.

Esse processo de busca ativa foi retomado posteriormente e, juntamente com experiências inscritas voluntariamente pelas organizações autoras, conseguimos chegar ao número de 60 práticas disponíveis para consulta no Banco.

É importante ressaltar que todo esse trabalho de apuração e de desenvolvimento dessa primeira lista de práticas já levantou várias questões em relação aos temas, ao modelo de cadastro e uma série de coisas que procuramos ir ajustando ao longo do processo. Também deixou clara

a necessidade de uma revisão no futuro, reorganizando o banco.

Uma vez no ar, o momento agora é de divulgar o Banco. Precisamos pensar um plano de comunicação que atraia mais acessos para o site, tornando as práticas mais conhecidas e fazendo com que o próprio site se torne uma referência para jornalistas, acadêmicos e o público em geral que estiver interessado nos temas ligados a um novo paradigma. Ao mesmo tempo, é necessário divulgar o banco para as próprias OSCs, seja para que elas cadastrem suas próprias experiências ou para que possam conhecer o trabalho de outras pessoas por meio do banco, possibilitando contatos e trocas. Foi feita uma divulgação específica nesse sentido para as associadas da Abong, que rendeu alguns cadastros. Outra lista em que divulgamos é de comunidades eclesiais de base.

A Abong e o Iser Assessoria construíram um novo projeto para dar continuidade aos debates em torno dos novos paradigmas que inclui ações diretamente ligadas ao Banco de Práticas Alternativas. A intenção é que este trabalho tenha mais divulgação, amplie o número de experiências e consiga se tornar de fato uma referência para quem quer discutir formas de organização social para além do modelo vigente.

Outro ponto importante é buscar formas para que as OSCs responsáveis por essas práticas se conheçam e troquem experiências. Essa construção coletiva precisa envolver cada vez mais pessoas para que possamos de fato tornar realidade esse novo paradigma de sociedade.

O agora, a visão estratégica e a transição - 1¹

Marcos Arruda²

Bom dia, queridas companheiras e companheiros. A seleção de vídeo que vou mostrar faz parte de um filme maior chamado *Zeitgeist*, que quer dizer “espírito do tempo”. O filme faz uma radiografia e um histórico do sistema do capital, e focaliza muito bem como funcionam o dinheiro e as finanças no mundo atual. Esta seleção, em particular, é uma parte da entrevista com John Perkins, autor do livro *Confissões de um Assassino Econômico*. Ele foi enviado para a América Latina para corromper governos e gerar dívida e dependência. E ele, já mais velho, conta o papel que tinha e a que estratégia servia, ou seja, qual era a lógica do império em relação aos países do hemisfério Sul ricos em recursos naturais. Este livro merece ser lido. Vamos assistir a seleção do filme com a entrevista de Perkins.



[Filme]

<https://www.youtube.com/watch?v=0OZAvJjhp9E>

Faltou só o John Perkins no vídeo falar do golpe do Temer! De fato, não faltou, pois o que Perkins narra outros golpes institucionais que se assemelham em tudo ao que levou Temer ao poder do Estado no Brasil.

(1) Exposição feita no seminário “Novos paradigmas: rumo ao bem viver”, em junho de 2016.

(2) Marcos Arruda é economista e educador do PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, Rio de Janeiro, colaborador da Rede Jubileu Brasil e Américas, facilitador da UNIPAZ e do Programa Educação Gaia, e associado ao Instituto Transnacional, Amsterdã.

O agora

Relembro a vocês que, depois da Venezuela em 2002, ocorreu o golpe no Haiti em 2004, em Honduras em 2009, e no Paraguai em 2012, todos no mesmo modelo de subversão financiada pelos Estados Unidos. No caso do Brasil, tem a evidência de que uma organização estudantil americana, certamente, financiada pelo Departamento de Estado, ou pela CIA, ou por alguma megaempresa (de fato, os irmãos Koch), e chamada Students for Liberty, tem ramificações no Brasil, sob o nome de Estudantes para a Liberdade e em vários países da América Latina, inclusive a Venezuela, Estudiantes por la Libertad.

Então, está aí o paradigma imperial que, para os americanos, é intocável. Ou seja, que os Estados Unidos têm o mandato divino de ser o líder do mundo, de comandar a democracia global. Os poderes imperiais criam raízes nas burguesias locais; já não precisam entrar diretamente com tropas nem com assassinato de presidentes. Fazem isso por meio dos seus capatazes locais, que são as burguesias, no caso brasileiro, burguesias transnacionais de base brasileira, porque a classe burguesa globalizada é uma só. Ela tem diferentes bases, mas a lógica que ela segue, a ética que ela adota é a mesma, é a ética do grande capital: “Tudo que me ajuda a acumular mais dinheiro, a controlar mais recursos naturais, a controlar mais mercados, é bom. Tudo aquilo que impede é mau”. O Estado é mau porque quer regular e se intrometer na economia. O golpe institucional de Temer com a elite neoliberal dominante é um golpe de classe. Tudo isso nós já sabemos.

O desafio começa com o agora. O título da nossa mesa é, “O Agora, a Visão estratégica e a Transição”. O agora é o ponto de partida, é a única realidade, é o aqui-e-agora, com tudo o que condensa de passado e de futuro também. A visão estratégica é um projeto de outra sociedade, de outra humanidade, de outra economia. E a transição é o grande desafio, o que fazer, com que estratégias, com que linhas de ação para tornar real o que a gente acredita que é possível.

Para mim, e creio que para Débora [Nunes] também, o tema central de toda a questão de velhos e novos paradigmas, o tema central é o tema da governança. E o tema da governança é central porque ele lida com a questão do poder. O poder de controlar, o poder de desenvolver, o poder de oprimir ou libertar, o poder sobre ou o poder com. E aí, há um conflito de visões de mundo, de humanidade. Um tipo acha que a humanidade precisa de lideranças autoritárias, patriarcais, que decidem pela maioria, que não há condição de as maiores se autogerirem. Isto legitima regimes ditatoriais e hierárquicos, quer tenham aparência democrática, quer sejam abertamente autoritários, como foi a ditadura corporativo-militar de 1964 a 1985. Aparência democrática porque as democracias representativas têm funcionado na base do cheque em branco: quando você vota, dá à candidata ou candidato um cheque em branco assinado por você, e os eleitos vão para a função do Estado e fazem o que querem em nome dos eleitores, sem mais consultá-los. Um francês brilhante, no fim do Terceiro Império, aconselhou a nobreza a abrir mão da sua posição

de nobreza e adotar o voto direto, ele dizia algo assim: “Porque não adotar o sufrágio direto se a gente pode fazer a população votar em nós, e então continuamos governando em nome deles e não mais apenas em nosso nome?”

O outro grupo da humanidade é o que acha que a maioria absoluta de seres humanos tem o potencial de autogestão do seu próprio desenvolvimento, da sua própria existência individual e coletiva. Este grupo enseja por um modo de governança participativo, horizontal, não patriarcal nem hierárquico, para o qual cada cidadã e cidadão deve ser educado desde a infância. Percebo, com minhas andanças pelo Brasil e pelo mundo, um número crescente de pessoas que elegem essa segunda visão, anunciando desde já o caráter libertador desta transição, a opção por um novo paradigma, que eu chamo, com Humberto Maturana, de “matrístico”.

Uma breve observação sobre o Brasil de agora. Nós estamos diante dessa crise gravíssima, que não tem horizonte para ser superada. O que interessa olhar é quem são os atores, qual é o papel deles. Por detrás das figuras Michel Temer, José Serra, Fernando Henrique Cardoso, PSDB e outros partidos de direita, a gente vê configurada uma nova direita que quer puxar a história para trás com um projeto neoliberal. É claro que vários de nós têm falado que é um projeto arcaico, mas infelizmente, não é tanto assim, ele é muito atual. O mundo capitalista inteiro está embarcado no neoliberalismo, está lutando contra as regulações do Estado, a crise financeira de 2008 não motivou nenhuma mudança estrutural do sistema financeiro global, can-

celando os instrumentos especulativos que abundam na arquitetura financeira global, proscrevendo os refúgios fiscais e eliminando aquilo que facilita e estimula a sonegação fiscal, que aflige quase todos os países capitalistas, e tomando outras iniciativas que desmontem as megacorporações bancárias e financeiras. Tudo que gerou a crise anterior continua de pé, o que faz que o próximo colapso financeiro global seja mais uma crise anunciada, com um agravante: se na época, havia fundos públicos para compensar o desastre do setor privado, na próxima crise não, estes fundos não mais estarão disponíveis, porque praticamente todos os governos do mundo, inclusive os do hemisfério Norte e inclusive a China, que é hoje o maior credor, estão seriamente endividados.

Essa nova direita é o grande desafio para nós. Esta nova direita não se importa se ela é ou não representativa. É importante a gente lembrar, não há democracia real no país, é a ditadura do capital. E essa ditadura do capital tem como atores principais do poder político a corporatocracia, o bloco histórico do grande capital de base nacional e estrangeira. É essa grande burguesia globalizada que está manipulando o que está acontecendo hoje com um projeto de consolidar-se no poder, sem intermediários. Esse poder se reúne com os outros poderes no Fórum Econômico Mundial, no Grupo de Bildenbergl e noutros espaços onde a alta burguesia planeja e conspira a fim de continuar controlando o mundo.

Continuemos examinando o nosso desafio. Pode cair Michel Temer, pode cair FHC, vai cair o Serra que está incriminado

até o nariz; também vão cair outros deles, e eles vão colocar outra gente. A pergunta, quem seria essa outra gente? Quem está com mais poder atualmente? E quem está empurrando esse projeto com grande vigor? É o Judiciário, é o Ministério Público, é a Polícia Federal e a Rede Globo, que é talvez, a inteligência por trás desse projeto. O procurador geral Rodrigo Janot é um líder desse projeto, e é possível que ele pretenda fazer cair esse governo e fazer uma eleição e lançar “um candidato jovem, dinâmico e com um bom potencial de perfil popular”, que se possa melhorar através da mídia para ser o novo presidente. E ele já está nomeado: o juiz de primeira instância, Sergio Moro. É. Essa para mim é uma tendência provável.

Uma pergunta que fica em aberto: e as Forças Armadas? Elas têm que ter um papel. Suas lideranças, em grande parte, estariam participando da grande conspiração para derrubar o governo eleito de Dilma Rousseff e consolidar o poder neoliberal nesse país. E, suspeitamos, estariam dispostas a intervir militarmente para manter a “estabilidade”, que se traduz no *status quo* ou, em linguagem mais atual, no *business as usual*.

Outras dimensões do agora são a América Latina, a ascensão das direitas na Europa, e a disputa eleitoral nos EUA. Estamos vendo um momento de declínio de uma década inteira ou mais de uma década de governos populistas, populares, que tinham ou têm um projeto relativamente autônomo dos Estados Unidos e que, durante esse tempo todo, fizeram bastante bem ao continente. Então, caindo esses governos ou metamorfoseando esses

governos em aliados dos Estados Unidos e das forças do Império do capital, a tendência é termos um grande retrocesso no continente, subordinando-o outra vez aos interesses predadores do grande capital.

Falemos, enfim, sobre a autocrítica em relação às posturas das esquerdas frente aos governos Lula e Dilma. Uma das principais expectativas era que os dois governos pelo menos fizessem uma defesa aberta e firme da soberania e dos interesses nacionais, que fossem menos permeáveis à ganância das transnacionais, que se opusessem com mais coragem ao domínio da potência estadunidense no continente. Isso ocorreu, mas de forma tibia e inconsistente. Esperava-se também que eles fortalecessem a aliança de povos da América do Sul, através da tessitura de relações solidárias entre esses povos, o que também ocorreu, mas só parcial e superficialmente. Uma das lacunas é a debilidade do compromisso do Brasil com o Banco do Sul, a UNASUL e, desejavelmente, a ALBA. Os ditos governos se comprometeram apenas na medida em que podiam ter um papel dominante e hegemônico dentro desses espaços, e não com uma postura igualitária e fraternal em relação aos outros povos da América Latina e Caribe, nem com um projeto de real autonomia da América Latina a fim de torná-la um bloco histórico sinérgico que se edifica, enfim, como sujeito de sua própria história e de um desenvolvimento próprio, soberano, democrático, solidário e sustentável.

Então, estamos correndo o risco de a América Latina novamente continuar perpetuando sua posição subalterna em relação aos Estados Unidos, à União

Europeia e, cada vez mais, aos interesses da China. Enquanto isto, assistimos a uma espécie de colapso crescente dos Estados Unidos como nação, com profundas desigualdades de renda e riqueza, com insatisfações sociais crescentes e extrema violência. O último massacre em massa é um exemplo, e está tomando 90% do tempo da mídia americana. Os massacres frequentes e indiscriminados revelam uma doença social profunda. É uma sociedade altamente enferma, onde aparecem monstros como esses que estão assassinando, gratuitamente, pessoas sem qualquer vinculação com nada, por mero ódio, por mero... é um paroxismo da loucura e da alienação em relação a quem somos nós, seres humanos. Então, aparece uma figura como Bernie Sanders com uma candidatura corajosa, lançando a proposta de uma revolução política, que só seria viável com uma revolução também econômica e cultural – e ele já introduziu o cultural, o fato de ele ter feito uma campanha que mostra na prática, com coerência, aquilo que ele está propondo: não recebeu um tostão de empresa nenhuma, foi todo financiado por seus apoiadores, e a média do financiamento foi 27 dólares, a média, total, 27 dólares por pessoa. Eu também contribuí daqui do Brasil, porque o que acontece lá influi aqui, e influi na América Latina inteira. Este é um exemplo de como uma pessoa com uma brilhante e corajosa postura é capaz de carrear milhões e milhões de jovens, de mulheres, de negros, de minorias e de brancos conscientes para um projeto de mudança nos Estados Unidos. Eu não vou elaborar, mas ele aparece

pela esquerda, ameaçando a candidatura nada inovadora de Hillary Clinton, e o Trump pela direita, rejeitado por grande número de membros do seu próprio partido. E mais a candidatura crítica de Jill Stein, do Partido Verde dos EUA, com um projeto inovador de mudança. Todos eles revelam que se inicia uma fratura do monolito que é a política bipartidária, retrógrada e antidemocrática, dos Estados Unidos. É um sinal de esperança.

Visão estratégica

A visão estratégica nos permite sair do aqui-e-agora e olhar adiante: precisamos de um projeto de humanidade, de economia, de sociedade e de ser humano que seja um holofote nos guiando na nossa caminhada, iluminando o caminho que temos que abrir com os nossos próprios passos.

Então, essa visão aparece no título do nosso encontro: a visão do bem viver, do bom viver que nos chega dos vários povos indígenas do continente, não apenas dos povos originários dos Andes, mas também do Brasil. Esta visão quebra o conceito linear de tempo do Ocidente, porque vê o aqui-e-agora como uma condensação do que foi o passado e do que pode ser o futuro. Então, é aqui-e-agora que a gente tem que estar bem. E quem é que tem que estar bem? Todos e todas que fazem parte da nossa comunidade e da nossa sociedade, e não apenas uma pequena fração dela. Essa visão do bem viver se completa com a visão de uma sociedade organizada para a felicidade humana.

É o caso do pequeno país do Himalaia,

o Butão. Estive lá em novembro de 2015, tendo trabalhado cerca de dez anos com o conceito de felicidade e o conjunto dos indicadores do FIB – Felicidade Interna Bruta. Essa mudança de indicadores para medir a riqueza é bem vinda. E ela parte de uma nova premissa sobre o que é riqueza. Ontem Renata Pistelli nos disse que é preciso ver a riqueza como uma multiplicidade de coisas materiais e imateriais relacionadas com o bom viver humano, e não só riqueza material ou monetária. Ao adotarem nove critérios gerais de vida boa e felicidade, e ao criarem uma série de indicadores em cada um para medir o bom viver, a felicidade ou a carência deles, permitiu que colocassem na pauta do planejamento econômico e social do país os recursos e as estratégias necessários para preencher as lacunas de bom viver e felicidade. E ao fazer isso sistematicamente, cada cinco anos, o Butão passou a orientar a economia para o bom viver de toda a população e não para a acumulação privada de bens materiais. No contexto de outro movimento, que chamamos Nação Pachamama, também tenho dialogado com amigos de povos originários dos Andes, de quem herdamos a filosofia do bom viver. Eles rejeitam o *crescimentismo* ocidental capitalista – a ideologia do crescimento econômico ilimitado, e da ambição do TER sempre mais. Esses povos vivem o conceito do bom viver como direito de cada um e de todos, e como vida sóbria, que é boa quando associa abundância ao suficiente, em termos materiais, e abre espaço para o desenvolvimento das dimensões superiores do ser humano no espaço da comunidade.

Desafios da transição

Ficar pensando só no macro achando que não temos o que fazer no nosso dia a dia é insuficiente.

A mudança tem que vir de baixo para cima, esse é o grande rompimento do paradigma dominante. O paradigma dominante é egocêntrico, antropocêntrico, tecnocrático e nós temos que revirar isso. Isso significa nos colocarmos humildemente ao lado de todas as outras formas de vida que existem tanto na Terra como no cosmos, e não acima delas! É preciso superar essa ilusão do eu-sem-nós e também, a ilusão inversa, que foi criada nos socialismos ditos reais, que é nós-sem-eu, como se o coletivo fosse o absoluto e o ser humano não contasse como pessoa. O novo está em colocar aquilo que a Débora tem falado desde o dia de ontem, que é o eu-e-nós ao mesmo tempo.

Este é, ao mesmo tempo, o grande pulo do gato, a ideia de a gente caminhar no fio da navalha. Se escorrego para um lado cai no extremo idealista ou no impositivo desumanizador, se escorrego para o outro, é o outro extremo. Eu, de um lado, e nós, do outro... O caminho do meio é lá em cima, eu e nós ao mesmo tempo. Matéria e espírito, democracia, ditadura. Aqui em cima tem um caminho do meio, que é reverter, transformar o conceito de comando ou controle no conceito de serviço e apoio; em vez de privilégio, colocar o meu mandato de autoridade seja numa sala de aula, seja no governo de um país, na mão de seus beneficiários, que eles acompanhem e controlem o meu agir. E se não estou preenchendo

as suas expectativas, que eles possam me remover dali, que minha autoridade seja gerada pela minha postura, pelo meu exemplo e testemunho, pela congruência entre minhas ações e minhas palavras, e não por qualquer elemento de coerção. E aí a gente vê o outro lado da história, o trabalho que nós temos de promover essa ideia, esse projeto de autogestão individual e coletivo.

A questão metodológica da transição abrange o curto, médio e longo prazos, e a simultaneidade dos desafios com que se deparam aquelas e aqueles que escolhem atuar pela transformação. Trata-se de agir em três frentes simultâneas: 1) Pesquisa crítica e a denúncia sistemática dos *fatores* que geram e perpetuam a pobreza, as desigualdades sociais e a alienação em relação a mim e à sociedade a que pertenço. 2) Pressão sobre os centros de poder e o sistema jurídico por políticas e leis que melhorem as condições de vida da maioria que vive do seu trabalho, garantam o respeito aos seus direitos e imponham limites aos detentores do poder econômico, político e cultural, numa perspectiva de crescentes liberdades pessoais, comunitárias e sociais. 3) Criação de iniciativas que anunciam uma nova cultura e civilização, novas relações e novas práticas de socioeconomia, de política, de cultura e de relações pessoais e interpessoais. Cito alguns movimentos inovadores – Economia Social Solidária, Ecovilas, Cidades em Transição, Cidades Sustentáveis, Diálogos em Humanidade. É no campo das inovações que situo o desafio da construção fractal de comunidades intencionais. Fractal porque a ideia é reconstruir um projeto nacio-

nal e um projeto planetário de cidadania ativa a partir da base que são comunidades intencionais autogestionárias e solidárias, conformando outros níveis a partir deste, seguindo a mesma lógica da transparência, da partilha do poder, da subsidiariedade e da solidariedade. Chamamos este processo de globalização solidária, de baixo para cima.

Novo paradigma com duas dimensões interligadas e interdependentes: uma, transformação pessoal, ou seja, transformação interior de cada uma e cada um de nós; a outra, transformação social, exterior, das instituições e das relações com o outro, a sociedade e natureza. No caso do nosso interior, nos conscientizarmos de quem somos é fundamental – corpo, mente, coração, psique e espírito. Aprender a gerir o nosso próprio ser, a nos conhecermos, a gerir, de forma harmônica e criativa, o desenvolvimento dessas cinco dimensões de nós mesmos. Na Unipaz – Universidade Internacional da Paz, no Programa Educação Gaia, e noutros espaços, temos promovido cursos continuamente, articulando criativamente a aprendizagem do desenvolvimento destas diferentes dimensões de nós, e das esferas pessoal, interpessoal e social. Infelizmente, isso não está na maioria das escolas, nem nos currículos escolares. Alguns elementos para um currículo inovador são: aprender a ser o autogestor da minha saúde e da minha educação, como ser humano integral que sou; participar da gestão de todos os espaços coletivos a que eu pertenço, começando com a minha família e minha comunidade mais próxima; que modo de gestão adotar, como compartilhar – em

vez de concentrar – o poder, como usar o poder como instrumento de ajudar o outro a se empoderar. Recomendo que leiam *A Arte Cavalheiresca do Arqueiro Zen*, cujo tema de fundo é como se empoderar para a autogestão do seu próprio desenvolvimento, não só enquanto arqueiro, mas enquanto pessoa.

A última dimensão fundamental que desejo tratar aqui tem a ver com atitudes a tomar para SER a transformação que desejamos para o Brasil e a humanidade. Existem três atitudes fundamentais sem as quais não haverá novo paradigma. A primeira é a *autoestima*. Sem que eu me ame, não posso amar o outro. “Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a mim mesmo.” Nunca na minha formação religiosa eu tive qualquer reflexão orientada sobre o que é isso! Que quer dizer “como a mim mesmo”? Seria o egoísmo, a autoimportância? Não. É eu me amar porque eu sou o templo da vida, sou uma manifestação do divino na matéria, sou a aventura do divino na matéria. Por isso, eu tenho valor e dignidade imensas. Com autoestima posso estar enraizado em mim, e assim posso oferecer

amor ao outro sem senti-lo como ameaça, mas sim como irmão. E aí, amar o outro se torna um acréscimo, tudo o que eu der ao outro vou receber de volta na forma de reciprocidade voluntária. Reconhecer no outro o mesmo valor e dignidade, o mesmo potencial de tornar-se sujeito de si e do seu próprio desenvolvimento é ter humildade. A outra atitude seminal é a da gratuidade: dar sem esperar retorno, sem criar obrigação ou dívida. É o que constitui o **amor incondicional**. Há uma lei misteriosa da vida: à medida que a gente dá com gratuidade, a gente recebe.

Então com essas três: autoestima, humildade e gratuidade, a gente constrói um modo de ser cuja atitude essencial é a do amor incondicional a ser praticado em casa, na comunidade e em todas as relações que compõem minha vida. Esse é o novo paradigma, essa é a mudança radical que vai dar à luz a nova civilização. A partir disso, a gente estende esta prática para os espaços da comunidade, do município, do bioma, do estado, do país e do continente, do globo terrestre. Cidadania planetária, este é o grande foco da Débora Nunes, como ela poderá nos apresentar em sua fala a seguir.

O agora, a visão estratégica e a transição - 2¹

Débora Nunes²

Bom dia, gente. Sim, Marcos, obrigada, quero mesmo conversar sobre cidadania planetária com vocês, sobre novos paradigmas e novos modelos políticos, dando prosseguimento à sua abordagem. De cara quero dizer que pretendo tentar fazê-lo de um modo mais descritivo, que é um modo de ver o mundo mais enraizado no real. Observem que, em discussões intelectuais, acaba-se favorecendo muito a abordagem analítica das coisas, nossa interpretação sobre o mundo, e não a descrição do mundo como ele é, que parece coisa menos importante. Eu vou tentar me policiar para equilibrar uma abordagem descritiva com a analítica, e com isso tentar uma aproximação mais complementar, como pedem os novos paradigmas, que são o mote desse encontro. Algo como aliar o yin e o yang, o feminino (mais enraizado, mais terra) e o masculino

(mais abstrato, mais céu), como propõe a abordagem ecológica, quântica, sistêmica, orgânica holística, “matrística”, como falou Marcos citando Humberto Maturana, ou como se quiser chamar os novos paradigmas.

Trago, portanto, para vocês, a experiência de alguns coletivos dos quais faço parte, e de um particularmente, os Diálogos em Humanidade, uma rede internacional da qual Marcos também participa e que aborda a questão do poder cidadão. Nesses coletivos nos propomos a viver, em nossa prática individual e coletiva, esses novos paradigmas, essa lógica na qual se percebe que o que faço aqui e agora tem grande interferência no mundo. Temos consciência de que os modelos políticos que estão sendo vividos hoje são fruto das práticas majoritárias atuais, não apenas das práticas políticas, mas do campo cultural em que estamos inseridos. Percebemos, portanto, que,

(1) Exposição feita no seminário “Novos paradigmas: rumo ao bem viver”, em junho de 2016.

(2) Débora Nunes é fundadora da Escola de Sustentabilidade Integral, autora de vários livros nos campos da democracia participativa, da economia solidária e da transição ecológica, membro da rede internacional Diálogos em humanidade e de outras redes cidadãs e professora doutora da Universidade do Estado da Bahia.

ao inovarmos em nossos coletivos e em nossas práticas cotidianas, estamos influenciando o mundo, mudando culturas, fazendo a nossa parte. Não sei se vocês conhecem o filme *O ativista quântico*, no qual o grande físico Amit Gozwami afirma que todas as nossas ações, pensamentos, sentimentos são políticos e constituem a grande teia universal da existência que modela o mundo... É por aí...

A visão transformadora dos novos paradigmas

Então, de um lado, temos isso que vimos destacado nesse filme: a dinâmica dos interesses poderosos que têm domínio muito significativo sobre como o mundo funciona. Por outro lado, temos dinâmicas sutis que também interferem no mundo e são pouco integradas. Por exemplo, a percepção de que há também em nós, em cada um de nós, o mesmo tipo de barbárie que motiva outros seres humanos que estão nestes sistemas de controle de dominação. Se, além de combatermos essas estruturas dominantes, trabalharmos também o que há em nós, em nossos sentimentos e práticas, que sustentam essas estruturas, estaremos fazendo política de modo mais rico, mais integral e mais eficiente.

Claro que, em nós, em gente que se interessa pela transformação do mundo, que não está o tempo todo focado no próprio umbigo, essa “barbárie” da competição e do egocentrismo é amenizada, mas não desaparece. Entendemos que o grande foco, o grande eixo que move essa barbárie é acharmos que somos o centro

do mundo. O capitalismo financeiro, por exemplo, acha que é o centro do mundo, que tem direito de dominar o mundo, e com isso eles se permitem fazê-lo. No nosso caso, cada um de nós, nas ações cotidianas e nas nossas ações políticas, tende a se focar excessivamente no seu próprio ponto de vista. Como disse Marcos Arruda, nem sempre se entende o outro como um enriquecimento, como um parceiro de destino, mas às vezes como uma ameaça. E não estou falando de disputas entre nós e aqueles que defendem o capitalismo, ou defendem golpes institucionais, por exemplo. Estou falando entre nós mesmos, que temos uma visão próxima de mundo, mas que disputamos as filigranas do que nos diferencia, ao invés de celebrarmos, ao mesmo tempo, a imensidão de aspectos que nos aproximam.

Observando esses grupos que integram em suas práticas a busca da coerência entre o que se diz e o que se faz, eu fiz parte de uma bela experiência, que foi escrever o livro *Os novos coletivos cidadãos*, com Ivan Maltcheff. Esse livro foi escrito por um homem e uma mulher, uma mulher do sul e um homem do norte, um homem que trabalha prioritariamente com empresas e uma mulher que trabalha exclusivamente com coletivos cidadãos. Ivan e eu aceitamos a tarefa de integrar as diferenças como riquezas, de refletirmos a partir de diferentes contextos, buscando o que caracteriza esses coletivos que estão por toda parte. E foi olhando-os de modo cuidadoso, foi checando isso com nossas próprias práticas, que conseguimos identificar conceitos que se resumem na famosa frase de Gandhi: “Nós

precisamos ser aquele mundo que queremos ver". A novidade, portanto, é a busca da coerência como eixo transformador da ação política no campo dos que buscam um mundo mais justo, ecológico e democrático, conectando forma e conteúdo na ação política.

Para comparar os novos coletivos com os movimentos sociais mais tradicionais, observemos as lutas sem tréguas entre tendências de esquerda, por exemplo. Essas mesmas lutas que já nos enfraqueceram tanto na lida política e que já nos machucaram tanto no campo pessoal. Nós não estamos livres de uma ação competitiva, da busca da dominação dos nossos pontos de vista, do propósito de "esmagar" o outro. Aqueles que têm consciência de suas sombras egoicas e que integram uma busca de evolução pessoal e coletiva nas suas práticas e nos seus projetos políticos percebem isso. A esses nós chamamos de "novos coletivos e cidadãos". É importante que seja dito que existe, inclusive, no ambiente empresarial, empresários – e particularmente empresárias – que entendem que a sua missão no mundo é uma missão transformadora. Por estranho que possa parecer para nós das organizações da sociedade civil (que nos colocamos muitas vezes de um lado, tendo o mundo empresarial do outro lado) não dá pra deixar de ver que estão ocorrendo transformações por todos os lados. Claro que é muito mais fácil, no mundo empresarial, você ser cooptado por essa ideia do poder e de dominação, mas há cada vez mais pessoas buscando coerência na sua existência, sentido para a vida, verdade em suas práticas.

Esse movimento de busca de coerên-

cia é uma expressão do fortalecimento dos novos paradigmas de entendimento do mundo e tem a ver com uma percepção maior da interdependência, da grande teia em que estamos envolvidos, tanto material quanto sutil. Infelizmente eu não vou ter tempo de desenvolver isso, mas o entendimento da interdependência é uma das bases dos novos paradigmas científicos. Podemos evocar a biologia sistêmica, dos campos mórficos; a física quântica; a psicologia junguiana e outras que entendem que existem não só a matéria definindo as nossas práticas, não só nossas experiências históricas, mas um inconsciente coletivo, as constelações que nós formamos quando estamos juntos, o campo energético que a gente constrói até com as nossas palavras, mas também com a energia vital que emanamos, assim como nos nossos hábitos. Permitam-me dizer que desenvolvemos mais essas ideias no livro que citei e que está disponível gratuitamente pela internet, assim como no meu blog Débora Nunes (cirandas.net/deboranunes), na plataforma solidária "cirandas".

Para quem está mergulhado em um modo cartesiano de pensar, não é fácil imaginar que existem mais influências para definir o mundo do que as influências materiais, que existe mais responsabilidade em nós mesmos nos destinos do mundo do que pensamos. Quando imaginamos que o mundo está sendo modelado por forças econômicas e políticas muito mais poderosas que nós, sentimos-nos exaustos. Sim, isso é fato, mas é apenas UM lado da história. Em nosso campo, para além do combate a essas forças de dominação e a busca de construção de ex-

periências de libertação, de solidariedade e de sustentabilidade, há todo um campo de influências que são imateriais. No campo sutil, se eu reforço a competição do mundo com minha própria competição em meu meio, se eu reforço a dominação com minhas diferentes formas de dominar, etc. eu estou colaborando energeticamente, ou no campo informacional, com as forças do mundo que eu quero superar.

Então, há toda uma lógica paradigmática que conforma o mundo e da qual eu faço parte e sou corresponsável, mesmo criticando-a. Fritjof Capra tem um trabalho, que respeito muito, de tentar elucidar as diferenças entre os novos e o velho paradigma e de mostrar as diferenças de visão de mundo e de valores entre os dois paradigmas. Por exemplo: os valores do velho paradigma cartesiano mecanicista pretendem que na organização do mundo existe sempre uma hierarquia, uma verdade única, um mando, um poder central. Os valores dos novos paradigmas apontam para uma lógica de parceria, de coconstrução, de responsabilidade compartilhada e de inclusão da diferença.

O velho paradigma foca em uma lógica de curto prazo, enquanto os novos buscam olhar o longo prazo, as gerações, os processos históricos, os processos da natureza. Situar-se no cosmos, na história, no processo de evolução humana é uma maneira também de entendermos as possibilidades, mas também os limites de nossa atuação política individual e coletiva. A partir dos valores diferentes, as lógicas de ação dos dois paradigmas também são diferentes: passa-se, por exemplo, de uma lógica de competição para uma lógica de coopera-

ção; de uma lógica de priorizar a quantidade, de focar na mensuração, nos números para uma lógica de qualidade. Pode-se evoluir aí discutindo essas diferenças, mas quero destacar uma que é fundamental: sair da ideia de que os fins justificam os meios para a ideia de que é no caminho que a gente faz o fim e se no caminho a gente se desvia do fim buscado, no final não teremos aquilo que a gente quis construir. A coerência é portanto a palavra chave, para mim, dos novos modelos de atuar politicamente e de construir o futuro.

A transição nos processos de engajamento: ter a coerência como norteadora

Em termos concretos, posso citar a experiência política da rede Diálogos em Humanidade, na qual esse ponto é vital: o processo é tão importante quanto os fins. Ao observarmos a experiência militante da esquerda, seja na França de Mitterrand, seja no Brasil de Lula, ou em tantos outros lugares, podemos ver nossas ideias desmoronarem, sendo cooptadas pelo sistema existente, quando colocamos os objetivos como mais importantes que os meios. Então, a rede Diálogos começou quando começamos a nos perguntar: "Que barbárie é essa que existe em nós próprios, que quando a gente chega ao poder, muitos de nós se deixam cooptar, ser instrumento desse outro paradigma que a gente combatia?". Como podemos combater em nós mesmos a ânsia de poder que atribuímos aos outros? Como deixar de nos imaginar como A solução e passar efetivamente a coconstruir os cami-

nhos de mudança? Como atuar pra fazer aqui e agora a diferença na política, criando modelos menos hierárquicos, mais colaborativos, com visão de longo prazo?

Na nossa estratégia da rede Diálogos tentamos passar de uma lógica de crescimento e expansão para a integração da lógica do cuidado e de conservação da nossa própria rede. É aí que a gente entra na abordagem feminina dos novos paradigmas, a lógica feminina do cuidado, a lógica feminina da preservação, da manutenção do cotidiano, das pequenas ações reais. Então, sair de um mundo patriarcal para um mundo equilibrado, onde homens e mulheres tenham poderes, visões de mundo compartilhadas, formas de agir entendidas como complementares. Acontece que nós vivemos num mundo patriarcal, então, valorizar as práticas femininas num primeiro tempo, para ajudar a humanidade a se equilibrar, é muito importante. Só não se pode cair no extremo oposto de criticar tudo que é tipicamente yang, tudo que é tipicamente masculino, mesmo que a gente saiba que há mulheres muito yangs e há homens muito yins. Será que equilibrar essas duas forças que constroem a natureza, o masculino e o feminino, a luz e a sombra, o material e o imaterial, a terra e o céu, podem fazer parte da nossa busca cotidiana? Do nosso compromisso político?

Continuando: dentro da lógica ecológica e sistêmica, esses novos coletivos entendem que eles precisam praticar aquilo que nós chamamos de "liderança de serviço", ou liderança circular, e que quer dizer também corresponsabilidade. Nós lutamos contra um poder centralizado, porque ele é instrumento de domina-

ção, mas o poder não é só isso. O poder é uma responsabilidade e se submeter a um poder é uma forma de desresponsabilização. Então, nos novos coletivos, a ideia de circular a liderança faz com que a gente deixe de sobrecarregar alguns que estão à frente para trabalhar com maior partilha de responsabilidades. Isso implica em dividir tanto o poder quanto o encargo, o que vem a dar um descanso a todo mundo e a empoderar os que se sentem menos capazes de assumir responsabilidades.

Ao nos questionarmos, todos nós envolvidos em processos de engajamento, sobre por que estamos sempre com a agenda cheia, com pouco tempo para pensar, sem tempo para cuidar de si, para meditar, sem tempo para ser, o que vemos? Será que nossa responsabilidade, inclusive intelectual, de inspirar as pessoas, de organizar processos transformadores, tem que nos sobrecarregar, ou será que ela está se tornando também um meio de afirmação pessoal, ou nos afastando de problemas em outras esferas de nossa vida? Então como é que a gente inverte isso e tenta agir individual e coletivamente de outro modo? A resposta que os novos coletivos cidadãos vêm encontrando é a partilha de responsabilidades, é a percepção do engajamento como processo e a renúncia à busca da perfeição, é não fazer do engajamento, da luta política, o centro das nossas vidas, o meio mais importante de nos sentirmos valorizados. Se fazemos isso, tendemos a achar que só nós podemos fazer e bloqueando, de certa forma, o empoderamento de outros, o surgimento de novas lideranças, e de novos modos de fazer a luta política.

Então, a gente tenta o tempo todo ter relações mais horizontais e com responsabilidade compartilhada segundo os talentos e experiências de cada um/a. Portanto, se cada pessoa tem talentos e experiências a dar ao coletivo, não é preciso que cada um de nós seja ao mesmo tempo, quem organiza as reuniões, quem fala nas conferências, quem pensa no futuro, quem escreve os documentos... Os novos coletivos buscam a partilha, portanto o empoderamento e a corresponsabilidade, inclusive abrindo espaços para as novas gerações. Se alguns estão sobrecarregados porque têm muita experiência, mais formação, mais contatos e fazem tudo, além de se prejudicarem pessoalmente, impedem que os outros se desenvolvam no processo. Então, baixar o nível de angústia de que as coisas sejam perfeitas e que sejam “do seu jeito”, parar de ter esse foco de “eu faço isso melhor” e evitar que a militância, o engajamento político, seja o centro de nossas vidas. Isso não é sadio, nem pra nós, nem para o coletivo. Assim, instaurar a dinâmica renovadora da liderança circular, na qual uma pessoa que hoje lidera algo, amanhã é liderada, significa partilhar responsabilidades e incluir mais e mais novos talentos.

Outro aspecto importante da renovação das práticas políticas é a valorização daqueles talentos “de bastidores”, muito femininos, geralmente, e que, por não estarem no “palco” da atividade engajada, são pouco valorizados. Em uma lógica de processo, os bastidores das organizações são tão importantes quanto seus objetivos gerais. Isso é algo que tem sido percebido na rede Diálogos em Humanidade, na medida em que tentamos incluir nos

processos políticos coletivos o tempo do convívio, o tempo do cuidado, o tempo de partilha sem pressa, o tempo da meditação. As pessoas que preparam momentos informais de contatos, que traduzem falas, que recebem convidados, que cozinham, elas têm um saber sobre como organizar, como facilitar as conversas e a descontração. Sem elas, os processos também não aconteceriam em termos de valorização das relações interpessoais. Como é que nós as empoderamos e como é que trazemos esse poder para o “palco”?

Como multiplicar o tempo para permitir tudo isso? Como se diz por aí, “tempo é questão de prioridade” e nós buscamos partilhar as tarefas para que o tempo possa render e possamos viver nosso engajamento político de forma mais prazerosa. Essa abordagem entra naquilo que Marcos estava falando, é que a alegria de cada um precisa ser preservada na prática dos novos coletivos cidadãos. A alegria, segundo Jung, é o grande indicador se a gente está cumprindo a nossa missão de vida, ou não. Um indivíduo que “engole sapos” o tempo todo em seu engajamento, que não está sendo aproveitado em seus maiores talentos, uma pessoa que faz tudo no coletivo “por obrigação”, não pode ser feliz. E um coletivo triste, um coletivo que não curte estar junto, que não se alegra no encontro é um coletivo que não está construindo hoje o mundo de amanhã. Por isso falamos na rede Diálogos de “política na amizade”, valorizar a amizade como inspiração maior do estar juntos, do fazer juntos e entendê-la como inspiradora de novas relações políticas, e não apenas como uma dinâmica pessoal.

A amizade tem duas características fundamentais que podem ser pano de fundo para os processos políticos, sobretudo na convivência de pessoas, grupos e movimentos no campo progressista: de um lado, os amigos são cúmplices, um está ao lado do outro, do amigo, da amiga, sobretudo em público. Porém, ao mesmo tempo, você não aceita que ele ou ela não seja o melhor que você sabe que a pessoa é; você exige do seu amigo o melhor de si, na intimidade você “puxa a orelha” quando a pessoa faz bobagem, você é exigente. Confiança, cumplicidade e exigência, essas coisas podem ser inspiradoras da lógica política. Porque a política tem que se inspirar na inimidade? Por que aceitamos no ambiente das esquerdas, por exemplo, tanta desconfiança, tantos maus tratos entre pessoas do mesmo campo político, tanta dificuldade de agir de forma unitária? E isso a gente tenta praticar e interiorizar: como é que nossas experiências na rede Diálogos podem inspirar a política? Eu vou tentar, no final, ser mais direta e propositiva em termos de sistemas políticos baseados nos novos paradigmas.

Então, o compromisso com a coerência nos parece ser o caminho para evitar que fortaleçamos sem querer o sistema que combatemos e que, ao focarmos nos fins de nossa luta acabemos por ser cooptados, no mais das vezes, sem sequer perceber. Entender que estamos imersos nesse sistema que a gente combate, que incorporamos sem querer a competição, a hierarquia, os egos descompensados e integrarmos o ato de nos observar, enquanto indivíduos e enquanto grupos, em ação. Então, os novos coletivos cidadãos enten-

dem que o modo como se organizam precisa favorecer novas atitudes, os modos pelos quais realizam os objetivos pretendidos já são parte de sua contribuição ao mundo. Entendem, sobretudo, que a mudança de cada um interfere no todo e que o autoconhecimento é uma mola propulsora da transformação pessoal e, portanto, da transformação geral. A isso chamamos de articulação entre “transformações pessoais e transformações coletivas”.

É importante aprofundar um pouco mais a questão, o estudo do ego, que chamamos, na rede Diálogos, por inspiração do nosso amigo filósofo Patrick Viveret, de “egologia”. Ao fazer um trocadilho com ecologia, observamos que o ego tem uma compulsão pela autossatisfação e tende a ser consumista, de objetos, de aplausos, de espaços, de atenção. Se de um lado o ego precisa ser celebrado, já que ele nos permite uma identidade individual no mundo, ele é, por outro lado, muito sedutor e pode nos controlar. Para não ficarmos presos, é importante ter um ambiente coletivo no qual um controla os excessos do ego do outro, porque esses excessos são humanos, naturais. O coletivo torna-se assim uma força ao ser cúmplice do nosso próprio desenvolvimento pessoal. Com os egos mais controlados, é mais fácil partilhar decisões, realizar coisas juntos, pois a competição exagerada vem, de modo geral, de egos descontrolados.

Outro aspecto de inovação da organização da ação coletiva é a mobilização de outras inteligências que não apenas a racional, e, portanto, buscamos mobilizar também a inteligência do corpo e a do coração, que complementam a capacidade

de entendimento e ação. Há outras forças humanas que precisam ser mobilizadas na nossa ação coletiva para favorecer a coerência, a cooperação e a criação de outras formas de fazer política. Muitas novas metodologias de trabalho coletivo se baseiam nessas múltiplas inteligências, como é o caso do *dragon dreaming*. Essa é uma metodologia oriunda de práticas tribais que propõe que a gente precisa começar sonhando juntos, depois planejar o fazer, em seguida realizar juntos e celebrar o realizado.

No nosso ambiente de esquerda, é uma raridade a gente celebrar as pequenas conquistas, dar um tempo, parar o fazer e curtir o avanço. De modo geral, nossa prática é terrível do ponto de vista do “campo morfogenético”, ou seja daquele campo informacional que criamos também com nossas palavras e pensamentos. Observem como a gente tende a ficar se massacrando o tempo todo em cima do que a gente não conseguiu, do que não está dando certo, do que não é bom. Se sabemos que as palavras e os pensamentos também constroem o mundo, se a gente pensa que a palavra é uma força, cada vez que a gente olha e fala dos pequenos e grandes sucessos, do que deu certo, do que foi bom, a gente está reforçando a realidade desses aspectos. A física quântica e a biologia sistêmica nos mostram que o pensamento, as emoções, o inconsciente coletivo são parte da realidade, porém a gente não integra esse saber no nosso fazer, em nosso modo de nos organizar e perdemos uma força política imensa que está na dimensão sutil da existência.

Então, chegar a essa inteligência múltipla,

construir o ambiente para que ela se desenvolva, incluir a intuição, o silêncio, a meditação, se conectar de coração a coração, isso também é política, uma nova forma de ver e fazer política. Então, essas práticas coletivas de convívio, comer juntos, dançar e cantar, viajar juntos, fazer exercícios, meditação, rituais, tudo aquilo que está mobilizando outros tipos de inteligência para além de nossa capacidade analítica e racional, isso precisa ser incorporado como política. Não apenas porque é bom, porque é gostoso, porque a gente relaxa, mas porque nós queremos que o bem viver, o bom convívio se desenvolva mais e mais no mundo. A política que praticamos precisa da presença da arte, do humor, da festa, da amizade e não apenas do sacrifício, da luta, da disputa, que acabam por se interiorizar no nosso próprio campo dos que buscam a justiça e a cooperação.

Interdependência, inclusividade, incerteza

Para aprofundar isso que estou dizendo, vou entrar muito brevemente em algumas das bases paradigmáticas da compreensão holística do mundo. A ideia da interdependência, por exemplo, ela é central nas novas abordagens científicas. Nada existe sem estar conectado a todo o resto, inclusive, à distância. Dizer que o que a gente está fazendo aqui e agora está influenciando o resto do planeta, parece coisa esotérica, mas não é nem um pouco esotérico, isso é física quântica e a expressão correta para expressar esse fenômeno é “não localidade quântica”. A gente preci-

sa aprender a fazer isso melhor, aprender a se conectar, conectar nossas energias, nosso inconsciente e fazer disso uma força da transformação do mundo. Há explicações científicas para coisas que a gente percebe, mas que não são validadas pelo paradigma cartesiano mecanicista vigente, que pensa que tudo é matéria e relação imediata, local.

O “salto quântico” é outro exemplo do modo de funcionamento do mundo na lógica da física quântica: nem sempre os processos históricos vão num *continuum*... às vezes, por exemplo, na aparência, as forças conservadoras estão ganhando. Nos subterrâneos da sociedade, entretanto, no coração das pessoas, há coisas que estão mudando e de repente passa-se a outro patamar. Para o paradigma materialista e o senso comum uma grande virada é algo inexplicável, para a física quântica dá-se um salto quântico, perfeitamente explicável. O trabalho de formiguinha, não reconhecido, quando é feito por muitos em conexão com sua verdade interior, muitas vezes de forma desconectada entre indivíduos e redes, tende a favorecer os saltos históricos.

Os novos coletivos cidadãos buscam combinar a ação de combate e ação de construção de novas lógicas, e trabalham para cultivar a esperança, a solidariedade interpessoal, o bem viver aqui e agora. A força da dimensão não material, das conexões interpessoais não diretas a gente experimenta, a gente sabe que existe, particularmente as mulheres sentem que isso é verdade. Mas como isso não se explica pelo paradigma vigente no qual estamos imersos, isso parece não ser sério. Muitos

dizem “tudo isso é balela, isso não adianta nada porque no mundo da política é a força da grana, é a força das armas, que contam”. Sim, é verdade, o nível material conta muito, mas o mundo não é só isso, e a física quântica evidencia que toda a base da existência material é também energia e que essas duas dimensões se complementam, se alternam. Os elétrons são partículas, portanto matéria, e ondas, portanto energia, ao mesmo tempo, a depender dos instrumentos que usamos para observá-los.

Se os coletivos buscam apenas a elaboração de documentos, uma manifestação de rua, uma pesquisa, uma ação concreta de combate ao sistema, eles se limitam. Se ficamos só nisso, na dimensão material, entramos na mesma lógica materialista, na mesma perspectiva de guerra que o capital usa pra hegemonizar. Inovar na maneira de interagirmos entre nós é fazer política e um dos indicadores de que há um processo de conexão energética, que a dinâmica de engajamento está funcionando numa lógica integrativa se pode ver em reuniões, por exemplo. Quando a gente observa que um começa a falar, se referindo à fala do outro: “Eu queria começar a falar a partir do que disse fulano/a...”. Ao invés da lógica egóica de pedir pra falar pra afirmar sua verdade individual, mesmo repetindo o que já foi dito, você conecta seu pensamento ao pensamento do outro e é a partir do pensamento do outro que você evolui. Assim as reuniões não ficam enfadonhas, elas andam muito mais rápido e de forma mais prazerosa, porque as pessoas não precisam falar de novo o que já foi dito, elas se sentem realizadas pelo

fato de que o outro expressou o que queriam dizer. Se sentem gratas e vão adiante. Em termos de descrição dos novos paradigmas podemos dizer por esse exemplo que passamos de uma lógica autoafirmativa, egoica, para uma lógica integrativa, focada na inteligência coletiva.

Outro aspecto do engajamento “quântico” é quando saímos dos modelos únicos de funcionamento e buscamos formas variadas de existência. Os novos coletivos cidadãos buscam implicar todo tipo de instituição, todo tipo de engajamento, trabalho voluntário, trabalho profissional, para realizar seus objetivos. Eles buscam financiamento público, *crowdfunding*, financiamento privado, doações, gente de todo tipo, mistura de todas as lógicas, porque essa interdependência e essa diversidade fazem parte dos novos paradigmas. O paradigma quântico e ecológico se inspira na Natureza, então a gente está honrando a lógica da diversidade, da complementaridade, a lógica da vida, em vez de estarmos sempre “nós somos os bons, os outros são os errados, eles não prestam”. Infelizmente essa é a lógica da esquerda de um modo geral, inclusive entre si. Nossos objetivos podem ser genuinamente solidários e buscar os direitos humanos, mas muitos dos nossos atos continuam funcionando na mesma lógica egoica dos “capitalistas”...

Eu queria passar esses últimos cinco minutos tratando brevemente de dois temas delicados: dinheiro e conflitos. Os novos coletivos sabem que eles estão inseridos no mundo que funciona majoritariamente de uma forma com a qual discordamos, mas, como foi dito, sabem também que essa forma igualmente nos influencia.

Um exemplo eloquente é a forma como lidamos com o dinheiro, esse mesmo dinheiro, que, por ser o eixo do funcionamento do sistema capitalista, a gente diaboliza. Acontece que o dinheiro é energia de materialização, é energia de vida e tem que ser parte do nosso mundo engajado, entendido de outro modo. Os momentos de prestação de contas coletivos podem ser momentos ricos de honrar o dinheiro, mas mantê-lo em seu lugar, como instrumento de realização do nosso trabalho. O dinheiro não pode ser uma questão à parte, seu uso é um indicador das prioridades que estamos escolhendo, o domínio de sua existência não pode ser de poucos nas organizações, até porque isso cria desconfianças e mina nossos “bens” mais preciosos, como foi dito: a cumplicidade, a confiança e a exigência.

Outro aspecto fundamental da construção de novos modos de viver o engajamento político é o modo de lidar com o desacordo e o conflito. Se eles são encarados como uma riqueza em vez de se tentar impor um ponto de vista ou negar sua existência, sairemos ganhando. Evitar a discussão fraterna, ou calar e apontar por trás, com terceiros, aquilo com o que você não concorda é minar a energia do grupo. Com os coletivos se passa exatamente como com os casais: passar do apaixonamento para a aceitação dos limites, ao entendimento de que as pessoas são humanas, que têm coisas que não são bem o que a gente queria e se reenamorar, reconstruir e continuar juntos é a chave. Tem gente que passa de uma militância para outra, de uma causa para outra, e para outra, porque na hora em que vê que

as relações são humanas, que as pessoas e movimentos são cheios de defeitos, não suporta e passa a falar mal e a se afastar, fragilizando o processo todo.

Aí a saída também vem da lógica dos novos paradigmas, que é a inclusividade, o pensamento complexo, como diria Edgar Morin. Ao entendermos e aceitarmos a complexidade do mundo podemos dizer, “sim, tem o melhor mas tem o pior também”. Aprender a pensar no “e”, incluir possibilidades, não estar o tempo todo no “ou é isso ou é aquilo”, ou eu sou a favor, ou eu sou contra. Eu posso ser a favor e contra, a depender do aspecto, isso faz parte da complexidade do mundo. Essa perspectiva nos faz mais tolerantes e também nos faz ver a realidade de forma mais clara, pois ela não é preto e branco, ela tem muitos e muitos matizes de cor.

Para encarar o engajamento político em uma lógica da complexidade, da busca da transição, há que se valorizar imensamente a capacidade de escuta, o acolhimento do talento de cada um, mas também, as dificuldades, os erros. Lá na nossa prática do Brechó EcoSolidário, em Salvador, por exemplo, a gente criou uma saída criativa e linda para as dificuldades de incorporar novas pessoas e incentivar a iniciativa individual. A gente fala em “perdão prévio”, todos temos um perdão prévio para nossos erros quando buscamos acertar. Acolhemos a incerteza e, portanto, o erro, pois o processo conta mais do que os objetivos. Se estamos fazendo tudo na melhor das intenções, a gente pode errar, e errar é parte do processo coletivo. Assim, há mais alegria, mais inovação, as pessoas não têm o medo paralisante da crítica e

vamos nos superando a cada ano. Perceber que você não precisa ser melhor que o outro, que você só precisa ser melhor do que você mesmo, naquilo que você identificou ontem que não era legal e estar em processo, o tempo todo em processo de aperfeiçoamento. Esse é o caminho que temos trilhado com alegria.

Imaginando a política renovada

E aí, para terminar, eu vou focar na abertura do nosso imaginário no campo das modalidades políticas, na linha dos novos paradigmas. Pensar como poderia ser um processo de transição para um sistema político que não repetisse o que vivemos há pouco no Brasil nesse ano de 2016. Pensar as possibilidades da construção, a partir da experiência dos novos coletivos cidadãos, de uma ideia de mandato político que não seja nem um privilégio, nem uma profissão, mas uma honra e um serviço. Pensar a política não como um lugar da hierarquia, do mando, da inimizade, do culto ao ego, da manutenção do *status quo*, da força da grana ou da lei do mais forte. Alguém diz que o futuro precisa antes ser pensado, ser sonhado para poder se tornar realidade. Convido vocês a pensarem comigo, a criarem soluções e vou começar citando possibilidades.

Imagine que quem se habilite a ser representante do povo no Brasil, representante dos demais, precise, por lei, encarnar seus representados. Os que têm mandato político precisariam viver as alegrias e dificuldades de seus eleitores, o povo brasileiro. Assim, um parlamentar precisaria usar obrigatoriamente o transporte público,

sua família usar obrigatoriamente o SUS, seus filhos precisariam estudar na escola pública... Você não é representante do povo? Portanto, você vai ganhar o salário médio da população. Enquanto exerce o mandato, talvez você pudesse até guardar seu salário de origem, como se faz em alguns países europeus, quando ele é maior que a média, tendo um teto, claro. Ou seja, se você é professor universitário, você mantém seu salário, mas se você é um trabalhador braçal e tem um salário menor do que a média nacional, o coletivo te assegura a média nacional, porque você vai encarnar esse povo, representá-lo.

Uma ação do parlamento seria a organização da participação da população e do exercício do controle social, ou seja, quem tem mandato político seria um estimulador da participação cidadã. Claro, o Estado precisaria ser mais organizado, ter planejamento das ações para o bem viver da população a longo prazo, do tipo como e quando acabar com o analfabetismo, zerar o déficit habitacional, melhorar a qualidade dos serviços médicos, extinguir a sangria do Estado pelo sistema financeiro, implantar medidas para zerar a emissão de carbono, mudar a matriz energética para priorizar a energia solar e mil coisas mais. Isso não é tão difícil, cada categoria profissional no Brasil tem os dados do que precisa melhorar e discussão sobre os meios de como fazer isso e esse acúmulo serviria para instruir a população. O que atrapalha a melhoria das condições de vida de brasileiros e brasileiras é o sistema político, sua captura pelos interesses da elite e a incompetência do aparato estatal.

Sim, portanto, não é só questão de

planejamento e políticas públicas de longo prazo, que são essenciais. Você precisa também ter o aparato do Estado profissionalizado, com instituições sólidas geridas por funcionários de carreira, que não mudem a cada eleição. Em muitos países com sistemas institucionais mais desenvolvidos, não há mudança de pessoas na direção de órgãos, empresas estatais, instituições diversas, a cada eleição. Se não me engano, temos 40 mil cargos no Brasil a serem preenchidos a cada eleição, enquanto que na França são apenas 200... Temos muito o que evoluir no campo da profissionalização da ação estatal. Então, se as ações do Estado precisam ser planejadas participativamente visando ao longo prazo e realizadas e geridas por profissionais qualificados do próprio Estado, as adaptações ao momento presente seriam missão do governo e do parlamento. Lógico, você não pode planejar uma coisa para os próximos 30 anos sem qualquer adaptação. Adaptar paulatinamente, rever metas, prazos e formas de execução dos objetivos nacionais, regionais e locais e legislar em função dos interesses da população seria então o papel da política.

Portanto, quando você está no poder, enquanto deputado/a ou senador/a, você vai principalmente, organizar a decisão coletiva, organizar as consultas públicas, plebiscitos, a mobilização de diferentes colégios decisórios, vou falar disso um pouco depois. Quando no governo você vai realizar o que a população decidir não apenas no momento em que elegeu você, mas o tempo todo, já que temos os meios virtuais para que um sistema de consulta possa se fazer mais facilmente.

Assim, na modalidade em que o parlamento é composto por gente que tem vocação, que se dispõe a realizar esse serviço ao público e cumprir com essa missão, ele será, de fato, representante da nação. Então, alguns voluntários e voluntárias que aceitam as regras citadas acima e se apresentam nas eleições, são eleitos pelo povo em uma outra lógica, na perspectiva da liderança de serviço, como nos novos coletivos cidadãos. Com condições modestas para o exercício do mandato, com planejamento a longo prazo e controle social, a política não atrairia tantos interesseiros e cafajestes. As eleições ofereceriam ao povo verdadeiros representantes, dignos/as desse nome, como aliás acontece em vários países, sobretudo na Escandinávia.

Outra forma de assumir um mandato parlamentar dentro das condições de viver a vida dos representados seria o sorteio. Podemos pensar, por exemplo, no Senado, com gente do povo, representantes genuínos da gente brasileira. Faz-se o mapeamento da população, dos eleitores e identificamos estatisticamente como é o povo do Brasil: temos tantas mulheres, tantos homens; tantos pretos, tantos brancos, tantos mestiços; tantos católicos, tantos espíritas etc; tantos ricos, tantos de classe média, tantos pobres; tantas pessoas trabalhando na indústria, na agricultura, no comércio, nos serviços, etc. A gente mapeia detalhadamente o perfil da população brasileira e faz essas informações se encontrarem em um sorteio por computador. Sim, por que não? O sorteio já é usado para escolhas muito sérias, como júris populares, mesários nas eleições, e dá muito certo.

Vamos imaginar que uma parte dos 500 e tantos parlamentares brasileiros tenham sido simplesmente sorteados para estar lá, e a outra parte seja vocacionada e eleita, vivendo em condições sociais da média da população brasileira. Não seria mais legítimo? Será que iríamos chegar àquele absurdo que a gente viu no dia do impeachment, de uma concentração de gente falando bobagens no momento em que decidiam o futuro do país? Voto por titia, papai, mamãe, filhinho? Ou canalhas louvando torturadores ou pedindo a volta da ditadura? Nunca, se fosse por sorteio e se o povo brasileiro estivesse efetivamente representado lá. Claro que uma meia-dúzia iria se corromper, querer apenas se promover, porque é assim no processo evolutivo humano, mas jamais a gente chegaria àquela concentração de mau-caratismo que vimos recentemente.

Os partidos, se existissem (porque eles podem não existir, tal o estado lastimável em que se encontram... é preciso pensar nisso) poderiam ter uma lógica mais plural, você pode ter partidos não apenas ideológicos (será que ainda temos isso mesmo, no Brasil?) mas com outras formas de articulação de interesses. Você pode ter interesses territoriais, interesses profissionais, interesses de bacia hidrográfica... a cada tipo de decisão, você mobilizaria um colégio eleitoral de articulação de interesses. Por exemplo, podemos pensar nessa questão da zica, essa doença cruel, será que a a sociedade não poderia delegar aos profissionais da área da saúde a decisão técnica sobre como agir sobre aquilo? Talvez o tema seja complexo e cheio de detalhes demais para sabermos o que é

certo ou o que é errado. Ao mesmo tempo, sobre decisões ecológicas ou territoriais, ou culturais, você poderia fazer um desconcentração de responsabilidades... por que alguém do norte vai definir sobre determinadas particularidades culturais que quem vive isso são as pessoas do sul? Você cria outro tipo de lógica, que não a lógica do partido, de articulação de interesses por partido, que me parece uma ideia pobre pra articular todos os interesses de um país imenso e uma população imensa e variada. Vocês estão vendo no que está dando, não é?

Então, essa não é uma proposta para “salvar o Brasil”, eu estou simplesmente avançando em um exemplo que talvez nunca tenha sido discutido em termos de renovação da política, dos mandatos, do governo. Em momentos de crises profundas, se não sairmos do previsível, não encontraremos saídas. É preciso que a gente possa imaginar outras formas de fazer política e estimular o processo para chegarmos lá onde acharmos que devemos ir. Lógico que tudo isso precisa ser pensado em termos de transição, nós não vamos sair de um processo como a gente tem para um outro como poderia ser, como seria legítimo para nós, de uma hora para outra. Nós, cidadãos e cidadãs, precisamos parar de achar que nosso papel político é só criticar. Nós temos cidades nesse Brasil,

inclusive aquela onde eu nasci, na qual até agora ninguém quer ser candidato a prefeito. Gente de bem não quer mais entrar na política, porque os políticos são, em princípio, corruptos e canalhas. E aí, você faz o quê? Não vai ter mais alguém que represente o governo? Com quem a população possa dialogar?

Para superar o impasse de representação, a população deveria passar a ter, no meu ponto de vista, a obrigação cidadã de controlar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Tanto funcionários públicos, como parlamentares e membros do governo seriam avaliados anualmente por seus empregadores, o povo. Os cidadãos já paga impostos e têm uma série de obrigações, pois bem, uma delas seria a obrigação de avaliar os funcionários que lhes servem, os políticos que elegeram. Eleger representantes não é só um direito, mas uma obrigação, e avaliá-los deveria ser também tarefa cidadã. Sair do seu tempo individual, sair do foco pessoal de cuidar da própria vida para ir cuidar dos interesses coletivos fazendo controle social é a única forma para que a política possa mudar de patamar. É um paradigma que muda, incluindo a interdependência e a corresponsabilidade: você passa a ter um poder partilhado e consequentemente uma responsabilidade partilhada, exatamente como nos novos coletivos cidadãos.

DIRETORIA EXECUTIVA GESTÃO 2016/2019

Adriana Ramos	Instituto Socioambiental
Eleutéria Amora da Silva	CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora (RJ)
Mauri José Vieira Cruz	CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional (RS)
Iara Pietricovsky de Oliveira	INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos (DF)
Evanildo Barbosa da Silva	FASE NACIONAL (RJ)

DIREÇÕES ESTADUAIS

ACRE

- **Maria Jocicleide Lima de Aguiar** | RAHM - Rede Acreana de Homens e Mulheres
- **Maria Rozilda Barbosa do Nascimento** | CDDHEP/AC - Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre

BAHIA

- **Eliana Rolemberg** | ELO - Ligação e Organização
- **Damien Hazard** | Vida Brasil

PARÁ

- **Aldalice Moura da Cruz Otterloo** | UNIPOP - Instituto Universidade Popular
- **Maria Luiza Barroso Magno de Menezes** | Movimento de Promoção da Mulher

PARANÁ

- **Gelsi Antônio Dutra** | ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

PERNAMBUCO

- **Alessandra Nilo** | GESTOS
- **Sylvia Siqueira Campos** | MIRIM BRASIL - Movimento Infantojuvenil de Reivindicação
- **Emanuela Marinho de Castro** | Casa da Mulher do Nordeste

RIO DE JANEIRO

- **Antônia de Maria Mendes Rodrigues** | IBASE- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- **Dayse Valença** | ASPLANDE - Assessoria & Planejamento para o Desenvolvimento
- **Wanda Lucia Branco Guimarães** | CEDAPS - Centro de Promoção da Saúde

RIO GRANDE DO SUL

- **Vitor Hugo Hollas** | CAPA - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
- **Jorge Alfredo Gimenez Peralta** | Centro de Educação e Assessoramento Popular

SÃO PAULO

- **Alexandre Isaac** | CENPEC - Centro de Pesquisas em Educação e Cultura e Ação Comunitária
- **Belloyanis Monteiro** | Fundação SOS Mata Atlântica
- **Franklin Felix de Lima** | FICAS

TOCANTINS

- **Maria de Fátima Dourado Silva** | Centro de Direitos Humanos de Palmas
- **Carleis Pereira de Souza** | COMSAÚDE - Comunidade de Saúde Desenvolvimento e Educação

EQUIPE ABONG

COORDENAÇÃO COLEGIADA

Maira Vannuchi
Articulação

Nicolau Soares
Projetos

Comunicação
Amanda Proetti e
Kaique Santos

Administrativo/Financeiro
Fábio Alves Fernandes
Nadja Aguiar

PARA ALÉM DO DESENVOLVIMENTO

Organizadores
Ivo Lesbaupin e
Evanildo Barbosa

Edição
Evanildo Barbosa da Silva
Ivo Lesbaupin

Produção Editorial
Nicolau Soares
Renata Pistelli

Design Gráfico
Tadeu Araújo

Realização:

Apoio:

QUADRO INSTITUCIONAL

EQUIPE DO ISER ASSESSORIA

Ivo Lesbaupin, sociólogo	Secretário-Executivo
Névio Fiorin, pastoralista	Secretário-Adjunto
Erika Glória Rocha dos Santos	pedagoga
Faustino Teixeira	teólogo
Francisco Orofino	teólogo biblista
Lúcia Ribeiro	socióloga,
Paulo Fernando Carneiro de Andrade	teólogo
Pedro A. Ribeiro de Oliveira	sociólogo
Solange dos Santos Rodrigues	socióloga

DIRETORIA

Presidente:	Regina Célia Reyes Novaes, antropóloga
Vice-presidente:	Leonardo Boff, teóloga
Secretária:	Maria Helena Arrochelas Correa, diretora do CAAL
Tesoureiro:	Terezinha Aparecida de Vasconcelos, assistente social
Vogal:	José Cláudio Souza Alves, sociólogo



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-88502-14-7



9 788588 502147